

UFRRJ

**INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA**

DISSERTAÇÃO

**ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES RURAIS SITUADAS EM
PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO SUL DO PARÁ: A
IMPORTÂNCIA DA VIVÊNCIA DA GESTÃO NA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA**

RANILSON ALVES DOS SANTOS

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES RURAIS SITUADAS EM
PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO SUL DO PARÁ: A
IMPORTÂNCIA DA VIVÊNCIA DA GESTÃO NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL AGRÍCOLA**

RANILSON ALVES DOS SANTOS

Sob a orientação do Professor
Dr. Carlos Frederico de Menezes Veiga

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**Seropédica, RJ
Julho de 2017**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A237a ALVES DOS SANTOS, RANILSON, 1971-
ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES RURAIS SITUADAS EM
PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO SUL DO PARÁ: A
IMPORTÂNCIA DA VIVÊNCIA DA GESTÃO NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL AGRÍCOLA / RANILSON ALVES DOS SANTOS. -
2017.
98 f.

Orientador: Carlos Frederico de Menezes Veiga.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2017.

1. Educação Agrícola. 2. Profissional. 3. Gestão. 4.
Agricultura Familiar. I. Frederico de Menezes Veiga,
Carlos , 1957-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

RANILSON ALVES DOS SANTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 04/07/2017.

Carlos Frederico de Menezes Veiga, Dra. CCG/UFRRJ

Rosa Cristina Monteiro, Dra. UFRRJ

Ivan Ferreira Morgado, Dra. CCG/UFRRJ

*Senhor, fazei-me instrumento de vossa paz.
Onde houver ódio, que eu leve o amor;
Onde houver ofensa, que eu leve o perdão;
Onde houver discórdia, que eu leve a união;
Onde houver dúvida, que eu leve a fé;
Onde houver erro, que eu leve a verdade;
Onde houver desespero, que eu leve a
esperança;
Onde houver tristeza, que eu leve a alegria;
Onde houver trevas, que eu leve a luz.
Ó Mestre, fazei que eu procure mais
Consolar, que ser consolado;
Compreender, que ser compreendido;
Amar, que ser amado.
Pois é dando que se recebe,
é perdoando que se é perdoado,
e é morrendo que se vive para a vida eterna.*

São Francisco de Assis

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de pesquisa a minha amadíssima esposa Solange, por nossa história de vida, e pelo apoio e dedicação dispensados durante todas as fases deste projeto pessoa. Às minhas filhas, Amanda, Andressa e Ana Carolina, por todo amor que lhes tenho e por tudo que representam em minha vida, aos meus pais, Raimundo (inmemorian) e Terezinha, pela incansável luta em favor da minha educação e de minhas irmãs. Às minhas irmãs Mogra e Mariza pelas orações de incentivo na realização deste sonho. À minha irmã Mãe Rose, por tudo o que faz pela educação de seus netos e portanto meus sobrinhos netos, João Gabriel, Daniel e Christian. Aos meus sobrinhos Raphael e Danielle pelo jeito cativante e por representar, o futuro de nossa família que meus pais iniciaram. Ao meu sobrinho Rogério (inmemorian) que muito nos alegrou em nossas reuniões de família, com seu jeito ímpar de ser. Aos meus cunhados Bebê e Jezi, que também fazem parte de nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me permitido concluir mais esta etapa da minha formação acadêmica.

A minha amadíssima esposa, Solange, pelo companheirismo, pelo incentivo, pela cumplicidade, pela compreensão e por acreditar também na realização deste sonho.

As minhas filhas, Amanda, Andressa e Ana Carolina, pelo carinho e pelo incentivo, que me ajudaram vencer as dificuldades que passei.

Aos meus pais, Raimundo (*in-memorian*) e Terezinha, pelas orações, pelos ensinamentos, pelo incentivo, pelos bons exemplos e pela contribuição na formação de meu caráter.

As minhas irmãs, Mãe Rose, Mogra e Mariza, pelo incentivo e orações, mesmo a distância.

Aos colegas de trabalho, do IFPA, por tudo o que fizeram em favor de minha participação no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ.

Aos colegas da Turma 2015.1, pela boa convivência e pelo companheirismo.

Aos professores Adilson Santos e Wiratan Santos (*Campus Araguatins* e *Campus Goiânia*), que recomendaram a minha participação no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ.

Ao Professor Dr. José Roberto Fernandes Canziani, que se colocou à disposição para esclarecimentos sobre a metodologia utilizada em sua Tese de Doutorado.

Aos amigos do IFTO – *Campus Paraíso*, que gentilmente cederam o espaço para a realização do estágio pedagógico, e nos apoiaram nesta importante etapa deste trabalho.

Aos amigos da Agropará, que gentilmente cederam o espaço para a realização do estágio profissional, de um modo especial ao Diretor Presidente Cláudio Santos Martins.

A Professora Dra. Rosa Cristina Monteiro, pela brilhante atuação como Docente e Coordenadora do PPGEA.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ, pelo empenho, dedicação e disponibilidade demonstrados durante todas as Semanas de Formação.

Ao professor Dr. Carlos Frederico de Menezes, pela paciência, pelo comprometimento e por todo processo de orientação, visando à elaboração deste trabalho.

A todos os integrantes do PPGEA de modo especial os Coordenadores, aos demais familiares e amigos que contribuíram de alguma forma para realização deste trabalho.

RESUMO

SANTOS, Ranilson Alves dos. **Administração de unidades rurais situadas em projetos de assentamento no sul do Pará: A importância da vivência da gestão na formação profissional agrícola.** 2017. 98f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2017

Conceição do Araguaia é uma cidade da região Sul do Pará, situada às margens do Rio Araguaia, possuindo em toda sua extensão municipal um grande número de Projetos de Assentamentos (PA's). A origem desses assentamentos se deu em 1997 quando ocorreu a ocupação da antiga Fazenda Bradesco, sendo transformada no maior Projeto de Assentamento do município, chamado Padre Josimo Tavares, com 1.147 famílias assentadas. Em 2008 foi criado em Conceição do Araguaia um *Campus* do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), para a oferta de cursos técnicos e superiores, dentre eles o Curso Técnico em Agropecuária e o Curso Superior de Agronomia, tendo em vista um grande número de propriedades rurais situadas dentro e fora de áreas de assentamento. Como o IFPA deve fortalecer os arranjos produtivos locais através da articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, surgiu a motivação para a realização desta pesquisa, que teve como objetivo geral caracterizar as propriedades rurais existentes em PA's localizados no município de Conceição do Araguaia, com a participação direta dos alunos dos Cursos de Agrárias, descrevendo suas atividades de gerenciamento da produção, para compreender as razões que supostamente levariam seus proprietários à utilização reduzida de técnicas de gestão. Outro objetivo também importante foi promover a participação direta dos alunos, tendo proporcionado aos mesmos a vivência de um caso real, que permitiu assim avaliar suas percepções com relação a experiência da aplicação prática de assuntos abordados em sala de aula. Além dos alunos também fizeram parte desta pesquisa, alguns agricultores considerados familiares situados dentro dos PA's. Os resultados indicaram que as propriedades rurais tem um potencial produtivo considerável, porém falta, nas ações de extensão, informações e capacitações de caráter gerencial. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão tiveram impactos importantes para os alunos na sua formação profissional, pois estas atividades práticas como as vivenciadas na pesquisa, lhes permitiram validar o que lhes foi exposto na teoria em sala de aula. Com relação a baixa utilização das técnicas de gestão dos alunos e dos produtores, considerando que a maioria dos alunos também são agricultores, pode-se concluir que a utilização dessas práticas na propriedade rural é importante, porém esclarecem que até o momento da pesquisa ainda não tinham sido contemplados, com nenhum tipo de capacitação referente à gestão do negócio rural, demonstrando claramente o interesse dos mesmos pelo assunto. A pesquisa sinalizou a importância de se estimular os alunos a validarem os conteúdos oriundos da sala de aula, em atividades práticas de pesquisa e extensão. Os resultados aqui obtidos poderão contribuir como parâmetros na educação dos nossos alunos para que a sua formação esteja adequada ao ambiente onde irão desenvolver suas atividades profissionais.

Palavras chave: Educação Agrícola, Profissional, Gestão, Agricultura Familiar.

ABSTRACT

SANTOS, Ranilson Alves dos. **Management of rural units located in settlement projects in the South of Pará: The importance of management experience in agricultural vocational training.** 2017. 98p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2017

Conceição do Araguaia is a city in the southern region of Pará, located on the banks of the Araguaia River, and has a large number of Settlement Projects (PA's) throughout its municipal area. The origin of these settlements occurred in 1997 when the former Bradesco Farm was occupied, being transformed into the largest Settlement Project in the municipality, named Father Josimo Tavares, with 1,147 settled families. In 2008 a Campus of the Federal Institute of Education Science and Technology of Pará (IFPA) was created in Conceição do Araguaia, to offer technical and superior courses, among them the Technical Course in Agriculture and the Higher Course of Agronomy, aiming at A large number of rural properties situated in and out of settlement areas. As the IFPA should strengthen local productive arrangements through the articulation between teaching, research and extension, the motivation to carry out this research, whose general objective was to characterize the existing rural properties in PAs located in the municipality of Conceição do Araguaia, with The direct participation of the students of the Agrarian Courses, describing their activities of production management, to understand the reasons that supposedly would lead their owners to the reduced use of management techniques. Another important objective was to promote the direct participation of the students, having provided them with the experience of a real case, which allowed to evaluate their perceptions regarding the experience of the practical application of subjects addressed in the classroom. In addition to the students were also part of this research, some farmers considered familiar located within the PA's. The results indicated that rural properties have a considerable productive potential, but lack of extension information and training capabilities. The articulation between teaching, research and extension had important impacts for students in their professional training, because these practical activities such as those experienced in the research allowed them to validate what was exposed to them in the theory in the classroom. Regarding the low utilization of student and producer management techniques, considering that most of the students are also farmers, it can be concluded that the use of these practices in rural property is important, but they clarify that until the moment of the research Had been contemplated, with no type of training regarding the management of the rural business, clearly demonstrating their interest in the subject. The research signaled the importance of encouraging students to validate content from the classroom, in practical research and extension activities. The results obtained here may contribute as parameters in the education of our students so that their training is appropriate to the environment where they will develop their professional activities.

Key Words: Agricultural, Professional Education, Management, Family Agriculture...

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
- CEFET-PA - Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
- CCU - Contrato de Concessão de Uso
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- ETFPA - Escola Técnica Federal do Pará
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
- IFPA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
- PAE - Projeto de Assentamento Extrativista
- PA's - Projetos de Assentamento
- PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
- PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
- PIB - Produto Interno Bruto
- PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PPP - Planejamento Político Pedagógico
- PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
- SIPRA - Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária
- SR27 - Superintendência Regional Vinte e Sete
- SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
- UACA - Unidade Avançada de Conceição do Araguaia
- UD - Unidade Demonstrativa
- UNED - Unidade Descentralizada de Ensino
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
- UPF - Unidade de Produção Familiar

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Municípios que compõem o território Sul do Pará..... | 10 |
| Figura 2 – Foto aérea do IFPA – <i>Campus</i> Conceição do Araguaia..... | 14 |
| Figura 3 – Fluxo dos novos créditos da reforma agrária..... | 23 |
| Figura 4 – Nuvem de palavras formadas com o aplicativo <i>TagCrowd</i> | 69 |
| Figura 5 – Diagrama formado com o aplicativo <i>Sobek</i> | 69 |
| Figura 6 – Diagrama formado com o aplicativo <i>Sobek</i> a partir da palavra pesquisa. | 70 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Agricultura Familiar e produção de alimentos no Brasil. | 18 |
| Gráfico 2 - Crescimento do PIB Brasileiro (em trilhões de Reais) e a participação da agricultura e pecuária em sua composição. | 30 |
| Gráfico 3 – Distribuição dos alunos por faixa etária. | 48 |
| Gráfico 4 - Distribuição dos produtores por faixa etária. | 50 |
| Gráfico 5 - Distribuição dos produtores por nível de escolaridade. | 51 |
| Gráfico 6 - Distribuição das propriedades rurais por tamanho. | 52 |
| Gráfico 7 – Distribuição das propriedades rurais por PA. | 53 |
| Gráfico 8 – Distribuição das propriedades por tipo de ocupação. | 53 |
| Gráfico 9 – Existência de Agrovila no PA. | 54 |
| Gráfico 10 - Condições das estradas de acesso ao lote em percentual. | 54 |
| Gráfico 11 - Principal fonte de água da propriedade. | 55 |
| Gráfico 12 - Disponibilidade de energia elétrica na propriedade. | 55 |
| Gráfico 13 - Atividades extrativistas realizadas na propriedade. | 56 |
| Gráfico 14 – Principais produtos das propriedades. | 57 |
| Gráfico 15 - Créditos disponibilizados pelo INCRA para custeio e investimento nas propriedades rurais. | 58 |
| Gráfico 16 – Financiamentos disponibilizados via PRONAF. | 59 |
| Gráfico 17 – Participação em algum curso de gestão da propriedade rural. | 66 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Características da agricultura patronal e familiar..... | 20 |
| Quadro 2 – Modalidades de PA's criados pelo INCRA (Grupo I) | 24 |
| Quadro 3 – Modalidades de áreas reconhecidas pelo INCRA (Grupo II) | 25 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Dimensão territorial dos municípios do sul do Pará/Alto Xingú | 10 |
| Tabela 2 – Municípios do Sul do Pará, quantidade de PA's e famílias existentes. | 11 |
| Tabela 3 - Relação dos PA's implantados no município de Conceição do Araguaia..... | 11 |
| Tabela 4 – Quantitativo de sujeitos participantes. | 38 |
| Tabela 5 – Distribuição dos alunos por faixa etária. | 48 |
| Tabela 6 – Distribuição dos Produtores por faixa etária..... | 49 |
| Tabela 7 - Média Aritmética, Desvio Padrão e Mediana das respostas das questões gerais sobre a propriedade. | 60 |
| Tabela 8 - Média Aritmética, Desvio Padrão e Mediana das respostas das questões sobre planejamento das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal..... | 62 |
| Tabela 9 - Média Aritmética, Desvio Padrão e Mediana das respostas das questões sobre organização das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal..... | 63 |
| Tabela 10 - Média Aritmética, Desvio Padrão e Mediana das respostas das questões sobre direção das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal..... | 64 |
| Tabela 11 - Média Aritmética, Desvio Padrão e Mediana das respostas das questões sobre controle das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal. | 66 |
| Tabela 12 - Média Aritmética, Desvio Padrão e Mediana das respostas do Questionário 3 (Questões sobre a Disciplina Gestão Agropecuária/Adm. Rural)..... | 67 |
| Tabela 13 - Média Aritmética, Desvio Padrão e Mediana das respostas do Questionário 3 (Articulação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão) | 67 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1 CAPÍTULO I CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PA..... | 4 |
| 1.1 Aspectos Históricos sobre a origem do município..... | 4 |
| 1.2 O Ciclo extrativista da borracha..... | 4 |
| 1.3 A modificação do cenário agrário no município de Conceição do Araguaia | 5 |
| 1.4 A luta pela terra no município de Conceição do Araguaia | 7 |
| 1.5 Aspectos contemporâneos do município..... | 9 |
| 1.6 A reforma agrária em Conceição do Araguaia..... | 9 |
| 2 CAPÍTULO II HISTÓRICO DO IFPA - <i>CAMPUS</i> CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA E SUA IMPORTÂNCIA NO ENSINO AGRÍCOLA..... | 13 |
| 2.1 Apresentação | 13 |
| 2.2 Histórico..... | 14 |
| 2.3 Missão e Visão | 14 |
| 2.4 Princípios Norteadores do IFPA | 15 |
| 2.5 O IFPA e o Ensino Agrícola | 15 |
| 3 CAPÍTULO III ASPECTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL..... | 17 |
| 3.1 Agricultura familiar no Brasil. | 17 |
| 3.2 Agricultura Familiar: Conceitos e Concepções..... | 19 |
| 3.3 Projetos de Assentamento. | 21 |
| 3.3.1 Como funciona um assentamento..... | 21 |
| 3.3.2 Instalação das Famílias | 21 |
| 3.3.3 Infraestrutura básica | 22 |
| 3.3.4 Créditos para estruturação da parcela..... | 22 |
| 3.3.5 Ciclo I - Instalação:..... | 23 |
| 3.3.6 Ciclo II – Inclusão Produtiva..... | 23 |
| 3.3.7 Ciclo III – Estruturação Produtiva..... | 23 |
| 3.3.8 Geração de Renda | 23 |
| 3.4 Modalidades de assentamentos criados pelo INCRA | 24 |
| 3.5 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)..... | 26 |
| 3.5.1 Linhas de Crédito do PRONAF..... | 27 |
| 3.6 Programa Balde Cheio | 28 |
| 3.6.1 Implantação | 29 |
| 3.6.2 Visitas | 29 |
| 3.6.3 Tecnologias..... | 29 |
| 3.7 Agronegócio no Brasil | 30 |
| 4 CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA GERAL E DE EMPRESAS AGROPECUÁRIAS. | 32 |

| | | |
|----------|---|-----------|
| 4.1 | Teoria Geral da Administração | 32 |
| 4.2 | Teoria da competitividade..... | 32 |
| 4.3 | Definições de Administração | 32 |
| 4.4 | Origem da Administração Rural | 33 |
| 4.5 | Administração de empresas rurais | 33 |
| 5 | CAPÍTULO V O MÉTODO | 36 |
| 5.1 | Caracterização da Pesquisa | 36 |
| 5.2 | O Problema de Pesquisa..... | 37 |
| 5.3 | Hipótese..... | 37 |
| 5.4 | Justificativa | 37 |
| 5.5 | Objetivos da Pesquisa | 38 |
| 5.5.1 | Objetivo Geral | 38 |
| 5.5.2 | Objetivos Específicos | 38 |
| 5.6 | Sujeitos participantes | 38 |
| 5.7 | Instrumentos de coleta de dados | 38 |
| 5.8 | Estruturação dos Questionários..... | 39 |
| 5.8.1 | Questionário de caracterização das propriedades rurais..... | 39 |
| 5.8.2 | Questionário sobre a percepção dos participantes, com relação à gestão do negócio rural. | 40 |
| 5.8.3 | Questionário de avaliação da percepção dos alunos com relação a participação na pesquisa, como prática da articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão..... | 43 |
| 5.9 | Estratégia de Coleta de Dados..... | 44 |
| 5.10 | Plano de análise de dados..... | 44 |
| 5.10.1 | Mineração de Textos | 44 |
| 5.10.2 | Nuvens de Palavras..... | 45 |
| 5.10.3 | Análise de Sentimentos | 46 |
| 5.10.4 | Algumas aplicações do <i>TagCrowd</i> | 46 |
| 5.10.5 | Algumas aplicações do <i>Sobek</i> | 47 |
| 6 | CAPÍTULO VI ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ... | 48 |
| 6.1 | Distribuição dos alunos por faixa etária..... | 48 |
| 6.2 | Distribuição dos produtores por faixa etária. | 49 |
| 6.3 | Distribuição dos produtores por nível de escolaridade | 51 |
| 6.4 | Distribuição das propriedades rurais por tamanho (Em ha)..... | 52 |
| 6.5 | Distribuição das propriedades rurais por assentamento | 52 |
| 6.6 | Distribuição das propriedades por tipo de ocupação..... | 53 |
| 6.7 | Existência de agrovila no PA. | 53 |
| 6.8 | Condições das estradas de acesso ao lote..... | 54 |
| 6.9 | Principal fonte de água da propriedade | 54 |
| 6.10 | Disponibilidade de energia elétrica na propriedade | 55 |
| 6.11 | Atividades extrativistas realizadas na propriedade | 56 |
| 6.12 | Principais produtos das propriedades..... | 56 |

| | | |
|------|--|----|
| 6.13 | Créditos disponibilizados pelo INCRA para as propriedades rurais..... | 57 |
| 6.14 | Financiamentos disponibilizados via PRONAF..... | 58 |
| 6.15 | Análise das respostas das questões gerais sobre a propriedade. | 59 |
| 6.16 | Análise das respostas das questões sobre planejamento das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal..... | 60 |
| 6.17 | Análise das respostas das questões sobre organização das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal..... | 62 |
| 6.18 | Análise das respostas das questões sobre direção das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal..... | 63 |
| 6.19 | Análise das respostas das questões sobre controle das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal..... | 65 |
| 6.20 | Participação em curso de gestão da propriedade rural. | 66 |
| 6.21 | Análise das respostas das questões sobre a articulação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão. | 66 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 71 |
| 8 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 73 |
| 9 | APENDICE..... | 78 |
| | Apendice I - Termo De Anuência – IFPA..... | 79 |
| | Apendice II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... | 80 |
| | Apendice III - Questionário 1 - Caracterização Da Unidade Rural..... | 82 |
| | Apendice IV - Questionário 2 - Percepção dos Participantes..... | 86 |
| | Apendice V - Questionário 3 – Percepção dos Alunos com Relação a Participação na Pesquisa, como Prática da Articulação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão..... | 89 |
| | Apendice VI - Resultados Estatísticos..... | 91 |
| 10 | ANEXOS..... | 95 |
| | Anexo 1 – Quadro Resumo dos Grupos e Linhas de Crédito do PRONAF..... | 96 |
| | Anexo 2 - Quadro Resumo dos Grupos e Linhas de Crédito do PRONAF..... | 97 |
| | Anexo 3 - Quadro Resumo dos Grupos e Linhas de Crédito do PRONAF..... | 98 |

INTRODUÇÃO

Considerações Iniciais¹

Vivemos atualmente em mundo cada vez mais globalizado e competitivo onde o sucesso das organizações depende cada vez mais dos critérios utilizados pelos profissionais responsáveis pela sua administração, para que as mesmas possam alcançar os seus objetivos. As organizações são muito importantes na vida das pessoas, pois no seu cotidiano elas buscam a resolução de muitos de seus problemas, sejam eles de ordem financeira, pessoal, profissional ou educacional, dentre outros, sendo sempre necessário o auxílio de outras pessoas também chamadas de colaboradores. Estas organizações podem ser uma pessoa jurídica legalmente constituída, uma organização sem fins lucrativos, ou ainda um grupo de pessoas que se unem, para executarem atividades de cunho religioso.

Chiavenato (2013, p. 42) define uma organização como sendo uma combinação de esforços individuais que tem por finalidade realizar propósitos coletivos, sendo assim por meio de uma organização torna-se possível perseguir e alcançar objetivos que seriam inatingíveis para uma pessoa, enfatiza ainda que o mundo em que vivemos é uma sociedade composta por organizações, onde todas as atividades voltadas à produção de bens (produtos) ou prestação de serviços são planejadas, coordenadas, dirigidas e executadas por pessoas que compõem as organizações. Sobral et. al. (2008, p.4) nos esclarece que:

[...] “são os administradores que estabelecem objetivos e guiam a organização de forma a alcançá-los. São também eles que preparam a organização para a mudança, procurando adaptá-la a um ambiente cada vez mais dinâmico e imprevisível. Assim, para uma organização ser bem sucedida, ela depende de seus administradores.”

Neste contexto, vários estudos têm mostrado que toda e qualquer empresa independente do ramo em que atuam, quando bem administradas podem obter melhores resultados financeiros.

Sob a ótica de Sobral et. al. (2008, p. 89), que também enfatizam que no contexto da administração entende-se que quando existe uma maior adoção das funções administrativas de planejamento, organização, direção e controle, melhores resultados podem ser alcançados, e em consequência disto uma maior potencialização de seus lucros, o que não seria diferente para as propriedades rurais que fazem parte do foco deste trabalho.

Desta forma, fica explícito que toda empresa independente de seu tamanho, precisa buscar recursos que auxiliem os seus processos administrativos em busca da eficiência e da eficácia organizacional, e sob a ótica destes autores o que se pode concluir é que de forma geral a adoção de melhores práticas de gestão poderão estar associadas a melhoria dos resultados econômicos destas empresas.

Apesar de se fazer esta associação, na atividade agropecuária, o que se pode observar, é que supostamente um número expressivo de produtores rurais considerados agricultores familiares, com propriedades rurais situadas em PA's do município de Conceição do Araguaia, ainda tomam decisões baseadas em suas experiências tradicionais e em outros casos na disponibilidade de recursos financeiros.

Pode ser que ocorra na maioria das vezes uma grande dificuldade na identificação dos pontos críticos de ineficiência de seu processo produtivo, por parte destes produtores rurais, surgindo assim a necessidade vital de uma boa gestão administrativa e financeira que auxilie as decisões estratégicas de seu empreendimento rural.

¹ Este item apenas apresenta o assunto do trabalho, visando antecipar ao leitor uma visão geral sobre as discussões que serão apresentadas ao longo do texto.

Para que seja possível entender a concepção de administração das atividades agropecuárias, é preciso aceitar o desafio de buscar elementos que sejam capazes de nos dar estes esclarecimentos, surgindo aqui a nossa interação inicial com este assunto. Neste contexto é preciso entender que existe um outro ponto também considerado de extrema importância e deve ser destacado, para que se possa entender melhor a delimitação da temática deste estudo.

Este ponto diz respeito aos alunos do IFPA, especificamente os discentes do Curso de Agronomia e do Curso Técnico em Agropecuária, e suas práticas cotidianas que nos fez observar, que no decorrer das aulas ministradas em disciplinas ligadas à gestão do negócio rural, tanto na graduação quanto nos cursos técnicos, o nível de interesse demonstrado pelos alunos por esse assunto não foi considerado satisfatório, sendo este um dos fatores que também nos motivou na realização desta pesquisa.

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia foram criados para que tenham uma forte relação com o meio em que estão inseridos, conforme determina o Plano de Desenvolvimento Institucional que enfatiza que “Sua Visão é a de ser uma instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, garantindo a integração e diversidade dos saberes e a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho.” (PDI, 2016), vejamos então que no seu próprio conceito existe a necessidade de um relacionamento efetivo com a comunidade. Assim a comunidade e o IFPA devem conviver em um sistema de permuta, onde a Instituição que depende da comunidade pode proporcionar formação profissional e humana aos seus integrantes, sendo que esta contribuição pode proporcionar evoluções em alguns aspectos como saúde, segurança e emprego.

Com base nessa troca de experiências entre o IFPA e a comunidade local, é que se formou uma forte relação com o tema desta pesquisa, surgindo daí a necessidade de inserir os alunos em uma situação de vivência real, para que fosse possível validar os seus conhecimentos adquiridos em sala de aula, agregando assim uma experiência de prática profissional, na formação profissional dos mesmos.

Do ponto de vista profissional, é importante que seja propiciada a estes alunos uma formação que inclua não somente a parte técnica em produção, mas também a prática de gestão de propriedades rurais, que vão desde a administração dos processos produtivos até a distribuição e comercialização dos seus respectivos produtos.

Todos os alunos que participaram desta pesquisa têm vínculo com a agricultura familiar, sendo na sua maioria filhos de agricultores, ou possuem alguma ligação com o núcleo familiar, neste trabalho foi feita a inserção destes alunos dentro de todas as etapas possíveis, tanto como objeto de estudo quanto como pesquisadores, nas diversas fases que ocorreram como: aporte teórico, pré-teste dos questionários, coleta de dados, tabulação, e utilização dos resultados para a contextualização do tema, como forma de motivá-los a vivenciarem na prática uma realidade teórica exposta em sala de aula.

O que se pretende obter com o envolvimento dos alunos nesta pesquisa, é que estes possam entender em uma vivência prática, que tão importante quanto o ato de produzir é também gerir os processos de produção e comercialização, e assim agregar valor aos seus produtos, pois o aprendizado da parte técnica de produção (plantio, tratamentos culturais e colheita), de forma dissociada da gestão do negócio rural, seria insuficiente para o êxito de suas atuações profissionais. Esta concepção da melhoria da qualidade destes produtos, ou das técnicas de gestão adotadas em suas etapas de produção, podem permitir que seja possível, por exemplo, a promoção da sustentabilidade da atividade agropecuária.

Ainda com relação ao tema sobre a gestão de negócios rurais no Brasil vários fatores limitantes podem ser pontuados, como condicionantes da eficiência e da eficácia destas propriedades rurais, como por exemplo:

a) A suposta dificuldade de compreensão das teorias e metodologias do processo de administração rural no país, tanto por parte dos produtores rurais, quanto por parte dos alunos que frequentam os cursos relacionados às ciências agrárias ofertados pelo IFPA.

b) A existência de uma certa desconfiança dos produtores e dos alunos, quanto à necessidade de se usar processos de gestão mais detalhados, como o planejamento das atividades de produção da propriedade, e o controle do fluxo de caixa destas atividades.

c) O alto custo dos serviços de assistência técnica e de extensão rural, que poderiam abranger em suas atividades as técnicas de gestão das propriedades rurais.

O aprofundamento de estudos sobre as questões pontuadas anteriormente, torna-se relevante pelas prováveis contribuições que poderão ser disponibilizadas, e sua melhor compreensão poderia resultar no desenvolvimento de novas ações para implantação de técnicas administrativas eficientes, por parte dos produtores rurais, pela interveniência dos futuros profissionais inseridos nesse processo.

Assim, de um lado, teríamos produtores rurais mais bem assistidos em termos gerenciais e, provavelmente, com melhores resultados econômicos e, de outro, técnicos e graduados extensionistas rurais com maior campo de trabalho e, provavelmente, com maior remuneração. Esse possível redirecionamento de atitudes vem de encontro, inclusive, às rápidas transformações econômicas e tecnológicas que vêm ocorrendo em nível mundial, e de forma específica no contexto regional.

O que se espera com o resultado desta pesquisa é a sua contribuição para uma formação profissional mais abrangente com o foco na gestão de negócios rurais, para que um suporte eficiente seja dado aos produtores rurais que exploram pequenas propriedades agropecuárias situadas em Projetos de Assentamento localizados na Região Sul do Pará.

1 CAPÍTULO I

CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PA.²

1.1 Aspectos Históricos sobre a origem do município

Conceição do Araguaia é um município da região sudeste do estado do Pará, que faz divisa com os municípios de Couto Magalhães – TO, Pau D'Arco – PA, Redenção e Santa Maria das Barreiras, fundado em 30 de maio de 1897, pelo religioso francês Frei Gil de Vila Nova, que sonhava com a comunhão e o antagonismo entre cristãos e índios.

Estes cristãos eram principalmente os caboclos amazonenses, depois somados com os nordestinos que também chegavam ao município. Os índios eram principalmente os Karajás, que habitavam as margens do Rio Araguaia, e os Kayapós, que habitavam o interior das matas.

A área na qual em 1897 viria fundar-se Conceição do Araguaia já era conhecida e navegada por exploradores caboclos e religiosos, além dos índios que ali habitavam, desde os fins do século XVIII. Em 1780, o Capitão-Geral Fernando Delgado levantou um presídio naquela área um pouco acima de onde seria criada a futura cidade de Conceição do Araguaia.

Em 1844, o explorador francês Francis de Castelnau teria pousado no ponto exato em que o arraial de Conceição iria levantar-se quase no fim do século XIX. Em 1854, o missionário italiano Frei Francisco de Monte Santo Vito, da Companhia de Jesus do Brasil, e diretor da Catequese dos índios do Tocantins, também teria pousado no mesmo lugar onde mais tarde nasceria Conceição.

Mas tarde, nos anos 1896/1897, o explorador profissional francês Henri Coudreau também percorreu a área, a serviço do governo do Estado do Pará, que decidira explorar os principais rios e conhecer as riquezas dos territórios dos índios Karajá e Kayapó. Nessa época já se encontrava em franco desenvolvimento o ciclo da borracha amazônica, que estava mobilizando todas as forças produtivas preexistentes e arregimentando novas, de outras regiões do país. As explorações de Coudreau naquela área faziam parte desse movimento geral fundado no surto da extração da borracha amazonense. Nasceu assim em meio ao ciclo da extração da borracha o Arraial de Conceição de Araguaia, cabendo ao religioso Frei Gil de Vila Nova, a celebração da primeira missa naquele local.

1.2 O Ciclo extrativista da borracha.

Ao fundar Conceição do Araguaia, os dominicanos como eram conhecidos os religiosos da época, estavam organizando uma comunidade na qual queriam principalmente cristianizar os índios da área. Mas em poucos anos o funcionamento e a expansão das atividades econômicas, ao lado do afluxo de imigrantes de vários tipos, principalmente para trabalhar na extração do látex para fabricação da borracha e comercializar estes produtos, transformavam a pequena comunidade numa sociedade razoavelmente diversificada.

² Com base em LANNI, Octavio. **A Luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978. 236p.

Surgiram relações, interesses e problemas econômicos e políticos diversos e, muitas vezes, antagônicos àqueles que estavam no espírito dos dominicanos.

Mas a população não se ateuve aos preceitos dos religiosos, que procuravam influenciar também sua vida social, a medida que crescia a população local e desenvolvia-se a economia de subsistência e mercantil, a vida social da comunidade escapava pouco a pouco, ao controle dos dominicanos, o comércio material conferia aos homens novos significados à sua existência espiritual.

A expansão das atividades econômicas, impulsionadas pela extração e comércio da borracha, e o concomitante afluxo de trabalhadores e negociantes, modificou a fisionomia da sociedade local. A diferenciação interna da sociedade era centrada no núcleo de Conceição, mas também dispersa pelos territórios de extração de látex. Nos Campos das Arraias, como era conhecida uma região próxima do município, multiplicavam-se sítios e fazendas, onde existiam as florestas de produção de látex, que até então eram somente extrativistas.

Foi neste contexto social, econômico e político, que se criou o município de Conceição do Araguaia. Tratava-se de constituir formalmente um poder político-administrativo local, de modo a fazer face aos problemas de arrecadação, administração e controle das tensões e lutas sociais. Inclusive tratava-se de garantir a jurisdição do Estado do Pará sobre uma área limítrofe com o Estado de Goiás, que na época invocara antigos alvarás, cujo texto parecia conceder-lhe a posse das duas margens do Araguaia.

Enfim a 3 de novembro de 1908, a lei estadual paraense nº 1.091 criou o município de Conceição do Araguaia, tendo a sua sede principal sido elevada a vila, anteriormente era caracterizada como arraial. Mas foi a 10 de Janeiro de 1910 que se instalou definitivamente o município.

1.3 A modificação do cenário agrário no município de Conceição do Araguaia

A medida que a sociedade se organiza, ou reorganiza, em termos econômicos e políticos – seja porque se inicia nova atividade produtiva, seja porque se estendem as atividades produtivas preexistentes, ou por ambos os motivos – podem modificar-se tanto as relações de produção como as forças produtivas em jogo na situação. Foi o que ocorreu em Conceição do Araguaia nos anos 1897-1912. Modificava-se a relação do homem com a natureza, à medida que se consolidava o primeiro núcleo, sob a direção dos dominicanos. Logo em seguida, esse núcleo desdobrou-se numa sociedade baseada na produção do látex.

Tanto o extrativismo, quanto a agricultura e a pecuária, implicavam na ocupação da terra, e a ocupação da terra implicava na apropriação. A apropriação de fato foi a principal regra naquele momento. O boato da fundação de um centro de colonização (Conceição do Araguaia) numa região fértil onde a terra fica pertencendo ao primeiro que a ocupa, espalhar-se ao longe, e para ali acorreram verdadeiras multidões.

Pouco se cuidava da legalização da posse naquele momento, predominava o controle efetivo da terra, por meio de instrumentos privados de violência. Ao examinar o problema da posse e da terra, em relação com o surto de exploração da borracha amazônica, houve a constatação que eram precárias as possibilidades de legalização da propriedade de sítios, fazendas e latifúndios, apesar da legislação federal e estadual promulgada neste sentido.

Com a crise do extrativismo da borracha houveram consequências econômicas e sociais consideradas profundas em toda a região amazônica, afetando todos os atores envolvidos no processo de exploração do látex. Houveram muitos trabalhadores ligados diretamente ao extrativismo que se voltaram para a exploração da agricultura e pecuária, para que fosse possível manter a sua estrutura familiar, reduzindo assim o segmento mercantil e cresceu o segmento de subsistência das unidades agrícolas, daí a formação de sítios, fazendas e latifúndios, havendo o completo abandono dos seringais.

Nos anos de 1912 a 1960 predominou na área de Conceição do Araguaia uma economia camponesa de subsistência, que abrangeu também as fazendas e latifúndios. Houve uma espécie de camponeização geral da sociedade local, devido ao drástico enfraquecimento do segmento mercantil e, a partir daí constituíram-se unidades produtivas, familiares ou não, com base em pequenos plantios e pequenas criações, ao lado da coleta extrativista e da pesca, voltados principalmente para a subsistência das famílias.

Os sítios, as fazendas e os latifúndios, tudo foi recoberto e impregnado por uma espécie de agricultura familiar geral. Às vezes a fazenda era pequena e razoavelmente ocupada e trabalhada pelos donos, familiares, parentes, agregados e empregados, outras vezes o que eles próprios chamavam de fazenda, era simplesmente uma larga extensão de terras virgens, escassamente ocupadas, pouco trabalhadas, mas monopolizadas como se fora domínio.

Foi assim que o mundo rural de Conceição do Araguaia chegou aos anos sessenta e setenta, sob a aparência de uma malha esgarçada de posses sem marcas nem demarcações havia se constituído uma malha razoavelmente articulada de sítios e fazendas, ou pequenas posses familiares e latifúndios de estreita ou larga extensão. Mas o que passou a predominar, por sua força econômica e política na sociedade local, foi o latifúndio, a larga extensão de terra, pouco ou escassamente trabalhada.

Na década de 50, ainda predominava em Conceição do Araguaia, como em outras áreas da Amazônia, a economia de subsistência, destinado ao autoconsumo das famílias e para o consumo local no município, além disso as longas extensões de terras devolutas, sem fim, contrastavam com o escasso e esparso povoamento.

Foram basicamente dois os acontecimentos que assinalaram a crescente e generalizada modificação que ocorre em Conceição do Araguaia, desde 1960. O primeiro foi a construção da rodovia Belém-Brasília, terminada em 1960, que ocorreu simultaneamente à construção da cidade de Brasília, durante o governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 a 1960), construiu-se a ligação rodoviária entre essa cidade, onde se instalava em 1960 a capital federal, e a cidade de Belém. Como essa rodovia passa a 130 km de Conceição do Araguaia, logo se construiu outra, ligando Conceição à Belém-Brasília. Assim a década dos anos 60 começava para Conceição com novas possibilidades de intercâmbio entre diversas áreas.

O segundo acontecimento marcante dos anos 1960 a 1977 foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), pela lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966, esta e outras agências governamentais federais e do Estado do Pará, criadas contemporaneamente, passam a atuar de forma cada vez mais intensa e generalizada, no sentido de gerar e dinamizar as atividades agropecuárias na área e em toda a região amazônica. Foi a partir dos incentivos da SUDAM que a agropecuária de Conceição do Araguaia ingressou numa fase de grande expansão.

Nesse contexto de mudança a partir de 1966, modificou-se amplamente a economia e a sociedade no município de Conceição do Araguaia, mais ou menos da mesma forma que em outros lugares do Estado do Pará e do conjunto da Amazônia. Estas mudanças, ocorreram em virtude das concessões oferecidas pela SUDAM a grandes investidores, através de incentivos fiscais. Vários empreendimentos agropecuários foram implantados na então região do Planalto que compreendia os municípios de Conceição e Santana do Araguaia. Estava assim então em andamento o processo de rearranjo da estrutura fundiária, devido à movimentação das forças produtivas e relações de produção, gerada ou dinamizada principalmente pela nova e generalizada atuação dos governos federal e estadual.

1.4 A luta pela terra no município de Conceição do Araguaia

Após os dois principais fatos que foram marcantes para o crescimento de Conceição do Araguaia, a construção da Belém-Brasília, e a liberação de projetos agropecuários pela SUDAM, se iniciou um período onde a luta pela terra foi marcante na região, pois o capitalismo determinava o novo modelo de produção e avançava contra os agricultores camponeses já estabelecidos na região.

Apesar das pressões o segmento camponês não deixou de existir, ele foi cada vez mais pressionado, devido à sua dificuldade de preservar a posse das terras na luta com a grande empresa, mesmo assim, o campesinato continua a ser um dado da realidade econômica e social do município de Conceição do Araguaia.

Não só a economia, mais toda a sociedade do município de Conceição do Araguaia encontra-se sob a influência preponderante da grande empresa agropecuária, sendo uma nova forma de organizar socialmente as forças produtivas e as relações de produção. Ocorre que estas grandes empresas agropecuárias e a nova estrutura de classes não se instalam num espaço vazio, elas são ao mesmo tempo uma justaposição a um desenvolvimento da economia e sociedade preexistentes.

Já havia atividades e interesses, relações e estruturas, carências e antagonismos, que agora estão conferindo algumas peculiaridades aos movimentos e contornos da grande empresa agropecuária e da nova estrutura de classes sociais em formação. A partir deste momento passam a se confrontar então duas formas de distintas de organização social das forças produtivas e das relações de produção. Uma, a mais antiga, é o campesinato, isto é, a economia camponesa, com as suas peculiaridades sociais e políticas, a outra, mais recente e em franca expansão é a grande empresa agropecuária. As duas podem articular-se e coexistir, da mesma forma que a grande empresa pode impor-se e destruir a sociedade camponesa.

A luta pela terra se intensificou ano após ano, ao mesmo tempo que cresceu o afluxo de trabalhadores rurais vindos de áreas rurais que se achavam em crise, cresceu o afluxo de empresários, ou seus prepostos, incentivados e favorecidos pelos governantes federais, estaduais e municipais, cresceu então a procura das terras boas para pastos e plantações e cresceu a luta pela apropriação privada das terras devolutas, invadidas ou ocupadas.

Os governantes criaram todo tipo de estímulo e proteção, para que em Conceição do Araguaia, da mesma forma que em outras áreas da Amazônia, se formassem grandes empresas agropecuárias, de extrativismo e mineração, e em pouco tempo em função deste estímulo, a terra passa a ser objeto e meio de produção de valores de troca, sendo inserida nas relações capitalista de produção como um elemento das condições de produção controladas pela empresa privada.

A consequência disto é que de repente a simples posse da terra com suas atividades de subsistência, não fazia mais sentido, era necessário ter o documento para que a propriedade pudesse ser comprovada de fato. A partir daí houve um rearranjo jurídico em função do domínio da terra, e os projetos agropecuários que foram autorizados pela SUDAM para o crescimento da região eram agora os responsáveis pelas tensões e conflitos que cresceram de envergadura e multiplicaram-se em número.

O processo de apropriação privada e legitimada da terra, tem provocado o desenvolvimento de pendências e disputas, ou tensões e conflitos. Na medida em que ocorrem novos desenvolvimentos das relações capitalistas de produção na área, agravam-se e explodem as contradições entre os posseiros, os grileiros e os fazendeiros. Contradições essas que envolvem várias modalidades de violência, tanto a violência privada praticada pelos pistoleiros e jagunços a mando de grileiros e fazendeiros, como a violência, estatal, legitimada, praticada por policiais, ou outros segmentos do poder público. Em geral, a

grilagem apoia-se na violência privada, mas com frequência ela põe em ação também a violência estatal.

Em certas ocasiões, as duas modalidades de violência são postas em ação por grileiros e fazendeiros, a fim de acelerar a apropriação privada da terra, a fim de acelerar a metamorfose da terra em mercadoria, segundo as exigências da acumulação de capital. A violência armada, privada ou estatal, é apenas uma manifestação mais aberta da prática de expropriação dos direitos dos menos favorecidos.

Ainda existe até hoje no Brasil uma situação histórica grave de desigualdade na distribuição de terras e nas oportunidades econômicas nas áreas rurais. Apesar da capacidade constitucional do Estado e de Autoridades para resolver tal situação, esta se mantém. Embora tenha se iniciado programas de reforma agrária para reduzir a gravidade do problema e facilitar o acesso a terra e créditos aos pequenos produtores, o alcance de tais medidas é reduzido e, especialmente o Sul e Sudeste do Estado mantêm situações de pobreza e desigualdade generalizadas no gozo dos direitos básicos. Os atritos e as situações de tensão provocada pela desigualdade na distribuição de terras e de créditos dão origem a confrontos que criam condições para que sejam cometidos excessos na repressão e violações de direitos humanos.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), que tem sistematizado dados sobre a violência em conflitos pela posse da terra em todo o país, um trabalho de comprovada credibilidade, registra uma sucessão de 706 assassinatos de trabalhadores no Pará entre 1971 e 2001, sendo que 534 ocorreram nas regiões Sul e Sudeste do Estado. Um dado demonstra a persistência dessas violações contra trabalhadores rurais: na primeira metade desses 30 anos foram mortos 340 e na segunda metade 366. No período 1995-2001 foram assassinados 90 trabalhadores rurais nas citadas regiões. Dados comparativos recentes apresentados pela CPT indicam que esta é a região mais atingida pela tragédia dos conflitos fundiários em todo o Brasil. (CPT, 2015).

Ainda segundo os dados da CPT, das 534 execuções de trabalhadores rurais nos últimos 30 anos, somente dois foram julgados. E ainda assim executores e mandantes fugiram das prisões pouco tempo depois ou encontram-se gozando de regalias em presídio inacessíveis aos demais presos. Portanto, é quase inexistente a resposta judicial para esses crimes. Com uma taxa de 99,54% de impunidade, boa parte da população não encontra, por mais que procure, motivos para acreditar na justiça.

Os dados mais recentes apresentados pela CPT, diz que o Pará registrou 645 mortes por conflitos no campo entre 1985 e 2013. O número é quase cinco vezes maior que o registrado pelo segundo estado no *ranking* de assassinatos por questões fundiárias, o Maranhão, com 138 casos no mesmo período.

A coordenadora da CPT Isolete Wichinieski, explica que os números de morte na disputa por terra no Pará também são superiores aos registrados em toda a Região Nordeste, composta por nove estados e que contabiliza 424 vítimas no período, esclarecendo que do ano de 2005 até 2013, o Pará teve 118 casos de assassinatos, ela acrescenta que também já recebeu um elevado número de ameaças de morte, antes de confirmar que a missionária Doroty Stang, assassinada no dia 12 de Fevereiro de 2005 estava na lista de pessoas ameaçadas do ano anterior.

Sem deixarmos de considerar as vidas ceifadas no contexto da luta pela terra, na visão de Michelotti (2017) de uma maneira geral, essa luta pela terra trouxe resultados importantes para os trabalhadores como a criação, entre 1987 e 2007, de 169 projetos de assentamento nos municípios do Território do Sudeste Paraense, representando 1.205.254,0 ha ou 32,4% da superfície total.

1.5 Aspectos contemporâneos do município

O município que se apresentava como sendo 02 distritos: Conceição do Araguaia e Santa Maria das Barreiras, posteriormente teve sua área desmembrada, para ser criado o município de Santana do Araguaia, que mais tarde perdeu novas porções de terras que deram origem a três novos municípios: Xinguara, Redenção e Rio Maria em maio de 1982.

Conceição do Araguaia é hoje uma cidade privilegiada do ponto de vista turístico, pois se situa as margens do Rio Araguaia, tendo uma população de aproximadamente 50.000 mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009). É uma cidade pacífica, onde moram pessoas receptivas e hospitaleiras, e além do turismo apresenta grandes possibilidades de desenvolvimento e crescimento, por intermédio da agricultura e pecuária.

O Município tem sua economia aquecida nos meses de Junho, Julho e Agosto, devido ao grande número de turistas, vindos de todas as regiões do Brasil, que visitam a cidade, em função das praias que se formam no Rio Araguaia, sendo que a culminância deste período ocorre durante todo o mês de Julho.

A atividade predominante é a agropecuária com destaque para a criação bovina e a cultura do abacaxi. Esta é a região do Brasil, que mais possui Projetos de Assentamento 36 no total com 4.622 famílias assentadas de acordo com o INCRA (2016), em razão disto, existem pequenos produtores rurais, que tem seus produtos hortifrutigranjeiros comercializados diretamente com os consumidores finais na Feira Livre Municipal, chamada de Feira dos Produtores.

O comércio na cidade é considerado de pequeno porte, as indústrias instaladas na cidade, se limitam a duas que são consideradas de médio porte: o Curtume Bertin, e a Indústria Leitebom, e em virtude dessa característica econômica, a cidade não oferece oportunidades de empregos suficientes para atender a demanda de jovens e adultos em idade de trabalho, ocorrendo que os maiores empregadores acabam sendo os governos municipal e estadual.

A cidade sofre uma forte influência das regiões sudeste e centro-sul do país, não se encontra aqui a presença do carimbó, dança típica paraense, ou do pato no tucupi, também um prato típico do Pará, o que predomina aqui é a música sertaneja e o frango caipira, elementos marcantes da cultura goiana e mineira. Com relação a cultura regional é possível registrar as músicas regionais que retratam a beleza do nosso rio Araguaia, nossas florestas e matas, elaboradas por nossos artistas da terra, músicos, compositores, poetas e artistas plásticos.

Apesar de ser considerada uma cidade do interior, Conceição do Araguaia apresenta poucas atividades de integração social, e a escola vai se tornando além de um espaço de formação básica, técnica e profissional, um espaço também de convivência social, onde são vivenciados e socializados entre os alunos e professores os problemas da comunidade, representados pelos alunos dos diferentes bairros das zonas urbana e rural da cidade.

1.6 A reforma agrária em Conceição do Araguaia

O Estado do Pará está situado no centro da região Norte, e sua economia tem como base a pecuária, a mineração e alguns produtos oriundos de atividades extrativistas, com a recente expansão da demanda pela cultura de soja por todo o território brasileiro, a região Sul e Sudeste se transformaram em áreas consideradas adequadas para a proliferação desta atividade.

O município de Conceição do Araguaia, está situado na região sul do Pará e possui um grande número de PA's como parte das ações da reforma agrária realizada pelo INCRA, o que

colaborou de certa forma para a permanência do homem no campo bem como o fortalecimento da agricultura familiar. Esta região é composta por 15 municípios e abrange uma área territorial total de 174.107km², conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 1 - Dimensão territorial dos municípios do sul do Pará/Alto Xingú

| Municípios do Território | Unidade Territorial (Em Km ²) | % |
|---------------------------|---|------------|
| Água Azul do Norte | 7.115 | 4,09 |
| Bannach | 2.957 | 1,70 |
| Conceição do Araguaia | 5.829 | 3,35 |
| Cumaru do Norte | 17.085 | 9,81 |
| Floresta do Araguaia | 3.444 | 1,98 |
| Ourilândia do Norte | 14.339 | 8,24 |
| Pau D`Arco | 1.671 | 0,96 |
| Redenção | 3.824 | 2,20 |
| Rio Maria | 4.115 | 2,36 |
| Santa Maria das Barreiras | 10.330 | 5,93 |
| Santana do Araguaia | 11.592 | 6,66 |
| São Félix do Xingu | 84.213 | 48,37 |
| Sapucaia | 1.298 | 0,75 |
| Tucumã | 2.513 | 1,44 |
| Xinguara | 3.779 | 2,17 |
| TOTAL | 174.875 | 100 |

Fonte: IBGE (Censo 2010)

De acordo com o portal da cidadania, a população total do território é de 473.042 habitantes, dos quais 173.040 vivem na área rural, o que corresponde a 36,58% do total, esta região também possui 11 terras indígenas e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,71, ressaltando que este índice é calculado utilizando como critérios, indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), de longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda da população Produto Interno Bruto (PIB) per capita. A Figura 1 apresenta o mapa com a disposição geográfica dos municípios que compõem o território Sul do Pará/Alto Xingú.

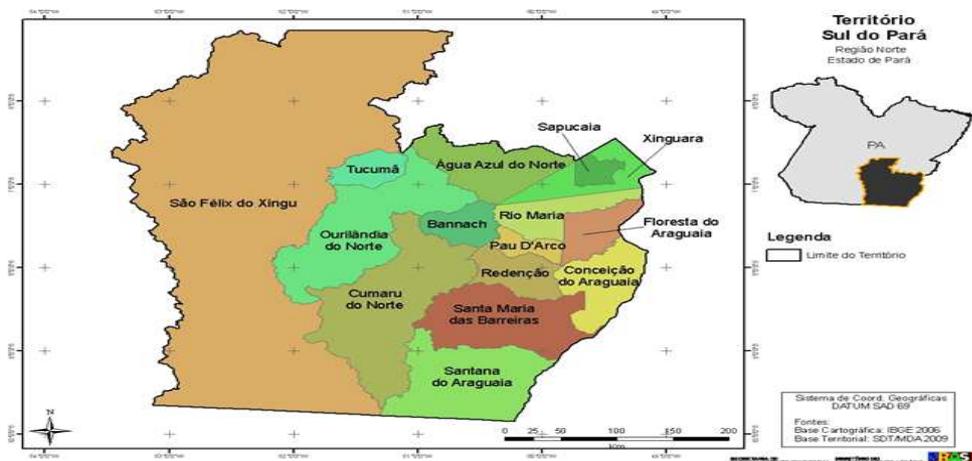


Figura 1 - Municípios que compõem o território Sul do Pará.

De acordo com o INCRA/Superintendência Regional 27 (SR 27)/Unidade Avançada de Conceição do Araguaia (UACA) existem sob sua jurisdição dez municípios, sendo que

dentro destes municípios estão implantados atualmente 129 PA's, com um total de 19.090 famílias assentadas regularmente conforme detalha a Tabela 2.

Tabela 2 – Municípios do Sul do Pará, quantidade de PA's e famílias existentes.

| Município | Nº de PA's | % | Capacidade do PA | Famílias Existentes | % de Ocupação do PA | % Geral |
|---------------------------|------------|-------------|------------------|---------------------|---------------------|-------------|
| Bannach | 2 | 1,6% | 842 | 617 | 73,3% | 3,2% |
| Conceição do Araguaia | 36 | 27,9% | 5.403 | 4.622 | 85,5% | 24,2% |
| Cumarú do Norte | 4 | 3,1% | 1.405 | 1.194 | 85,0% | 6,3% |
| Floresta do Araguaia | 9 | 7,0% | 1.971 | 1.672 | 84,8% | 8,8% |
| Pau D'Arco | 2 | 1,6% | 584 | 576 | 98,6% | 3,0% |
| Redenção | 11 | 8,5% | 981 | 712 | 72,6% | 3,7% |
| Rio Maria | 13 | 10,1% | 969 | 631 | 65,1% | 3,3% |
| Santa Maria das Barreiras | 25 | 19,4% | 6.171 | 5.055 | 81,9% | 26,5% |
| Santana do Araguaia | 18 | 14,0% | 5.345 | 3.394 | 63,5% | 17,8% |
| Xinguara | 9 | 7,0% | 881 | 617 | 70,0% | 3,2% |
| TOTAIS | 129 | 100% | 24.552 | 19.090 | | 100% |

Fonte: INCRA/SR27/UACA (2016)

Conforme apresentado na Tabela 2, os municípios que estão sob a jurisdição do INCRA/SR27/UACA, possuem em sua área um total de 19.090 famílias assentadas, sendo que deste total 4.622 famílias estão assentadas em 36 PA's, situados somente no município de Conceição do Araguaia, que tem potencial para assentar 5.403 famílias, sendo o município que possui a maior quantidade de famílias assentadas no Brasil, correspondendo a 27,9% do total de famílias assentadas na região.

A tabela 4 apresenta a relação dos PA's existentes, o número de famílias assentadas em cada um e o percentual correspondente.

Tabela 3 - Relação dos PA's implantados no município de Conceição do Araguaia

| Nome do PA | Nº de Famílias | % |
|----------------------|----------------|--------|
| Pe. Josimo Tavares | 1.147 | 24,82% |
| Joncon/3 Irmãos | 410 | 8,87% |
| Canarana | 305 | 6,60% |
| União Batente | 305 | 6,60% |
| Nazaré | 275 | 5,95% |
| Pecosa | 183 | 3,96% |
| Curral de Pedras | 157 | 3,40% |
| Ingá | 110 | 2,38% |
| Centro da Mata | 102 | 2,21% |
| Gaúcha | 95 | 2,06% |
| Santo Antonio | 86 | 1,86% |
| Maria Luiza | 85 | 1,84% |
| Marrecas do Araguaia | 85 | 1,84% |
| Novo Araguaia | 81 | 1,75% |
| Santa Eudoxia | 78 | 1,69% |
| Arraias | 76 | 1,64% |

| | | |
|-----------------------|--------------|-------------|
| Chibil | 76 | 1,64% |
| Ingá iii | 73 | 1,58% |
| Apertar da Hora | 72 | 1,56% |
| Menina Moça | 72 | 1,56% |
| Consolação | 71 | 1,54% |
| Ingá III | 68 | 1,47% |
| Lontra | 65 | 1,41% |
| São domingos | 65 | 1,41% |
| Estiva | 60 | 1,30% |
| Indiaporã | 54 | 1,17% |
| Mihomem | 51 | 1,10% |
| Santa Mariana | 50 | 1,08% |
| Pedra Preta | 48 | 1,04% |
| Primavera e Outros | 45 | 0,97% |
| Santa Cruz | 41 | 0,89% |
| Cocalinho | 31 | 0,67% |
| Paragominas | 31 | 0,67% |
| Águas Claras | 29 | 0,63% |
| São José dos 3 Morros | 20 | 0,43% |
| São Raimundo | 20 | 0,43% |
| TOTAL | 4.622 | 100% |

Fonte: INCRA/SR27/UACA (2016)

Dentre os assentamentos existentes no município, vale destacar o Assentamento Pe. Josimo Tavares com 1.147 famílias, o que corresponde a 24,82% do total de famílias do assentadas. A origem deste assentamento se deu no de 1997 quando ocorreu a ocupação do imóvel Tainá-Rekã (antiga fazenda Bradesco), situado no município de Conceição do Araguaia, tornando-se palco de uma das primeiras experiências de ocupação de terras, o que desencadeou posteriormente a criação do assentamento. Este assentamento ocupa uma área de aproximadamente 60.000 ha, onde estão estabelecidas quase 1.147 famílias, sendo que a metade desta área foi destinada para reserva legal, e a outra metade foi destinada a ocupação.

2 CAPÍTULO II

HISTÓRICO DO IFPA - *CAMPUS* CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA E SUA IMPORTÂNCIA NO ENSINO AGRÍCOLA.

2.1 Apresentação³

O IFPA tinha a denominação anterior como Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET), e em sua trajetória de um século, representa o sucesso de uma Instituição de Educação Profissional que vem consolidando seu lugar na sociedade. O processo de sua criação teve início com o Decreto do Presidente Nilo Peçanha em 23/09/1909 com o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Pará, foi instalado em 1910, na Avenida Jerônimo Pimentel nº 820, e compreendia o ensino primário, cursos de Desenho e oficinas de Marcenaria, Funilaria, Alfaiataria, Sapataria e Ferraria.

Em 1997, por meio do decreto nº 2.208/97, foi instituída pelo MEC, a verticalização da Educação Profissional, em níveis Básico, Técnico e Tecnológico. Dessa forma, por meio do Decreto datado de 18 de Janeiro de 1999 – MEC, a antiga Escola Técnica Federal do Pará (ETFPA) foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, com a finalidade de atuar no ensino médio, nos vários níveis e modalidades da educação profissional e da educação superior, bem como desenvolver a pesquisa tecnológica, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos de educação continuada.

A partir de Março/2000, o CEFET-PA, amparado pelo Decreto Federal nº 2.406 de 27 de Novembro de 1997, assume um novo desafio, implantando cursos superiores de tecnologia. Visando, também, atender à demanda regional que aponta para um grande contingente de professores leigos, com escolarização em nível fundamental ou médio, sem a devida habilitação do magistério, passa a ofertar os cursos de licenciatura – graduação plena e curso normal superior para formação de professores na educação infantil e no ensino fundamental dando ênfase às ciências e suas tecnologias, na sede e nos municípios de Parauapebas, Tucuruí, Santarém e Redenção. Os cursos atendem às mudanças propostas pela reforma do ensino.

Com o Decreto Federal Nº. 3.462, de 17 de maio de 2000 os CEFET's tem autonomia para a "Criação de cursos e ampliação de vagas no nível básico, técnico e tecnológico da Educação Profissional".

Através da Lei n. 11.892, de 29/12/2008, 31 CEFET's , 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (UNED's), 39 Escolas Agrotécnicas, 07 Escolas Técnicas Federais e 08 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No Estado do Pará em 29 de Janeiro de 2010, através da portaria ministerial Nº. 121 fica criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) ***Campus* Conceição do Araguaia.**

³ Com base em BRASIL - IFPA - Campus Conceição do Araguaia. Desenvolvido Por, **Plano de Desenvolvimento Institucional - Campus Conceição do Araguaia.** Disponível em: <<http://200.137.128.26/index.php/campi/cda>>. Acesso em: 12 de setembro 2016 às 14:45 e BRASIL - IFPA - Campus Conceição do Araguaia. Desenvolvido Por, **Plano Político Pedagógico - Campus Conceição do Araguaia.** Disponível em: <<http://200.137.128.26/index.php/campi/cda>>. Acesso em: 14 de novembro 2016 às 14:50.

2.2 Histórico

O IFPA está comprometido com as necessidades e exigências políticas, socioeconômicas, culturais e tecnológicas do Estado, num processo de integração permanente com o sistema de produção e com a sociedade, na consolidação da identidade e do desenvolvimento regional, assumindo, portanto, um papel de Referência Educacional, Científica e Tecnológica no Estado e na Região Norte.

No ano de 2001 no Município de Conceição do Araguaia, localizado no Sudeste do Pará e situado às margens do Rio Araguaia, o CEFET-PA implanta o Centro Avançado ofertando o Curso Técnico em Aquicultura através da parceria com Prefeitura Municipal. Porém, neste mesmo ano o curso foi interrompido, retornando as discussões no final do ano de 2004 quando assume novo Gestor Municipal e nova Direção Geral do CEFET/PA resgatando o Centro Avançado realizando Processo Seletivo em 2005 para mais duas turmas do Curso Técnico em Aquicultura.

Em 2008, com o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará cria cinco novas Unidades de Ensino Descentralizada (UNED) no Estado, nos Municípios de Abaetetuba, Bragança, Conceição do Araguaia, Itaituba e Santarém. A UNED Conceição do Araguaia inicia suas atividades acadêmicas lançando quatro cursos Subsequentes, Técnico em Agrimensura, Técnico em Agropecuária, Técnico em Edificações e Técnico em Saneamento.

Atualmente os cursos ofertados pelo *Campus* são os seguintes: Técnicos subseqüente (Segurança do Trabalho; Agropecuária; Eventos; Saneamento e Edificações), Técnicos integrados ao ensino médio (Agropecuária; Eventos e Edificações), Superior (Bacharelado em Agronomia e Tecnologia em Gestão Ambiental). O campus já conta atualmente com uma estrutura física ampla e moderna, situada na margem do Rio Araguaia, conforme pode-se observar na figura 2.



Figura 2 – Foto aérea do IFPA – *Campus* Conceição do Araguaia.

2.3 Missão e Visão

O IFPA tem como missão promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes (PDI, 2016).

Sua Visão é a de ser uma instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, garantindo a integração e diversidade dos saberes e a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho (PDI, 2016).

2.4 Princípios Norteadores do IFPA

Para nortear suas práticas acadêmicas harmonicamente, com uma visão sistêmica, o IFPA atua em consonância com os princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais, fundamentados nas finalidades da Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e da Lei 11892/2008 (Lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais), as quais funcionam como guia ou linha norteadora nas tomadas de decisões e no desenvolvimento de atividades.

O IFPA adota os seguintes princípios: a qualidade dos serviços educacionais; o compromisso com os valores humanos universais; o respeito aos valores éticos, estéticos e políticos; a inclusão social; o desenvolvimento socioeconômico por meio da educação; a aplicação da tecnologia; a articulação entre escola, empresa, família e sociedade; a valorização da pesquisa como princípio e estratégia educativa.

Deve-se objetivar a prática de uma educação que possibilite a aprendizagem de valores e de atitudes para conviver em sociedade, propiciando a melhoria da qualidade de vida, despertando nos alunos a conscientização quanto às questões ambientais e ao desenvolvimento econômico sustentável no estado do Pará.

Na área de ensino, o IFPA *Campus* Conceição do Araguaia oferece Cursos Técnicos (Subsequente), Curso Superior de Engenharia, de Tecnologia e de Licenciatura. A oferta de cursos com reconhecida qualidade no estado proporciona aos discentes formados a inserção no mundo do trabalho. No IFPA, desenvolvem-se programas de pesquisa e extensão com o objetivo de capacitar profissionais na formação inicial e continuada, no âmbito do estado do Pará.

2.5 O IFPA e o Ensino Agrícola

De acordo com a Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) a educação agrícola requerida pela sociedade caracteriza-se pela incorporação das novas tecnologias, pelos novos modelos de gestão da produção, pela imperativa necessidade da formação de profissionais responsáveis sócio ambientalmente e, então, representada por uma educação comprometida com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população brasileira.

Esta educação agrícola é de fundamental importância para que as atividades do campo possam se fortalecer, para que seja possível mitigar situações como por exemplo o êxodo rural. Diante destas exigências o IFPA surge como um importante meio para que o ensino agrícola possa ser implementado e fortalecido nas diversas regiões do país, onde existe principalmente a predominância de atividades rurais.

Há também uma pressão sobre os educadores que trabalham com o ensino agrícola, exigindo dos mesmos formas de fazer com que cada vez mais os alunos se interessem e se motivem na busca do conhecimento pelos conteúdos destinados a formação profissional agrícola.

É fato que houve um grande avanço do agronegócio, porém por outro lado se observa uma maior concentração de terras nas mãos de grandes agricultores, e a ampliação da pobreza no campo, em conjunto com o esgotamento dos recursos naturais, e em consequência de tudo isto o comprometimento da qualidade de vida destes habitantes da zona rural.

Ainda de acordo com a SETEC, a preocupação com a grande migração do campo para a cidade fez com que fossem buscados mecanismos para frear ou desacelerar o êxodo rural, passando-se a vislumbrar a educação como um instrumento eficaz para realizar essa função. Assim, justificavam-se todas as iniciativas a favor da educação rural e agrícola. Neste

contexto, além da ideia da educação rural como forma de “fixar” o homem ao campo, também é implantada a “extensão rural” no Brasil.

Neste contexto em meio a grandes debates, é necessário que se veja o ensino agrícola, como um meio importante de se criar e implantar políticas eficientes para que seja possível manter os agricultores no campo evitando, por exemplo, a sua migração para os centros urbanos, é necessário também que sejam disponibilizados a estes produtores, recursos tecnológicos para que os mesmos possam aumentar a produção e a produtividade de suas propriedades, fazendo que as mesmas possam se tornar autossuficientes, tanto do ponto de vista produtivo, quanto do ponto de vista financeiro.

Em paralelo a tudo isto, não há como negar que existe a busca de um modelo de produção sustentável, por essa razão observa-se que muitas instituições que atuam no ensino agrícola, vêm discutindo essa temática. A Agroecologia, com baixas entradas de insumos externos, apresenta-se como uma alternativa de menor agressão ao ambiente. Ao mesmo tempo, caracteriza-se como um novo paradigma técnico-científico capaz de guiar a estratégia do desenvolvimento sustentável.

Assim, principalmente em regiões onde predomina a agricultura familiar e áreas de assentamento, essa forma de agricultura pode elevar a produtividade com uma relativa autonomia, com um mínimo de impacto ambiental e com retorno sócio-econômico-financeiro mais adequado, capaz de permitir a diminuição da pobreza e atender às necessidades sociais da população. É neste cenário que os Institutos Federais que trabalham com o ensino agrícola devem manter o seu foco, com a finalidade de fortalecer os arranjos produtivos locais, tanto no agronegócio, quanto na agricultura familiar.

O IFPA oferece no *Campus* Conceição do Araguaia alguns cursos na área do ensino agrícola, a saber: o Curso Técnico Subsequente em Agropecuária, o Curso Médio Integrado em Agropecuária, e o Curso Superior de Agronomia. Estes cursos foram implantados, e estão sendo atualizados como o objetivo de se atender as demandas existentes na região.

3 CAPÍTULO III

ASPECTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo caracterizar a agricultura familiar no Brasil, segundo as considerações de alguns autores que tratam especificamente desta questão, além de apresentar alguns indicadores que ratificam a sua importância. Neste capítulo também serão abordados alguns aspectos sobre PA's, apresentando algumas de suas principais características e formas de funcionamento, além de algumas políticas públicas destinadas a estes assentamentos como os créditos para instalação e também alguns financiamentos como o PRONAF. Será abordado ainda um projeto denominado "Projeto Balde Cheio" da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), cujo principal objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da pecuária leiteira via transferência de tecnologia para produtores rurais.

3.1 Agricultura familiar no Brasil.

Para o Brasil o agronegócio tem uma relevância importante, pois contribui fortemente com a economia fazendo com que um grande volume de negócios oriundos das atividades agropecuárias, sejam bem expressivos no equilíbrio da balança comercial; no entanto é preciso levar em consideração o peso que a agricultura familiar tem na produção de alimentos para a população urbana e também para a população rural brasileira.

Nas últimas décadas houve uma grande mudança da realidade rural, principalmente com a concentração de grandes propriedades de terra nas mãos de um número menor de pessoas, bem como a modernização tecnológica da agricultura e pecuária, este contexto levou alguns autores até a preverem o desaparecimento da agricultura familiar, pois estes seriam execrados com o grande crescimento da agricultura empresarial, conforme as abordagens que se seguem.

Inserido no sistema capitalista o agricultor familiar perde a propriedade dos meios de produção tornando-se um assalariado cuja função é servir a lógica de capital (DIONISIO, 2003 p. 34). Com a mesma ótica, Oliveira (1996 p. 48) ressalta que no campo o desenvolvimento do capitalismo pode acontecer através da sujeição da terra ao capital em dois sentidos: por meio da compra da terra para compra/venda; ou via subordinação da produção familiar à lógica do capital.

Na visão destes autores a agricultura familiar seria uma forma de produção ultrapassada e de pouca competitividade, deduzindo que a mesma não estaria disposta a fazer as mudanças necessárias no seu modo de existir, tendo em vista a sua submissão ao capitalismo.

No entanto, o modelo de produção praticado pela agricultura familiar, que no passado era considerado ultrapassado, se tornou exemplo de ganho de produtividade e também de evolução nos seus sistemas produtivos, em algumas regiões do país, fazendo com que o então considerado um simples agricultor de subsistência passasse a ser um produtor de matéria-prima para produtos agroindustriais acabados.

A agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o país, segundo o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (2015), se tornando assim a principal responsável pelos alimentos que chegam às mesas das famílias brasileiras. A

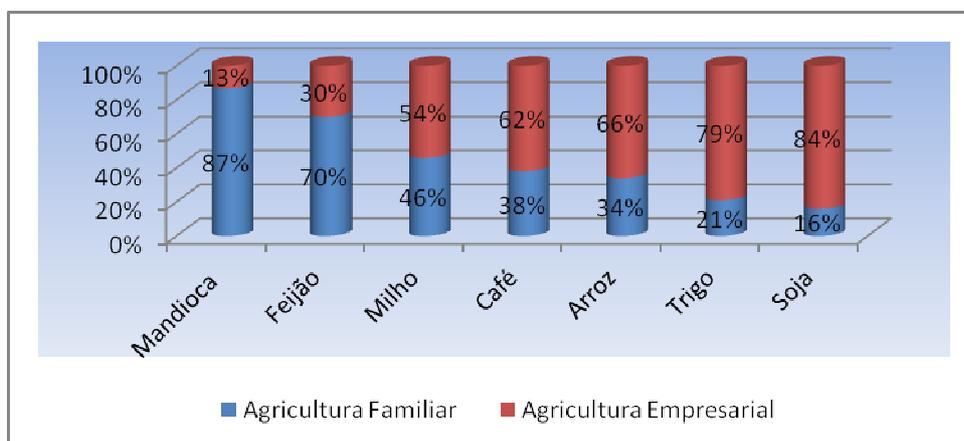
sua importância é tão grande que foi decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o ano de 2014 como sendo o Ano da Agricultura Familiar. O Dia Internacional da Agricultura Familiar, foi comemorado no dia 25 de julho de 2014, tendo em vista a consolidação dos avanços promovidos pelas políticas públicas integradas de fortalecimento do setor, que foram intensificadas na última década.

Para que se façam planejamentos adequados em todas as esferas do governo, pela primeira vez o Brasil passa a contar com dados estatísticos oficiais relacionados à agricultura familiar, através da cooperação entre o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tornando possível a delimitação conceitual dos estabelecimentos deste segmento, conforme os critérios estabelecidos pela lei 11.326/2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Estes dados estatísticos foram delimitados através de um conjunto plural formado pelas pequenas e médias propriedades, assentamentos da reforma agrária, e comunidades tradicionais rurais – extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, entre outras, explica o IBGE.

Este acontecimento é fruto de uma longa jornada de afirmação e reconhecimento pelo Estado brasileiro da importância econômica e social e da legitimidade das demandas e reivindicações da agricultura familiar, impulsionadas por lutas sociais que integram a agenda da redemocratização brasileira e que aos poucos foram inscrevendo no marco institucional as políticas públicas do desenvolvimento rural, destaca o MDA.

A agricultura familiar ocupa hoje papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%), são alguns dos principais grupos de alimentos com forte presença da agricultura familiar na produção, apresentados no Gráfico 1. Além disso, gera 15,7 postos de trabalho para cada 100 hectares, enquanto que a agricultura não-familiar gera 1,7 posto de trabalho na mesma área (MDA 2015).



Fonte: MAPA 2015

Gráfico 1 - Agricultura Familiar e produção de alimentos no Brasil.

Tendo em vista a ampliação do mercado e as melhores condições de créditos por parte do Governo Federal, que disponibiliza recursos através de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que tem como objetivo colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, a agricultura familiar segue avançando em sua estrutura.

Conforme dados do MAPA, o Plano Safra 2015/2016 para a agricultura familiar, anunciado pela então presidente Dilma Rousseff em junho/2015, teve investimento recorde de R\$ 28,9 bilhões pelo PRONAF. Os recursos representam um aumento de 20% em relação à safra anterior. Na safra 2002/2003, o crédito disponível foi da ordem de R\$ 2,3 bilhões.

Na safra 2015/2016, o governo manteve baixas as taxas de juros, que variaram entre 2% e 5,5%. Para a região do Semiárido, os juros ficaram ainda menores, entre 2% e 4,5%. O plano ainda fez uma previsão que a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) iria atender a 230 mil novas famílias de agricultores familiares, com foco na produção de base agroecológica.

Ainda existem muitos assuntos a serem discutidos tanto com relação a infraestrutura para o meio rural, como também para programas de educação voltados especificamente para a agricultura familiar, desta forma haveria uma melhor distribuição da renda oriundas das atividades produtivas, conforme observamos a seguir na expressão de Wanderley (2001) que nos afirma que,

[...] “A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação.”

Neste cenário podemos concordar com a autora que explica que a agricultura familiar assume ares de novidade e renovação, e de certa forma tem recebido atenção com relação à disponibilidade de políticas públicas voltadas especificamente para esse setor.

Ainda sob esta mesma ótica Wanderley (2001) esclarece que com o fortalecimento da agricultura familiar não faltarão alimentos na mesa dos cidadãos brasileiros, e nesse sentido além da distribuição de renda se tornar mais uniforme, onde a agricultura familiar já se encontra mais estruturada, poderá existir também um desenvolvimento mais homogêneo, pois a agricultura familiar consegue diversificar atividades e culturas em uma mesma propriedade.

3.2 Agricultura Familiar: Conceitos e Concepções.⁴

A agricultura familiar no Brasil é considerada diversificada, e inclui tanto famílias que vivem e exploram minifúndios, em condições de extrema pobreza, quanto alguns produtores que estão inseridos no moderno agronegócio, que chegam a ter renda muitas vezes maior do que aquela que define a linha da pobreza, porém não é esse um fator de diferenciação pra que seja caracterizada a agricultura familiar.

Na visão de Filho et. al. (2009), a diferenciação dos agricultores familiares está associada à própria formação dos grupos ao longo da história, pelas suas heranças culturais, pela sua experiência de vida e o legado de sua família, por um conjunto de fatores entre os quais os recursos naturais, o capital humano e daí por diante como explica os autores.

Esta diferenciação também está associada à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes umas das outras, ao acesso diferenciado aos mercados e também à inserção socioeconômica dos produtores, resultado tanto das condições particulares dos vários grupos como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo, e ainda pelas políticas públicas.

Sobre o seu conceito podemos concordar com Hecht (2000, p. 52) que diz que a agricultura familiar pode ser definida como o conjunto das unidades produtivas agropecuárias com exploração em regime de economia familiar, compreendendo aquelas atividades realizadas em pequenas e médias propriedades, com mão de obra da própria família.

Ainda na ótica de Hecht (2000, p. 52), que afirma que a agricultura familiar caracteriza uma forma de organização da produção em que os critérios utilizados para orientar

⁴ Com base em FILHO, Hildo Meirelles de Souza filho, BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos : EdUFSCar, 2009. 359p.

as decisões relativas à exploração não são vistos unicamente pelo ângulo da produção/rentabilidade econômica, mas considera também as necessidades objetivas da família. Ao contrário do modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes fatores estão intimamente relacionados.

A agricultura familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família, ou seja, os empreendimentos familiares têm duas características principais: administração e trabalho familiar.

Concordando com esse mesmo pensamento Abramovay (2004), explica que a agricultura familiar possui as seguintes características:

- a) A gestão é feita pelos proprietários;
- b) Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
- c) O trabalho é fundamentalmente familiar;
- d) O capital pertence à família;
- e) O patrimônio e os ativos são objeto de transferência inter-gerencial no interior da família;
- f) Os membros da família vivem na unidade produtiva.

Ainda segundo esse autor, as definições de Agricultura Familiar não são unânimes. Contudo, em todas elas sempre estão presentes três atributos básicos: gestão, propriedade e trabalho familiar.

Sunderhus (2015), explica que o modelo de agricultura patronal é o modelo de agricultura que se opõe diretamente ao modelo de agricultura familiar. Se, no modelo familiar a agricultura se volta mais fortemente para o consumo próprio, fazendo parte de um cultivo privado e dentro do círculo de familiares, com apenas o excedente que não foi consumido sendo vendido para outros, a agricultura patronal é exatamente o contrário: ela está completamente voltada para o lucro e para a produção, gerando venda de seus produtos.

Sob este mesmo pensamento Sunderhus (2015) continua afirmando que as decisões durante a produção também são tomadas de maneira amplamente diferente nestes dois tipos de agricultura. Enquanto na agricultura familiar as decisões são tomadas de maneira conjunta entre os membros da família, na agricultura patronal a organização responsável pela produção é quem toma as decisões, e, aos trabalhadores que, de fato, ficam no campo, cabe apenas seguir as ordens já dadas. O Quadro 1 apresenta de forma resumida algumas características das agriculturas patronal e familiar.

Quadro 1 – Características da agricultura patronal e familiar

| MODELO PATRONAL | MODELO FAMILIAR |
|---|--|
| Completa separação entre gestão e trabalho | Trabalho e gestão intimamente relacionados |
| Organização centralizada | Direção no processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários |
| Ênfase na especialização | Ênfase na diversificação |
| Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis | Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida |
| Trabalho assalariado predominante | Trabalho assalariado complementar |
| Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento” | Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo |
| Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão de obra | Tomada de decisões “in loco”, condicionadas pelas especialidades do processo produtivo |
| Pesada dependência de insumos comprados | Ênfase no uso de insumos internos |

Fonte: Pesquisa FAO/INCRA (1996)

3.3 Projetos de Assentamento.⁵

De acordo com o INCRA, o assentamento rural é basicamente um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário, cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias.

A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote é determinado pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece.

3.3.1 Como funciona um assentamento

Os trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Eles contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas.

Até que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao INCRA. Portanto, sem portar a escritura do lote em seu nome, os beneficiados não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros.

É bom saber que os assentados pagam pela terra que receberam do INCRA e pelos créditos contratados. Além da distribuição de terras, os assentamentos da reforma agrária dão condições de moradia e de produção familiar e garantem a segurança alimentar de brasileiros das zonas rurais que até então se encontravam sob risco alimentar e social.

3.3.2 Instalação das Famílias

Após a criação do assentamento, o INCRA inicia a fase de instalação das famílias no local. Os beneficiários recebem os primeiros créditos para a aquisição de ferramentas e insumos para o plantio de alimentos - para a segurança alimentar, até que, através de um sorteio, cada família seja encaminhada para sua respectiva gleba.

O responsável por este sorteio é o INCRA que garante as mesmas condições de participação de todos os beneficiários.

Após o sorteio os beneficiados assinam com a autarquia o Contrato de concessão de Uso (CCU), documento que dá direito ao assentado de morar e explorar a parcela pelo tempo que ele desejar e de receber sua posse, se cumpridas todas as exigências constantes na legislação. O CCU também é o documento que assegura o cumprimento das exigências legais para a permanência da família no assentamento.

Todos os deveres, direitos e proibições legais constam no verso do Contrato entregue ao assentado.

Para garantir a permanência das famílias na terra, as ações em prol do assentamento passarão a seguir um planejamento, feito juntamente com a comunidade: o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

O PDA é um estudo realizado pelo INCRA - ou sob sua supervisão - e com a participação da comunidade para orientar o desenvolvimento do assentamento. O estudo faz

⁵ Com base em INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, **Assentamentos**, 2015. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>> Acesso em: 23 Abr. 2015.

um diagnóstico da realidade local e apresenta propostas viáveis para desenvolver todos os aspectos da vida do assentado e da comunidade.

3.3.3 Infraestrutura básica

O INCRA implanta a infraestrutura básica necessária nas áreas de reforma agrária de forma direta e em parceria com outros entes governamentais. Essas obras são executadas por meio de licitações públicas ou convênios com estados ou municípios.

Elas ocorrem, ainda, por meio de parcerias com outros órgãos governamentais da esfera federal, como o Ministério de Minas e Energia (Programa Luz para Todos), Ministério da Integração Nacional (Programa Água para Todos), a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), entre outros.

As prioridades são a construção e/ou complementação de estradas vicinais e o saneamento básico – por meio da implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de construção de redes de eletrificação rural, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. A realização dessas ações tem grande impacto no estímulo ao processo produtivo das comunidades que residem nos assentamentos e da população local do entorno.

3.3.4 Créditos para estruturação da parcela

O trâmite para acesso aos recursos é iniciado com a seleção dos assentados conforme os parâmetros definidos no Decreto 8.256/2014, que dispõe sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária.

O INCRA encaminha as informações sobre os beneficiários ao Banco do Brasil, onde é feito o cadastro e a confecção dos cartões daqueles que foram considerados aptos fazer parte do programa.

Após a assinatura dos contratos, o INCRA autoriza o Banco do Brasil a creditar o valor referente à modalidade selecionada nas contas abertas em nome dos assentados, que fazem a movimentação por meio de cartão individual.

O Novo Crédito de Instalação foi criado com a edição da Medida Provisória nº 636/13 (convertida em Lei 13.001/2014) e regulamentado pelo Decreto 8.256/2014, que adotou uma nova sistemática de garantia de recursos ao público da reforma agrária, resultando na modernização do Crédito de Instalação.

O resultado é um modelo sustentável, com ciclos progressivos (Instalação, Microcrédito e Mais Alimentos Reforma Agrária) e orientados de estruturação produtiva, com agilidade na operacionalização, feita via bancária, por meio de cartão magnético individual de acesso aos recursos. Estes créditos são concedidos em três ciclos conforme apresentados na Figura 3.

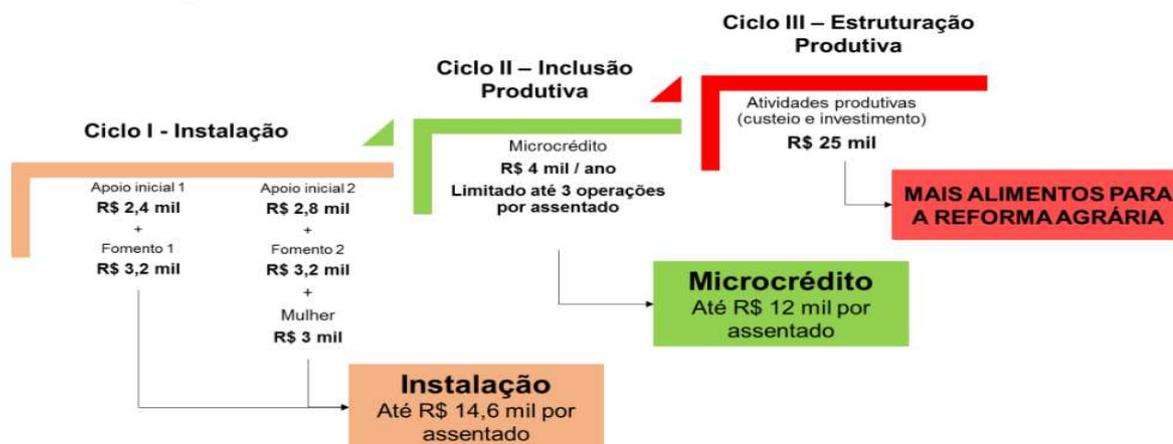


Figura 3 – Fluxo dos novos créditos da reforma agrária

3.3.5 Ciclo I - Instalação:

Apoio Inicial I: voltado à instalação no assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, no valor de até R\$ 2,4 mil por família assentada;

Apoio Inicial II: voltado à aquisição de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos, no valor de até R\$ 2,8 mil por família assentada;

Fomento: voltado à viabilização de projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional, além de estímulo da geração de trabalho e renda, no valor de até R\$ 6,4 mil por família assentada, divididos em duas operações de até R\$ 3,2 mil;

Fomento Mulher: voltado à implantação de projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote, no valor de até R\$ 3 mil, em operação única, por família assentada.

3.3.6 Ciclo II – Inclusão Produtiva

Microcrédito: voltado à inclusão produtiva das famílias, possibilitando aumento da capacidade de produção e ingresso dos itens nos mercados consumidores a partir de assistência técnica, com acesso até três operações no valor de R\$ 4 mil.

3.3.7 Ciclo III – Estruturação Produtiva

Mais Alimentos Reforma Agrária: voltado às famílias que desejam expandir as atividades produtivas e não acessaram outro investimento anteriormente, com limite de R\$ 25 mil, em uma ou mais operações, na modalidade investimento, e de até três operações de R\$ 7,5 mil para custeio.

3.3.8 Geração de Renda

Depois de disponibilizar a terra, o INCRA executa programas e ações integradas para fomentar a produção diversificada nos assentamentos, como forma de garantir aos assentados uma renda a partir da exploração econômica do lote entregue às famílias, de forma que permaneçam na terra com qualidade de vida.

Além do esforço para firmar parcerias para a implantação das obras de infraestrutura necessárias, o INCRA também contrata empresas de assistência técnica e social para qualificar a exploração das parcelas e garantir renda familiar.

Esse esforço, somado à disponibilidade de créditos e a programas de financiamento da agroindustrialização e comercialização, dão condições para que o assentado torne seu lote em uma unidade produtiva de relevância local.

A política de disponibilização de recursos, incentivos e capacitação, mantém o assentado na terra e forma empreendedores rurais, em sintonia com boas práticas em sustentabilidade, segurança alimentar e responsabilidade social.

3.4 Modalidades de assentamentos criados pelo INCRA

De acordo com o INCRA (2017) já foram criados 9.156 projetos de assentamento em todo o país. Os assentamentos são criados tão logo o INCRA recebe a posse do imóvel adquirido. A criação destes assentamentos é feita através da publicação de uma portaria, onde constam os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão dados para sua implantação.

Estes assentamentos estão divididos em dois grupos a saber, os PA's criados por meio de obtenção de terras pelo INCRA na forma tradicional, detalhados no Quadro 2, e os PA's ambientalmente diferenciados detalhados no Quadro 3.

Após a criação, o INCRA inicia a fase de instalação das famílias no local, selecionadas de acordo com os critérios da reforma agrária, com o pagamento dos créditos de instalação e a realização do PDA, responsável pela organização espacial do assentamento.

Quadro 2 – Modalidades de PA's criados pelo INCRA (Grupo I)

| GRUPO I - Modalidades de Projetos criados pelo INCRA atualmente | |
|--|--|
| MODALIDADE | CARACTERÍSTICAS |
| Projeto de Assentamento Federal (PA) | <ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; • Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União |
| Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) | <ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; • Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; • Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; • Atividades ambientalmente diferenciadas. |
| Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) | <ul style="list-style-type: none"> • Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.) • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; • Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de |

| | |
|---|---|
| | <p>responsabilidade da União;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União; |
| Projeto de Assentamento Florestal (PAF) | <ul style="list-style-type: none"> • É uma modalidade de assentamento, voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região norte • A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do IBAMA para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal • Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso. • O INCRA, em conjunto com IBAMA, órgãos estaduais e a sociedade civil organizada, indicarão áreas próprias para implantação dos PAF's. |
| Projeto de Assentamento Casulo (PAC) | <ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Assentamento criado pelo município ou pela União; • A União pode participar com os recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra pode ser do município ou da União; • Aporte de recursos de Crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal; • Infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade do Governo Federal e Municipal; • Diferencia-se pela proximidade à centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas; • Titulação de responsabilidade do município. |

Fonte: INCRA (2017)

Quadro 3 – Modalidades de áreas reconhecidas pelo INCRA (Grupo II)

| Grupo 2 - Modalidades de áreas reconhecidas pelo INCRA | |
|---|--|
| MODALIDADE | CARACTERSTICAS |
| Projeto de Assentamento Estadual (PE) | <p>Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade das Unidades Federativas;</p> <p>Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade das Unidades Federativas segundo seus programas fundiários;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A e C) mediante convênio; • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica; • O INCRA reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; <p>Titulação de responsabilidade das Unidades Federativas.</p> |
| Projeto de Assentamento Municipal (PAM) | <ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade dos municípios; • Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade dos municípios; • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A e C) mediante convênio; • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica; • O INCRA reconhece os Projetos Municipais como de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; • Titulação de responsabilidade dos municípios. |
| Programa | <ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Assentamento criado pela União com a participação dos Conselhos |

| | |
|---|--|
| Nacional de Crédito Fundiário (antigo Programa Cédula da Terra) (PCT) | <p>Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS , onde a obtenção da terra se dá por meio da compra e venda, nunca pela desapropriação;</p> <ul style="list-style-type: none"> Os beneficiários recebem financiamento específico destinado a obtenção dos recursos fundiários e implantação da infra-estrutura básica. A seleção dos beneficiários de responsabilidade do Governo Federal; Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União; Direcionados para regiões de difícil obtenção de terras por meio da desapropriação. |
| Reservas Extrativistas (RESEX) | <ul style="list-style-type: none"> Reconhecimento pelo INCRA de áreas de Reservas Extrativistas - RESEX como Projetos de Assentamento viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária ; A obtenção de terras não é feita pelo INCRA, mas pelos órgãos ambiental federal ou estadual quando da criação das RESEX |
| Território Remanescentes Quilombola (TRQ) | <ul style="list-style-type: none"> Decretação da área pela União visando a regularização e o estabelecimento de comunidades remanescentes de quilombos; Aporte de recursos para a obtenção de terras, créditos e infra-estrutura feito pela União por meio de ações integradas com a Fundação Palmares e outras instituições; |
| Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto (PFP) | <ul style="list-style-type: none"> Projetos criados pelo Estado ou Municípios Esses projetos são reconhecidos o pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem ao PRONAF A |
| Reassentamento de Barragem (PRB) | <ul style="list-style-type: none"> A implantação é de competência dos empreendedores e o INCRA reconhece como beneficiário do PNRA, quando eles passam a ter direito ao Pronaf A, Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) e Pronera |
| Floresta Nacional (FLONA) | A obtenção de terras não é feita pelo INCRA, mas pelos órgãos ambiental federal quando da criação das FLONAS |
| Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) | <ul style="list-style-type: none"> De competência do IBAMA São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas o pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (PRONAF A) O reconhecimento de RDS como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das Resex |

Fonte: INCRA (2017)

Além das modalidades detalhadas nos Quadros 1 e 2, o INCRA já criou e tem cadastrado em seu Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA) os Projetos de Colonização (PC), os Projetos Integrados de Colonização (PIC), os Projetos de Assentamento Rápido (PAR), Projetos de Colonização Particular (PAP), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) e Projetos de Assentamento Conjunto (PAC). Todas essas modalidades deixaram de ser criadas a partir da década de 1990, quando entraram em desuso. Eram previstas ainda outras modalidades que, no entanto, nunca foram criadas, esclarece o INCRA.

3.5 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

No ano de 1996 através do decreto 1.946/1996 o governo federal instituiu o PRONAF destacando que o referido programa possui a finalidade de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996)

Ao instituir o PRONAF, o governo federal definiu para o referido programa o seguinte objetivo geral: propiciar condições para aumentar a capacidade produtiva; a geração

de emprego e de renda, de tal forma a melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (BRASIL, 1996).

O MDA (2013) esclarece que o PRONAF está estruturado tendo como objetivo financiar projetos individuais e coletivos que beneficiariam tanto os agricultores familiares quanto os assentados da reforma agrária. O programa é destinado às famílias rurais, com público alvo estabelecido segundo as diversas modalidades do programa, provenientes do estabelecimento rural ou não, que desenvolvem atividades rurais agropecuárias ou não agropecuárias visando a geração de renda e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida.

Alguns autores como Mattei (2005), acrescenta que o PRONAF foi criado com alguns objetivos específicos que são:

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Na opinião de Bittencourt (2002, p. 93), “o crédito rural para a agricultura familiar pode ser considerado como um dos instrumentos de maior sucesso do PRONAF”.

O PRONAF é um instrumento elementar de modernização e expansão do crédito de custeio. Ele pode ser definido como uma política agrícola, que põe em prática uma das principais lições da experiência internacional de desenvolvimento agrícola, tornando eficiente o potencial dos trabalhadores, os agricultores familiares e suas organizações.

Podem participar do programa agricultores familiares cuja renda familiar bruta tenha alcançado nos 12 meses que antecedem a solicitação do PRONAF, até R\$ 360 mil. O agricultor deve estar com o CPF regularizado e livre de dívidas. Para os beneficiários da reforma agrária, o interessado deve procurar o INCRA ou uma empresa de ATER que esteja credenciada para elaboração do projeto e realização das vistorias exigidas pelo Banco.

De acordo com o INCRA (2017), o PRONAF pode ser disponibilizado em diversas linhas de crédito, conforme detalhamento no tópico seguinte.

3.5.1 Linhas de Crédito do PRONAF⁶

Pronaf Custeio: Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf.

Pronaf Mais Alimentos – Investimento: Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

Pronaf Agroindústria: Linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.

⁶ Com Base em BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – **Conheça as Linhas de Crédito do PRONAF**. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>> Acesso em 13 de abril de 2017 às 17:09h

Pronaf Agroecologia: Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

Pronaf Eco: Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.

Pronaf Floresta: Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.

Pronaf Semiárido: Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agro ecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.

Pronaf Mulher: Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.

Pronaf Jovem: Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.

Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.

Pronaf Cota-Parte: Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

Microcrédito Rural: Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

Os Anexos 1, 2 e 3 deste trabalho apresenta os Quadros Resumo dos Grupos e Linhas de Crédito do PRONAF, com maiores detalhes sobre cada um deles.

3.6 Programa Balde Cheio⁷

Sabemos que existem muitas políticas públicas destinadas à agricultura familiar situadas em PA's, com diferentes índices de eficiência na sua execução, a quantidade dessas políticas públicas não garante aos produtores a garantia de uma eficiência produtiva da propriedade rural, nesse contexto se faz necessário a busca por tecnologias e até capacitações que podem estar ao alcance destes produtores, porém sem o mesmo formato de uma política pública, é o caso do Programa Balde Cheio, Criado pela EMBRAPA Pecuária Sudeste, que oferece oportunidade de ganhos com redução de custos/despesas e elevação do número de rebanho, sem a necessidade de aumentar a área da propriedade rural. De acordo com a EMBRAPA o programa, hoje presente em quase todo o território nacional, leva conhecimento

⁷ Com Base em SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **Metodologia Balde Cheio mais que dobra a produção de leite.** Disponível em <<http://sna.agr.br/metodologia-balde-cheio-mais-que-dobra-producao-de-leite/>> Acesso em 12 de abril de 2017 às 22:38h.

técnico aos produtores por meio da promoção do desenvolvimento sustentável da pecuária leiteira via transferência de tecnologia.

3.6.1 Implantação

De acordo com a EMBRAPA, a propriedade leiteira de cunho familiar serve como “sala de aula prática” com o objetivo de “reciclar o conhecimento de todos os envolvidos: pesquisadores, extensionistas e produtores e, ao mesmo tempo, apresentar essa propriedade como exemplo de desenvolvimento sustentável da atividade leiteira em todos os aspectos: técnico, econômico, social e ambiental”.

Para implantar o Balde Cheio em determinada região, um extensionista treinado pela EMBRAPA seleciona uma propriedade por município que sirva como base de referência aos demais produtores. A propriedade “sala de aula” deve ter, preferencialmente, as seguintes características: pequeno porte (a partir de 0,5 hectare) e atividade leiteira como principal fonte de renda familiar, para que não haja interferência no aprendizado das pessoas envolvidas.

Após a propriedade ser selecionada e aprovada pela equipe do projeto, o dono do espaço deve responder a um questionário que identificará, além do sistema de produção, aspectos relacionados à situação socioeconômica da família, bem como questões referentes ao ambiente.

A partir daí, deve ser realizada a visita de um instrutor credenciado pelo programa, que ocorrerá a cada quatro meses por quatro anos (tempo do projeto), totalizando 12 visitas de acompanhamento. Nestas visitas, além do instrutor credenciado, devem estar presentes o extensionista responsável pela Unidade Demonstrativa (UD) e o produtor. As presenças de mais pessoas – ou seja, de outros técnicos e produtores de leite da região – podem ser incentivadas.

3.6.2 Visitas

De acordo com a EMBRAPA, o extensionista responsável deve ir à UD, pelo menos, uma vez por mês. Já o pecuarista de leite que aceitar ser uma UD terá o direito de ser assistido pelos técnicos do programa, desde que cumpra com as seguintes obrigações: realizar de imediato exames para detecção de brucelose e tuberculose, descartando animais positivos; e permitir que sua propriedade seja visitada por outros produtores e outros técnicos.

Ele também deve fazer sempre o que for combinado entre os envolvidos, além de passar a registrar os controles básicos relativos ao clima (chuvas e temperaturas máxima e mínima), às finanças (despesas e receitas com a atividade leiteira) e ao rebanho (parições, coberturas, pesagens mensais de fêmeas em crescimento e controles leiteiros, que nada mais são do que as pesagens ou medições, uma vez ao mês, do leite produzido por cada uma das vacas em lactação).

Segundo a entidade, técnicas adequadas a cada propriedade serão propostas e discutidas por todas as pessoas presentes na visita quadrimestral. Com isto, possivelmente a solução mais viável será encontrada e a cada visita os problemas vão sendo solucionados e novas perspectivas acabam sendo vislumbradas.

3.6.3 Tecnologias

O projeto Balde Cheio utiliza tanto tecnologias agropecuárias quanto ambientais e gerenciais na hora de implantá-lo em determinada região. Nas tecnologias de campo, são empregados o uso intensivo de pastagens em sistema de pastejo rotacionado; uso de sistemas

de irrigação; fornecimento de cana-de-açúcar com ureia como suplementação alimentar no período da seca; controle reprodutivo; controle sanitário no rebanho; e uso de técnicas de melhoria do conforto e do bem-estar dos animais.

Nas tecnologias ambientais são empregadas a recuperação e conservação da fertilidade do solo; plantio de árvores para formação ou renovação de matas ciliares; preservação de áreas de proteção permanente; controle de efluentes e ações de melhoria da qualidade da água. Nas gerenciais, são realizados o controle zootécnico do rebanho, a análise econômica da produção e o acompanhamento contábil das propriedades participantes.

3.7 Agronegócio no Brasil

O Brasil ainda considerado um país em desenvolvimento tem se destacado no cenário mundial em algumas áreas importantes da economia, dentre elas o agronegócio. Apesar dos números não terem sido favoráveis no último ano, conforme destaca o MAPA (2016), a economia brasileira ainda está entre as 10 maiores economias mundiais, destacando na formação destes índices, a agricultura e a pecuária que colocam o Brasil nessa posição.

Ainda em consonância com o MAPA estas atividades juntas representam entre 22,0% e 23,0% do total da economia brasileira, com cerca de R\$ 1,1 trilhão, sendo que deste percentual as atividades agrícolas representam 70% e a pecuária, cerca de 30% do valor produzido no ano de 2014.

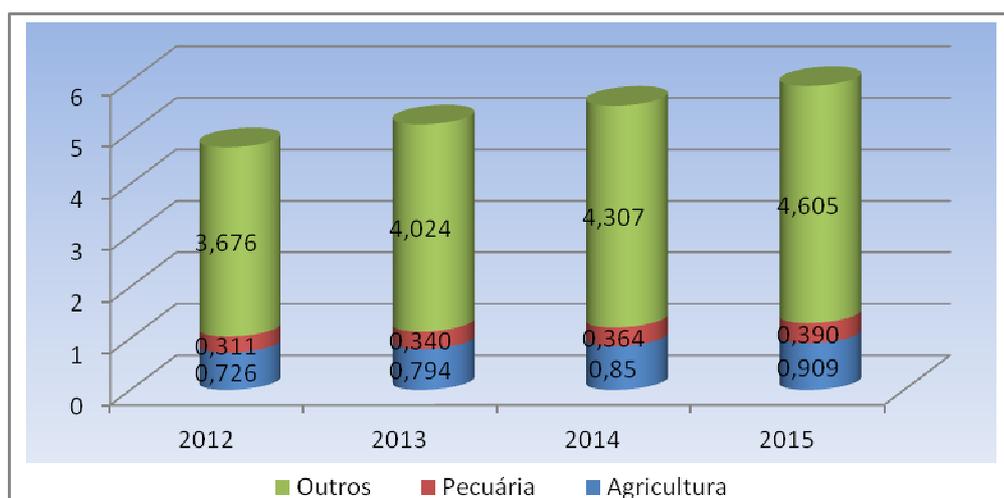


Gráfico 2 - Crescimento do PIB Brasileiro (em trilhões de Reais) e a participação da agricultura e pecuária em sua composição.

Fonte: MAPA 2016

O setor agropecuário brasileiro vem se consolidando cada vez mais na formação das riquezas nacionais, conforme detalhamento no Gráfico 2. Sob a ótica do cenário agrícola regional, e tomando como base a região Sul Paraense, percebe-se o surgimento de uma nova fronteira agropecuária, o que gera uma expectativa de aumento da produção e da produtividade agrícola e pecuária nacional, e em consequência disto um crescimento socioeconômico da região. Pelo ângulo da Gestão Financeira, torna-se necessário um investimento elevado para que os empreendimentos rurais possam acompanhar este crescimento real e significativo.

Quando se fala em crescimento e fortalecimento desta fronteira agropecuária há a necessidade por parte dos pequenos e grandes empreendimentos agropecuários, em adotar modelos de gestão que busquem a eficiência e eficácia produtiva e também de seus custos de

produção, para que haja assim o aumento do faturamento e a adequada inserção do empreendimento rural em um mercado considerado forte e competitivo.

Segundo o MAPA, no primeiro trimestre de 2015 o crescimento das riquezas produzidas no campo foi 4,7% maior do que o registrado no quarto trimestre de 2014. Para a safra 2014/2015, o governo federal destinou R\$ 156 bilhões em créditos rurais para os médios e grandes produtores, sendo que deste total foram contratados 81% dos recursos disponíveis. Para custeio e comercialização foram aplicados R\$ 92 bilhões e para investimentos, R\$ 34,8 bilhões.

No início de maio de 2015 a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) divulgou que o Brasil poderia terminar a safra 2014/2015 com a colheita de 202,23 milhões de toneladas de grãos, valor 4,4% superior ao registrado na safra anterior, sendo que este crescimento considerável foi alavancado nas produtividades dos principais produtos de “*commodities*” brasileiros que são o milho a soja e o trigo.

Para a safra 2015/2016 o Governo Federal através do MAPA estará destinando mais de R\$ 180 bilhões em crédito para o campo, por meio do Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016. Este plano garante um volume ainda maior de recursos que nos anos anteriores, sendo que o foco principal dos recursos é para o custeio e à comercialização da safra e para o fortalecimento do produtor rural.

Segundo Kátia Abreu, Ministra da Agricultura da época, estes são investimentos estratégicos para que o país possa continuar aumentando a sua produção e garantindo a oferta de alimentos de qualidade, com preço justo, para todos. (MAPA, 2015)

4 CAPÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA GERAL E DE EMPRESAS AGROPECUÁRIAS.

Este capítulo apresentará as considerações de autores que discutem e orientam trabalhos que se relacionam diretamente com o tema central dessa pesquisa, que trata do ensino de gestão de empresas agropecuárias.

4.1 Teoria Geral da Administração

Marostica (2008) aborda de forma clara e objetiva a evolução da Teoria Geral da Administração esclarecendo que a mesma começou com o que ele chama de “ênfase nas tarefas” (atividades executadas pelos operários em uma fábrica), com a Administração Científica de Taylor. A seguir, a preocupação básica passou para a “ênfase na estrutura” com a Teoria Clássica de Fayol e com a Teoria da Burocracia de Weber, seguindo-se mais tarde a Teoria Estruturalista.

A reação humanística surgiu com a “ênfase nas pessoas”, por meio da Teoria das Relações Humanas, mais tarde desenvolvida pela Teoria Comportamental e pela Teoria do Desenvolvimento Organizacional. A “ênfase no ambiente” surgiu com a Teoria dos Sistemas, sendo completada pela Teoria da Contingência. Esta, posteriormente, desenvolveu a “ênfase na tecnologia”.

No século XXI surge a teoria da competitividade, capaz de levar a empresa ao sucesso e desenvolvimento permanente. Cada uma dessas seis variáveis – tarefas, estrutura, pessoas, ambiente, tecnologia e competitividade provocaram há seu tempo uma diferente teoria administrativa, marcando um gradativo passo no desenvolvimento das Teorias Gerais da Administração.

4.2 Teoria da competitividade

Esta teoria surgiu no século XXI, sendo a teoria capaz de levar a empresa ao sucesso e desenvolvimento permanente. Cada uma dessas seis variáveis – tarefas, estrutura, pessoas, ambiente, tecnologia e competitividade provocaram há seu tempo uma diferente teoria administrativa, marcando um gradativo passo no desenvolvimento das Teorias Gerais da Administração, conforme explica Chiavenatto (2010).

4.3 Definições de Administração

Segundo Sobral et. al. (2008) explica que as constantes mudanças nos ambientes organizacionais alteraram profundamente o trabalho dos administradores. A informações e as ideias substituíram as máquinas e os ativos físicos. A globalização ampliou os mercados, mas também aumentou a concorrência. Neste contexto administrar nos dias de hoje significa fazer uma leitura dos objetivos propostos pelas instituições e empresas e transformá-los em ação organizacional partindo das funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle através do esforço de todos, realizado em todas as áreas e em todos os níveis da

organização, a fim de alcançar os objetivos propostos da maneira mais adequada à cada situação de forma efetiva.

Estamos vivendo numa época de constantes mudanças, incertezas e perplexidade, a era da informação está trazendo novos desafios para as organizações e, sobretudo, para sua administração, e nesta ótica a teoria administrativa se tornou tão imprescindível para o sucesso do administrador e das organizações, esclarece Chiavenatto (2010). A constante necessidade de inovação e renovação, a busca de flexibilidade e agilidade para proporcionar mudança e transformação e a adoção de novas ideias são desafios constantes no ambiente empresarial, não importando o tamanho e a natureza destas organizações.

4.4 Origem da Administração Rural

Sepulcri (2004), afirma que a administração rural teve sua origem no início do século XX, junto às Universidades de Ciências Agrárias, na Inglaterra e Estados Unidos da América, nos chamados “*Land Grant College*”, com a finalidade de analisar a viabilidade econômica das técnicas agrícolas. Tinha um conceito parcial da administração rural, enfocando prioritariamente, a área de produção e a função controle.

A aplicação e os estudos de extensão consideravam, principalmente, a alocação de recursos, registros contábeis financeiros, sendo a contabilidade simplificada o instrumento gerencial mais divulgado.

Neste tópico também abordaremos de forma mais detalhada os seguintes temas: Administração Rural, Conceitos e Objetivos e, também a Gestão Integrada da Agricultura Familiar.

4.5 Administração de empresas rurais

Dentro do contexto da agricultura familiar e do agronegócio, a Administração Rural tornou-se uma importante aliada no que se refere a identificação dos principais problemas de gestão dentro das grandes e pequenas propriedades rurais, bem como nas Unidades de Produção Familiar (UPF) existentes dentro de áreas dos PA's, para que se possa identificar e resolver os principais problemas de gestão, levantando informações que possam gerar intervenções e mudanças a fim de aumentar a sua eficiência.

No papel de educadores, não se pode acomodar e deixar que problemas como a falta de gestão destes estabelecimentos rurais sejam gargalos para que se tornem autossustentáveis. O cenário encontrado instiga a pesquisa como o principal caminho para que seja encontrada uma forma de motivá-los em busca de efetividade administrativa.

Conforme Silva (2013), a atividade agrícola precisa ser encarada em moldes empresariais, e neste sentido, é de fundamental importância que o produtor rural esteja preparado para gerir o seu empreendimento, para poder assim elaborar estratégias de gestão bem como ações corretivas e preventivas que busquem as melhores alternativas possíveis, para que o seu negócio se consolide no que diz respeito ao aspecto econômico-financeiro.

O sucesso do empreendimento como um todo depende diretamente das escolhas obtidas previamente por seus gestores, sendo que o conhecimento e o domínio sobre a empresa e seus processos administrativos determinam se vai haver sucesso ou não. O empreendimento rural não muito obstante apresenta suas particularidades que podem ou não estar associadas a um nível maior de dificuldade administrativa, quer por suas limitações tecnológicas ou por em sua maioria estar sempre associada a grandes extensões de áreas de produção.

Silva (2013) também afirma que a Administração Rural é um ramo da Administração que se utiliza das funções administrativas (Planejamento, Organização, Direção e Controle) visando ao uso mais racional e eficiente dos recursos para obter resultados compensadores, sendo assim o que se sabe é que constantemente o desafio é aumentado para com as práticas administrativas e ferramentas de gestão, que são inteiramente viáveis em sua função no meio de empreendimentos rurais. Dada a complexidade dos processos administrativos e também da sua importância para o bom funcionamento das empresas é importante conhecê-los e dominá-los.

As funções administrativas, quando consideradas como um todo, formam o processo administrativo, por isso é que a gestão eficiente destes processos, devem ser consideradas vitais para a adequação dos fatores de produção também chamados de insumos, a fim de que sejam otimizados os resultados do empresário rural. Todo administrador carrega consigo um perfil administrativo, no entanto algumas das funções são previamente requeridas para que exista o mínimo de uma consciência administrativa.

O planejamento aparece como papel inicial do processo administrativo. Envolvido por diversos pontos específicos o planejamento apresenta-se com abrangências diversificadas a níveis estratégicos, táticos e operacionais. Define-se também que é no planejamento que se estabelecem os objetivos que orientam a tomada de decisões, estes podem ser dispostos de maneira hierarquizada, detalhando-os conforme sua focalização.

O planejamento é a primeira função administrativa, é quem define os objetivos para o futuro desempenho organizacional, e decide sobre os recursos e tarefas necessários para alcançá-los adequadamente. Graças ao planejamento, o administrador se orienta pelos objetivos visados e das ações necessárias para alcançá-los, baseando-se em algum método, plano ou lógica. (CHIAVENATO, 2010).

Sob outra ótica, porém voltada para o meio rural, Silva (2013) destaca que “as variáveis que influenciam a atuação da empresa rural deveriam ser seriamente analisadas quando da realização do planejamento agrícola e sua execução, tendo em vista que os empreendimentos desse setor estão sujeitos a um grande número de variáveis”. Ainda seguindo a afirmação do autor, Silva (2013) “a dependência dos recursos naturais, a sazonalidade de mercado, a perecibilidade dos produtos, o ciclo biológico de vegetais e de animais e o tempo de maturação dos produtos.”, são condicionantes que influenciam diretamente na produção agropecuária, e neste caso fica implícito que o planejamento deve ser o ponto de partida de todo e qualquer empreendimento, onde a situação atual é avaliada, observando-se os pontos fortes e fracos, as ameaças e as oportunidades, e onde e como os objetivos deverão ser alcançados.

A organização é a função relacionada com a atribuição de tarefas, ela é o processo de engajar as pessoas em um trabalho conjunto e de forma estruturada para que se possa alcançar objetivos comuns. É portanto essencial tanto quanto às demais funções do processo administrativo, uma vez que aloca trabalho e estabelece autoridade e os recursos entre os membros envolvidos.

A Organização visa estabelecer os meios e recursos necessários para possibilitar a realização do planejamento e reflete como a organização ou empresa tenta cumprir os planos. A organização é a função administrativa relacionada com a atribuição de tarefas, agrupamento de tarefas em equipes ou departamentos e alocação dos recursos necessários nas equipes e nos departamentos. (CHIAVENATO, 2010).

A Direção é uma das funções administrativas que depende tanto do planejamento quanto do controle. Esta etapa envolve muito mais comunicação, motivação e dinamismo do empreendedor em questão, envolve também orientação e um complexo poder de influência do administrador para com os diferentes níveis institucionais da empresa.

A direção representa a colocação em marcha daquilo que foi planejado e organizado. Para tanto, a direção é a função administrativa que envolve o uso de influência para

ativar e motivar as pessoas a alcançarem os objetivos organizacionais. Ela envolve influência, comunicação, orientação, motivação e liderança das pessoas para desempenhar as tarefas essenciais. (CHIAVENATO, 2010)

Portanto a direção se faz necessária em todos os tipos de organizações, principalmente nas empresariais, pois influencia e orienta as atividades relacionadas com as tarefas dos diversos componentes, fazendo o norteamento das pessoas envolvidas, e motivando-as através de suas ferramentas de gestão para que possam fazer a empresa atingir seus objetivos.

O controle é a parte da administração que serve como âncora dos próximos passos da empresa, e de como ela está sendo administrada. Neste ponto serão observadas se as aplicações do planejamento estão de acordo, e se as ações revelam efetividade.

O controle representa o acompanhamento, a monitoração e a avaliação do desempenho organizacional para verificar se tudo está acontecendo de acordo com o planejado, organizado e dirigido. (CHIAVENATO, 2010)

Silva et al. (2009, p. 34), também complementa o conhecimento acerca do controle, e expõe esses pontos em relação às dificuldades encontradas no meio rural, pois além das dificuldades inerentes a organização empresarial inserida no mercado de trabalho, ainda deve se preocupar com fatores condicionantes que estão fora do seu controle, como os fatores climáticos.

A falta de precisão na apuração e controle de custos irá comprometer a qualidade das decisões tomadas, conseqüentemente a gestão da propriedade rural ficará comprometida, já que a opção por determinados cursos de ação poderá levar a uma perda de competitividade. A agropecuária é um atividade de difícil gerenciamento da produção por enfrentar fatores incontroláveis, como o clima, as pragas, as doenças, a sazonalidade de produção, a adequação de solo em termos de acidez e a composição de nutrientes para a produção de biomassa. (SANTOS et al., 2009)

Sendo assim o Controle é o responsável pelo monitoramento e pela comparação do que foi planejado e o que foi realizado, pois uma vez definida as metas e o planejamento de como elas serão alcançadas, deve-se observar em determinados períodos de tempo previamente estabelecidos no planejamento, como estão sendo realizadas estas tarefas, bem como avaliar o nível de eficiência de cada uma delas.

Conforme Silva (2013) “Empresa rural é uma unidade de produção que possui elevado nível de capital de exploração e alto grau de comercialização, tendo como objetivo técnico a sobrevivência, o crescimento e a busca do lucro”, ainda segundo o mesmo autor “Unidade de Produção é a área de terra onde se realiza a produção agropecuária”. No decorrer desta pesquisa serão consideradas Unidades de Produção as parcelas de terra e suas famílias proprietárias, situadas em PA’s, que tem como principal fator de mão-de-obra os próprios integrantes das famílias, daí o termo UPF ou Unidade de Produção Familiar.

Basicamente o projeto de assentamento é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural pertencente a um único proprietário. Cada unidade, chamada de parcela, lote ou gleba é entregue a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. (INCRA, 2015)

No contexto de crescimento da Agricultura e Pecuária na nossa região, acredita-se que a gestão efetiva do negócio rural seja vital para o seu fortalecimento e permanência no cenário econômico, enfatiza-se as Unidades Produção situadas nas áreas de assentamento, por acreditar que as mesmas não possuem este tipo de suporte.

5 CAPÍTULO V

O MÉTODO

5.1 Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa será de natureza exploratória, e têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Neste caso será o modelo que melhor se adequa aos objetivos desta pesquisa, pois o que se pretende é que ocorra a familiarização com o problema, buscando assim o esclarecimento das questões centrais do objeto. Conforme esclarece Gil (2002), afirmando que,

[...] “Seu planejamento é, portanto bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiverem experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.” (GIL, 2002, p. 41)

O método que será utilizado nesta pesquisa para análise e interpretação dos resultados será o dedutivo, pois de acordo com Gil (2008, p. 9) partiremos de conceitos universais, para chegarmos a argumentos de conclusões particulares.

A amostra será extraída de um universo de famílias existentes em unidades rurais situadas dentro de áreas de PA's, além de alunos do IFPA que também são oriundos destas áreas. Na abordagem metodológica será reservado um tópico para que seja melhor esclarecida a quantidade de sujeitos participantes.

Para que se possa obter um melhor entendimento sobre o problema central desta pesquisa, será feito um levantamento de dados, obtidos diretamente com os sujeitos participantes que são os agricultores familiares e os alunos dos cursos de graduação em agronomia e do curso técnico em agropecuária do IFPA, sendo que estes alunos irão participar como membros dos PA's e também como membros de um processo de aprendizagem aplicada através da pesquisa.

A coleta dos dados ocorrerá com a aplicação de 03 questionários com questões fechadas, sendo que o primeiro (Apêndice 3), conterá questões destinadas à obtenção de informações necessárias para a caracterização da propriedade rural, o segundo (Apêndice 4) conterá questões destinadas à obtenção de informações relativas à percepção por parte dos sujeitos participantes, de questões ligadas à gestão administrativa do negócio rural, o terceiro (Apêndice 5) diz respeito a percepção dos alunos com relação a participação na pesquisa, como prática da articulação entre o ensino, pesquisa e extensão.

Estas questões serão fechadas para que seja possível transformar uma série de dados qualitativos em uma série de dados quantitativos, conforme explica Canziani (2001, p. 59), a apresentação dos resultados se dará em forma de tabelas e gráficos, que serão criados em quantidade e forma que possam dar suporte a fase de discussão dos resultados e as respectivas conclusões. Os tópicos seguintes fazem um detalhamento dos procedimentos metodológicos a serem realizados no decorrer da pesquisa.

5.2 O Problema de Pesquisa

O foco principal do problema em questão é conhecer as principais razões que levam os agricultores familiares a supostamente não utilizarem as rotinas básicas de administração rural e de como os alunos do curso superior de agronomia e do curso técnico em agropecuária poderão melhor entender estas rotinas de gestão, como forma de melhorar o atendimento a estes produtores rurais no futuro. Pretende-se ainda com este trabalho entender a percepção dos alunos com relação a participação na pesquisa, como prática da articulação entre o ensino, pesquisa e extensão.

O que se espera ao final deste trabalho é encontrar respostas para questões do tipo:

- a) “Quais as razões que levam os agricultores familiares a supostamente adotarem um nível baixo de técnicas de gestão administrativa em seus negócios rurais?”;
- b) “Qual a percepção da importância da gestão de propriedades rurais sob a ótica dos alunos do IFPA e dos agricultores familiares situados em PA’s do município de Conceição do Araguaia?”.
- c) “Qual a importância das atividades de pesquisa para os alunos do IFPA, como prática da articulação entre o ensino, pesquisa e extensão”.

5.3 Hipótese

Se a gestão de propriedades rurais for adequadamente abordada e validada na prática da formação profissional, então poderá contribuir para uma melhor formação dos alunos do IFPA, permitindo que os mesmos possam levar seus conhecimentos aos agricultores familiares, de forma a agregar valor aos seus produtos e a consolidarem suas propriedades no mercado como uma empresa rural lucrativa.

5.4 Justificativa

A justificativa desse trabalho está relacionada a dois fatores principais que precisam ser melhor entendidos. O primeiro diz respeito à carência de estudos relacionados à administração rural no Brasil, especificamente sobre os assuntos ligados à gestão da propriedade rural de agricultores familiares, pois quando esta problemática é inserida no contexto regional, levando em consideração a região Sul do Pará, este problema se torna mais expressivo ainda, pois não existe nas instituições de ensino locais, ações de pesquisa e extensão como as que são realizadas no âmbito do IFPA. Também não existe nos órgãos governamentais locais, uma quantidade de informações ou trabalhos satisfatórios, que possam embasar a abordagem deste tema para que fosse possível uma discussão mais aprofundada.

O segundo fator, que mostra a relevância desta pesquisa, diz respeito à percepção dos alunos do IFPA, com relação à importância da gestão de negócios rurais na sua formação profissional, bem como a validação destas informações na vivência de um caso prático na vida real. Estes alunos após a conclusão de seus cursos possivelmente irão atender muitos agricultores, seja na área de PA’s, na agricultura familiar, ou mesmo em grandes empreendimentos destinados ao agronegócio, que tem tido um desenvolvimento considerável nesta região, surgindo daí uma demanda expressiva por uma boa formação profissional.

5.5 Objetivos da Pesquisa

5.5.1 Objetivo Geral

Caracterizar as propriedades rurais existentes em PA's do ponto de vista administrativo, com a participação direta dos alunos do curso de Agronomia e do curso Técnico em Agropecuária, para compreender as razões que supostamente levam seus proprietários à utilização reduzida de técnicas de gestão.

5.5.2 Objetivos Específicos

- ✓ Descrever as propriedades rurais, seus integrantes e suas atividades produtivas.
- ✓ Verificar a percepção dos alunos e produtores com relação à utilização das funções básicas da administração: planejamento, organização, direção e controle que poderiam ser utilizadas na propriedade rural;
- ✓ Subsidiar os alunos e produtores com informações sobre as formas eficientes de se gerir uma propriedade rural, baseado na discussão dos resultados alcançados;
- ✓ Contribuir com os alunos para que os mesmos possam vivenciar, na prática, os conteúdos teóricos recebidos em sala de aula;
- ✓ Avaliar a percepção dos alunos com relação a experiência da vivência de um caso real, durante a sua participação na pesquisa.

5.6 Sujeitos participantes

Participaram da pesquisa um total de 98 sujeitos, sendo 49 agricultores familiares que são proprietários de parcelas⁸ que estão situadas em áreas dos PA's, localizados no município de Conceição do Araguaia, e 49 alunos do IFPA *Campus* Conceição do Araguaia, sendo 30 alunos do curso superior de Agronomia e 19 alunos do Curso Técnico em Agropecuária, conforme apresentado na tabela 4.

Tabela 4 – Quantitativo de sujeitos participantes.

| Participantes | Origem | Qtd. | % |
|----------------------------|---------------------------------|-----------|-------------|
| Agricultores Familiares | Projetos de Assentamento | 49 | 50% |
| Estudantes de Agronomia | Alunos do IFPA (Curso Superior) | 30 | 31% |
| Estudantes de Agropecuária | Alunos do IFPA (Curso Técnico) | 19 | 19% |
| TOTAL | | 98 | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa

5.7 Instrumentos de coleta de dados

Quanto aos procedimentos técnicos, esta pesquisa caracteriza-se como levantamento conforme explica Gil (2002), pois terá interrogações diretas com pessoas cujo comportamento ou percepção sobre um determinado assunto precisa ser conhecido, afirmando que,

⁸ As parcelas são cada uma das unidades de divisão de um PA. Pode ser chamada também de lote ou Gleba (INCRA, 2016).

As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados. (GIL 2002, p. 50.)

Por ser um levantamento, existe obrigatoriamente a participação de pessoas e, neste caso será disponibilizado a todos os sujeitos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de acordo com as normas vigentes do Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), além do Termo de Anuência, que será solicitado ao IFPA, ratificando a participação dos alunos nesta pesquisa.

Os dados serão obtidos com a aplicação de questionários estruturados com a maioria das questões fechadas, a fim de que se torne possível a transformação de uma série de fatos qualitativos (denominados atributos) numa série de valores quantitativos (denominados variáveis) permitindo assim a análise estatística dos dados conforme explica Canziani (2001, p. 59).

5.8 Estruturação dos Questionários

No trabalho de campo foram aplicados três questionários, com a maioria das questões fechadas, sendo que o primeiro se destinou à caracterização da propriedade rural (Apêndice 3), o segundo (Apêndice 4), se destinou a obter informações sobre a percepção dos participantes com relação a utilização de técnicas de gestão, e o terceiro (Apêndice 5) se destinou a avaliar a percepção dos alunos com relação a participação na pesquisa, como prática da articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão vivenciando na prática um caso real.

5.8.1 Questionário de caracterização das propriedades rurais.

O objetivo principal deste questionário foi descrever as propriedades rurais, seus integrantes e suas atividades produtivas, para que fosse possível caracterizar a mesma e a partir das informações obtidas, obter um provável entendimento dos recursos disponíveis para produção. As questões deste questionário foram agrupadas da seguinte forma:

- a) Informações gerais da família assentada;
- b) Situação de ocupação e acesso à propriedade;
- c) Composição do núcleo familiar;
- d) Disponibilidade de recursos hídricos para a produção;
- e) Disponibilidade de energia elétrica para a propriedade;
- f) Mão de obra disponível na propriedade;
- g) Atividades extrativistas e comercialização;
- h) Atividades não extrativistas, produção e comercialização;
- i) Acesso ao crédito (Disponibilizados pelo INCRA);
- j) Acesso ao crédito (Financiamentos).

5.8.2 Questionário sobre a percepção⁹ dos participantes, com relação à gestão do negócio rural.

Na elaboração das afirmações contidas neste questionário, tomou-se como base o modelo proposto na obra de Canziani (2001), que trata das principais dificuldades, relatadas nos grupos focais utilizados na obra, para o uso de técnicas de gestão na empresa agropecuária, onde:

Considerando o modelo teórico proposto, a formulação das questões levou em consideração a necessidade de se contemplar assuntos relacionados às funções do processo administrativo (planejamento, organização, direção e controle), exercidas nas diferentes áreas de decisão da empresa agropecuária (produção, finanças, comercialização e pessoal) (CANZIANI, 2001).

As questões deste questionário (Apêndice 4) foram divididas em 5 (cinco) grupos, sendo que cada um destes grupos tem um objetivo de investigação específico, conforme detalhamento de cada um destes tópicos explicados a seguir.

a) Atributos do participante: Na identificação do participante procurou-se identificar alguns atributos com o objetivo de se obter maiores detalhes na tabulação dos dados, como foram abordados dois grupos (Agricultores e Estudantes) foi solicitado o tipo de participante (Agricultor familiar ou Estudante). Qual a atividade principal no caso de Agricultor familiar, e qual o curso que frequenta no caso de estudante. Qual a idade (Até 20 anos, De 21 a 30 anos, De 31 a 40 anos, De 41 a 50 anos, Acima de 50 anos). Grau de escolaridade (Até o primeiro grau completo, Segundo grau completo ou incompleto, Superior completo ou incompleto). Participação em algum curso relacionado a gestão da propriedade rural (Nunca participou, Se participou em quantos 1,2,3,4 ou mais). Sexo (Masculino, Feminino).

Para a mensuração do grau de concordância dos participantes, sobre as afirmações contidas no questionário, foi adotada a escala de Likert, que é muito útil em situações em que precisamos que o entrevistado apresente com detalhes a sua opinião.

Para muitos pesquisadores inclusive na área das ciências sociais o uso de diversos instrumentos de medida é comum, para que seja possível mensurar a realidade sobre um objeto em estudo, sendo que para realizar esta mensuração Vieira (2008), explica que:

[...] os pesquisadores precisam desenvolver instrumentos adequados para que as medidas correspondam efetivamente ao que se deseja medir (possuir validade) e para que o erro amostral seja o menor possível (aumentar a confiabilidade) diante dos recursos disponíveis, e desta forma os resultados das medidas seja m um reflexo da realidade. VIEIRA (2008, p. 12).

Concordando com a autora, para este trabalho a escala de Likert foi considerada eficiente, pois pode ser trabalhada com uma escala decimal de um a cinco. A opção por esta escala decimal no questionário, foi adotada levando em consideração sua maior facilidade de compreensão tanto no meio rural, quanto no sistema educacional.

Na escala considerada, as notas atribuídas pelos participantes às afirmações possuem o seguinte significado: a nota um significa total discordância; a nota dois significa discordância parcial; nota três significa indiferença; a nota quatro significa concordância parcial e a nota cinco significa total concordância. No questionário uma seta em direção a

⁹ Neste caso o termo “percepção” é mais subjetivo e se refere ao modo como os agricultores e estudantes compreendem um determinado assunto. A percepção, portanto, envolve a manifestação de um sentimento das pessoas sobre o assunto em questão.

nota um indicava maior discordância e uma seta em direção a nota cinco indicava maior concordância (apêndice 4).

b) Questões gerais introdutórias: Neste questionário¹⁰, as quatro primeiras afirmações são gerais ou introdutórias, a fim de despertar o interesse do entrevistado pelo questionário e direcionar sua atenção para questões administrativas da empresa agropecuária. São elas: (1) “Na última década, a despesa com a manutenção da família têm sido maior do que o aumento da renda da propriedade rural”. (2) “Proporcionar um bom padrão de vida para a família é o principal objetivo da propriedade rural”. (3) “Os lucros ou prejuízos das atividades agropecuárias é afetado, muito mais por variações do clima e dos preços agrícolas, do que por problemas administrativos da propriedade rural”. (4) “No atendimento ao produtor, a assistência técnica concentra seu trabalho na orientação da produção e atua pouco em questões administrativas das propriedades rurais”.

c) Questões relacionadas à atividade administrativa de planejamento: As afirmações de número 5 a 12 relacionam-se ao planejamento das diferentes áreas empresariais da propriedade rural, ou seja, relacionam-se ao planejamento da produção, das finanças, da comercialização e ao planejamento do pessoal. São elas: (5) “A necessidade de usar a infraestrutura existente na propriedade e a incerteza quanto aos preços futuros (que podem ser altos ou baixos) estimula o produtor rural a manter sua produção, de acordo com o seu planejamento de longo prazo”. (6) “É preferível fazer o planejamento da propriedade mentalmente e não por escrito, pois são constantes as mudanças na política econômica, no clima e nos preços. O planejamento mental é mais versátil do que o planejamento escrito”. (7) “Se o produtor rural começar a fazer muitas contas no papel e verificar os prováveis resultados, ele poderia perder o estímulo de produzir”. (8-) “A necessidade de caixa (dinheiro) para pagar compromissos financeiros, normalmente é o que determina o momento da venda da produção”. (9) “Os produtores rurais preferem trabalhar as suas atividades com maior estoque patrimonial (terras, máquinas, animais) do que com maior liquidez no caixa (disponibilidade financeira). Por isso, em anos de sobra de caixa, preferem investir na propriedade do que guardar o dinheiro no banco”. (10) A principal dificuldade para se planejar a compra de insumos é a falta de recursos financeiros na propriedade em determinadas épocas do ano. (11) “A legislação trabalhista é mais adaptada ao meio urbano. Por isso, em propriedades rurais, é mais difícil cumpri-la integralmente”. (12) “As propriedades rurais normalmente trabalham com ociosidade de mão-de-obra fixa, pois na média anual, o número de empregados fixos é determinado em função dos períodos de maior necessidade de trabalho”.

d) Questões relacionadas à atividade administrativa de organização: Da mesma forma, as afirmações de números 13 a 20 relacionam-se a organização das áreas de produção, finanças comercialização e pessoal. São elas: (13) “O produtor rural tem uma maior preocupação com os aspectos de produção (tecnologia) do que pelos aspectos administrativos de sua propriedade”. (14-) “As propriedades rurais normalmente trabalham com infraestrutura ociosa (máquinas, equipamentos, etc.), pois na média anual, o tamanho dessa infraestrutura é determinado em função da possibilidade de ocorrer períodos críticos (adversidades climáticas, etc)”. (15) “Na avaliação da propriedade, o mais importante é conhecer os resultados globais, pois as diferenças de resultados entre talhões/lotes geralmente se devem a questões climáticas ou a outras variáveis que não podem ser controladas pelo produtor”. (16) “O produtor rural

¹⁰ Na formulação do questionário buscou-se uma correspondência das afirmações com algumas atividades administrativas das empresas agropecuárias, embora se reconheça que essa correspondência não é única e exata. Pela ordem, nas 36 afirmações do questionário, buscou-se as seguintes correspondências: 4 são questões gerais; 8 questões relacionam-se à atividades de planejamento; 8 questões relacionam-se à organização, 8 questões relacionam-se à direção e 8 questões relacionam-se ao controle.

tem dificuldade para entender e utilizar os *softwares* (programas de computador) desenvolvidos para o meio rural”. (17) “O produtor rural recebe constantemente informações de muitas pessoas e instituições e de várias formas (até via TV). Isso dificulta a escolha do melhor produto (insumo) comercial a ser utilizado na propriedade”. (18) “Há uma grande pressão das empresas e/ou cooperativas sobre o produtor rural para que ele seja fiel na entrega de sua produção”. (19) “O produtor rural não tem tempo para fazer planejamento por escrito e manter controles pormenorizados. É uma correria todo dia, para executar os serviços e tarefas operacionais que exigem atenção permanente”. (20) “Como o produtor tem que gastar a maior parte do seu tempo cuidando da produção, sobra a ele pouco tempo para analisar as áreas financeira e comercial da empresa rural”.

e) Questões relacionadas à atividade administrativa de direção: Na sequência, as afirmações de números 21 a 28 relacionam-se a direção das áreas de produção, finanças, comercialização e pessoal. São elas: (21) “Os bons produtores rurais são aqueles que obtém alta produtividade”. (22) “Primeiro é preciso melhorar a tecnologia para aumentar a produtividade, depois se preocupar com planos e controles para a propriedade. (23). “A grande maioria dos produtores rurais não separa em seus registros os gastos da família e os gastos da propriedade”. (24) “Alguns dados financeiros da propriedade (como o valor dos gastos familiares, o valor de dívidas, etc.) não são assunto para serem tratados com profissionais da assistência técnica. (25) “O envolvimento dos profissionais da assistência técnica com a venda de insumos inibe os produtores rurais, de receber deles, assessoria administrativa na propriedade”. (26) “Comprar e vender é tarefa do produtor rural. Raramente (à exceção das transações de pequenos valores) ela é delegada a funcionários da fazenda”. (27) “No meio agropecuário não adianta muito querer controlar tudo por escrito. O importante é o responsável estar presente na propriedade, pois assim já estaria efetuando os controles de forma visual, mas permanente”. (28) “No meio agropecuário, as ordens de serviço que os produtores repassam aos funcionários devem ser bem claras e diretas, pois não adianta muito ficar trocando ideias com os funcionários”.

f) Questões relacionadas à atividade administrativa de controle: Por fim, as afirmações de números 29 a 36 relacionam-se ao controle da produção, das finanças, da comercialização e do pessoal. São elas: (29) “Se o profissional da assistência técnica prestar ao produtor uma boa orientação tecnológica, isso já é uma grande contribuição para a propriedade, pois questões administrativas são responsabilidade do produtor rural”. (30) “As propriedades rurais, geralmente não adotam sistemas detalhados de controle de custos pela grande dificuldade de se coletar dados precisos (ou exatos) em nível de campo”. (31) “Alguns poucos indicadores de eficiência (produtividade, índices zootécnicos, etc.) e de resultado (sobra de dinheiro em caixa, etc.) são suficientes para indicar se a propriedade está indo bem ou mal”. (32) “As propriedades rurais, geralmente não adotam sistemas detalhados de controle porque esse trabalho não garante um aumento na rentabilidade”. (33) “É possível que um sistema de controle simplificado seja suficiente para garantir uma boa administração da propriedade rural, porque eles permitem, pelo menos, uma noção sobre os resultados técnicos e econômicos do empreendimento”. (34) “Na compra dos insumos e na venda da produção, o mais importante é controlar as quantidades para evitar desvios, pois os preços são definidos pelo mercado”. (35) “Os funcionários das propriedades rurais não gostam de fazer anotações por escrito sobre as tarefas realizadas”. (36) “Os funcionários das propriedades rurais não sabem ou têm muitas dificuldades para fazer anotações por escrito sobre as tarefas realizadas”.

5.8.3 Questionário de avaliação da percepção dos alunos com relação a participação na pesquisa, como prática da articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão.

O objetivo principal deste questionário foi avaliar a percepção dos alunos sobre a importância da participação dos mesmos na pesquisa como prática da articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão, vivenciando na prática um caso real, que pode ser vivenciado durante a atuação profissional destes alunos.

As questões deste questionário (Apêndice 5) foram divididas em 3 (três) grupos, sendo que cada um destes grupos tem um objetivo de investigação específico, conforme detalhamento de cada um destes tópicos explicados a seguir.

a) Participante: Identificação somente da turma onde o aluno frequenta e a data de aplicação do questionário. Optou-se por não solicitar o nome do participante, para que o mesmo ficasse a vontade e não tivesse nenhum tipo de dificuldade no momento de responder as perguntas deste questionário.

b) Instruções para preenchimento do Questionário: Neste grupo, foram colocadas a disposição do participante as informações para o preenchimento do questionário.

c) Questões sobre as disciplinas: As questões deste grupo estão relacionadas diretamente com as informações obtidas pelos alunos com a relação a disciplina Gestão Agropecuária / Administração Rural, sendo que 4 delas são fechadas, conforme descrição a seguir: (Questão 1) “Após concluir a disciplina (Gestão Agropecuária/Adm. Rural), acredito que a mesma irá me proporcionar condições técnicas de orientar os produtores rurais em questões ligadas à gestão do negócio rural.”. (Questão 2) “A disciplina (Gestão Agropecuária/Adm. Rural) é importante para a minha formação técnica.”. (Questão 3) “A disciplina (Gestão Agropecuária/Adm. Rural) me permitiu obter uma visão mais abrangente do funcionamento de uma propriedade rural.”. (Questão 4) “A disciplina (Gestão Agropecuária/Adm. Rural) me permitiu entender que as atividades de gestão do negócio rural, não pode estar dissociada das atividades relacionadas aos tratos culturais e/ou animais.”.

d) Questões sobre o Ensino, Pesquisa e Extensão: As questões deste grupo estão relacionadas diretamente com a percepção dos alunos, tendo em vista que os mesmos estarão atuando como sujeitos participantes, e também estarão vivenciando na prática um caso real de trabalho, estas questões são fechadas e estão relacionadas a seguir: (Questão 1) A relação entre ensino, pesquisa e extensão, deve proporcionar mudanças importantes nos processos de ensino e aprendizagem, colaborando efetivamente para a formação profissional e cidadã dos estudantes do IFPA. (Questão 2) A extensão pode ser considerada como “Um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Instituição de Ensino e a Sociedade. (UNIRIO-2017)”. (Questão 3) Os projetos de extensão devem estar associados aos conteúdos das disciplinas para que as atividades práticas de ensino tenham mais aproveitamento por parte dos estudantes. (Questão 4) O envolvimento direto dos alunos nos projetos de pesquisa e extensão, proporciona o fortalecimento do processo ensino e aprendizagem motivando os mesmos a buscarem um maior aprofundamento com relação ao tema ora abordado. (Questão 5) A minha participação nesta pesquisa foi importante, pois foi possível colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula. (Questão 6) O IFPA deve utilizar como estratégia de ensino o atendimento à comunidade local onde está inserido, para que haja assim o envolvimento dos alunos com os problemas sociais, econômicos e ambientais da sua região. (Questão 7) O IFPA deve procurar cada vez mais ser uma organização socialmente responsável, tendo o compromisso com a melhoria de vida da população, com a participação efetiva dos seus alunos, através do ensino, pesquisa e extensão. (Questão 8) A situação real

encontrada durante a atividade prática realizada nas propriedades rurais, que foi o levantamento dos dados para a confecção do diagnóstico, proporcionou também um momento importante de aprendizagem.

Apenas 1 (uma) destas questões foi aberta, para que os alunos pudessem expressar suas opiniões de forma mais espontânea e menos específica. Esta questão foi a seguinte: “Avalie a importância do seu envolvimento com esta pesquisa para a sua formação profissional, bem como a vivência com uma situação real que deve ser encontrada na sua vida profissional.”.

5.9 Estratégia de Coleta de Dados

Antes da aplicação dos questionários foi feito um pré-teste com os alunos do IFPA, com a finalidade de explicar o objetivo da pesquisa, a função de cada uma das questões bem como avaliar a respectiva efetividade deste instrumento.

Após o pré-teste, os questionários foram aplicados em dois momentos distintos, tendo em vista que se trata de instrumentos de coleta de dados com objetivos diferentes. No primeiro momento foi aplicado o questionário sobre o nível de percepção da gestão do negócio rural para os alunos durante os encontros em sala de aula, e posteriormente foram aplicados ambos os questionários, para os agricultores familiares, pelos alunos durante as visitas realizadas “*in-loco*” às propriedades rurais.

5.10 Plano de análise de dados

Para a tabulação dos questionários foi utilizada uma planilha eletrônica, onde estes dados foram lançados de acordo com cada item do questionário, e assim após a aplicação de fórmulas foi possível a extração das informações de acordo com a necessidade determinada, na fase de conclusão dos resultados.

Para extração destas informações, foram aplicadas fórmulas estatísticas que ofereceram alguns indicadores estatísticos como a média, a moda, a mediana, e o desvio padrão além de percentuais agrupados em formas de tabelas.

Tendo em vista que na análise estatística a mediana é utilizada para representar a tendência central dos dados coletados, e ainda considerando a natureza ordinal¹¹ dos dados após a sua tabulação, pois houve notas atribuídas pelos entrevistados, ela será o principal indicador para análise e interpretação dos dados.

Conforme explica (CANZIANI 2001, p. 78), no teste da mediana pretende-se identificar a concordância ou discordância dos entrevistados com relação às afirmações de cada questão, bem como o grau de percepção de cada um em uma escala de 0 a 5 adotada nos questionários.

5.10.1 Mineração de Textos

O avanço das tecnologias para aquisição, armazenamento e disseminação de dados tem permitido que o volume de informação gerado em formato digital tenha aumentado de forma significativa nas organizações de forma geral e também em nossas atividades cotidianas. As redes sociais e outras ferramentas de compartilhamento de informações estão cada vez mais presentes em nossas vidas.

¹¹ Em uma escala de medida ordinal os números são utilizados somente para classificar os elementos numa ordem crescente ou decrescente (CANZIANI 2001, p. 78)

Tendo em vista este universo tão vasto de informações bem como o seu grande volume, é necessário que tenhamos acesso e conhecimento de algumas técnicas que possam facilitar as atividades profissionais. Uma destas técnicas computacionais por assim dizer pode ser a mineração de textos, que pode nos auxiliar na organização inteligente dessas coleções textuais, agilizando assim o processo de busca e recuperação de informações.

Rezende et. al. (2011) professora do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (ICMC-USP), faz algumas considerações importantes acerca da mineração de textos explicando que,

A Mineração de Textos pode ser definida como um conjunto de técnicas e processos para descoberta de conhecimento inovador a partir de dados textuais. Em um contexto na qual grande parte da informação corporativa, como e-mails, memorandos internos e blogs industriais, é registrada em linguagem natural, a Mineração de Textos surge como uma poderosa ferramenta para gestão do conhecimento. Pode-se afirmar que a Mineração de Textos é uma especialização do processo de mineração de dados. A principal diferença entre os dois processos é que, enquanto a mineração de dados convencional trabalha exclusivamente com dados estruturados, a Mineração de Textos lida com dados inerentemente não-estruturados. Logo, na Mineração de Textos, o primeiro desafio é obter alguma estrutura que represente os textos e então, a partir dessa, extrair conhecimento.

Vejamos também o que Morais et. al (2007) tem a nos dizer sobre esta técnica,

Os benefícios da mineração de textos pode se estender a qualquer domínio que utilize textos, sendo que suas principais contribuições estão relacionadas à busca de informações específicas em documentos, à análise qualitativa e quantitativa de grandes volumes de textos, e a melhor compreensão do conteúdo disponível em documentos textuais.

Com relação a importância da mineração de textos como ferramenta necessária nas atividades de apoio à pesquisa, podemos concordar com ambos os autores tanto Rezende et. al. (2011) quanto Morais et. al (2007), que alinham suas concepções e ratificam a eficiência desta técnica, como um importante instrumento de auxílio para as decisões do pesquisador.

As ferramentas podem ajudar na tabulação e obtenção dos dados, porém o pesquisador precisa ter um estreito relacionamento com o tema a ser pesquisado, para que o seu trabalho possa lhe propiciar crescimento profissional e intelectual e, de alguma forma, resultar em benefícios para a comunidade. Conforme esclarece Gil (2002), além da experiência na área o pesquisador também precisa de mais alguns atributos que lhe serão imprescindíveis no decorrer da execução de seus trabalhos, afirmando que

“O êxito de uma pesquisa depende fundamentalmente de certas qualidades intelectuais e sociais do pesquisador, entre as quais são: a) conhecimento do assunto a ser pesquisado; b) curiosidade; c) criatividade; d) integridade intelectual; e) atitude autocorretiva; f) sensibilidade social; g) imaginação disciplinada h) perseverança e paciência; i) confiança na experiência.” Gil (2002, p. 50)

Sob esta ótica as características do pesquisador são fundamentais para o sucesso de uma determinada pesquisa, somente a sua subjetividade pode ser um fator determinante de avaliação destes resultados, porém ao se lançar mão de uma técnica como a mineração de dados, o pesquisador pode tornar os seus processos nas diversas fases do seu trabalho se tornarem mais eficientes.

5.10.2 Nuvens de Palavras

Para que fosse possível avaliar a percepção dos alunos com relação a sua participação nesta pesquisa, foi apresentado após a digitação das respostas abertas do questionário 3 (três), uma nuvem de palavras, que é uma imagem composta por palavras que

demonstram de maneira visual, a frequência de ocorrência das palavras em um dado texto, sendo que quanto maior for o número de ocorrências de uma palavra, maior a mesma será na nuvem de palavras. Para a criação desta nuvem de palavras foi utilizada uma aplicação *web* chamada *TagCrowd*. Além desta aplicação também foi utilizado o aplicativo *Sobek*, que nos permite avaliar um determinado texto em forma de diagrama. Estes resultados permitiram um indicativo do que os mesmos tiveram de aprendizado, durante a sua participação direta na pesquisa.

5.10.3 Análise de Sentimentos

Nesta pesquisa foram utilizados 3 (três) questionários para o levantamento dos dados, porém o questionário nº 3 intitulado “Questionário de avaliação da percepção dos alunos com relação a participação na pesquisa, como prática da articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão”, merece ser enfatizado, com relação a estratégia que foi utilizada para análise de seus resultados, especificamente a última questão, que é aberta para manifestação livre dos alunos.

Como a última questão é destinada ao relato do aluno com relação ao que foi a sua participação na pesquisa, e de que forma isso veio a contribuir com a sua formação profissional, foi necessário avaliar o impacto desta ação e em consequência disto a avaliação da sua percepção, e por isso optamos em utilizar a análise de sentimentos como ponto de partida, e para que possamos entender esta técnica, explicaremos como se dá a aplicação da mesma.

Com a popularização da internet, e o rápido crescimento das redes sociais, algumas organizações perceberam que não era possível acompanhar na mesma velocidade, o que os internautas, que poderiam ser seus clientes ou não, estavam observando em seus produtos ou serviços. O que se percebeu então foi que ao analisar essas informações, era possível pelas organizações, ter a vantagem de conhecer as opiniões dos usuários sobre seus serviços ou produtos fornecidos a partir de dados das redes sociais conforme nos esclarece (GOMES, 2013).

Surge então a Mineração de Textos, também conhecida como Descoberta de Conhecimento em Textos que pode fornecer um conjunto de técnicas capazes de automatizar o processo de coleta de dados e o seu processamento, permitindo assim a estruturação destas informações e, junto com a Análise de Sentimentos, proporcionam às organizações subsídios para que as mesmas possam saber, por exemplo o que os usuários estão comentando sobre seus produtos e serviços em suas páginas na *web*.

Ainda sob a ótica de Gomes (2013), que esclarece que apesar da Análise de Sentimentos ser apresentada por grande parte da literatura como estudo computacional de sentimentos, a mesma pode ser utilizada para muitos outros projetos, que por ventura precisem fazer um determinado tipo de classificação pois esta técnica pode ser também utilizada para classificar dados textuais

Nesta pesquisa esta técnica foi utilizada como apoio, para a avaliação da percepção dos alunos participantes da pesquisa, com relação a vivência de um caso real, na prática de uma atividade profissional.

5.10.4 Algumas aplicações do *TagCrowd*

O *TagCrowd* é uma aplicação *web* para visualização de frequências de palavra em qualquer texto por meio do que é popularmente conhecido como nuvens palavras, de texto, ou *cloud tag*. Foi criada em Julho de 2006 por Daniel Steinbock, um estudante de doutorado em

Design e Educação da Universidade de Stanford. A ferramenta *TagCrowd* é especializada em fazer nuvens de palavras fáceis de ler, analisar e comparar, para uma variedade de finalidades úteis como: resumos de tópicos para os discursos e trabalhos escritos; análise visual de dados qualitativos; nuvens de marcas que permitem que as empresas vejam como eles são percebidos pelo mundo; para mineração de dados do corpo de um texto e também para ajudar os escritores e alunos refletir sobre sua produção textual (COSTA, 2017).

5.10.5 Algumas aplicações do *Sobek*

O *Sobek* é uma ferramenta de mineração de texto que foi desenvolvida para apoiar aplicações educacionais. Ela tem sido utilizada em várias tarefas, como no auxílio aos professores no processo de avaliação de atividades de produção textual, ou em atividades de leitura e escrita. A ferramenta *Sobek* é extremamente fácil de usar. Para que possa obter um diagrama com a representação visual de um texto, o usuário necessita simplesmente copiar e colar o texto no editor do *Sobek* e pressionar um botão. Com um único clique é possível visualizar um diagrama conciso com os principais termos e as relações de um texto (UFRGS, 2017).

6 CAPÍTULO VI

ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa acompanhados da discussão de cada uma das informações obtidas com os instrumentos de coleta de dados. Estas discussões serão subdivididas em tópicos, para que haja um maior detalhamento acerca do debate.

6.1 Distribuição dos alunos por faixa etária

A tabela 5, identifica as faixas etárias, nas quais se encontram os alunos participantes da pesquisa.

Tabela 5 – Distribuição dos alunos por faixa etária.

| Faixas Etárias | Nº de Alunos |
|------------------|--------------|
| Até 20 anos | 16 |
| De 21 a 30 anos | 31 |
| De 31 a 40 anos | 1 |
| De 41 a 50 anos | 1 |
| Acima de 50 anos | 0 |
| TOTAL | 49 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

O gráfico 3, apresenta a distribuição percentual dos alunos participantes da pesquisa por faixas etárias.

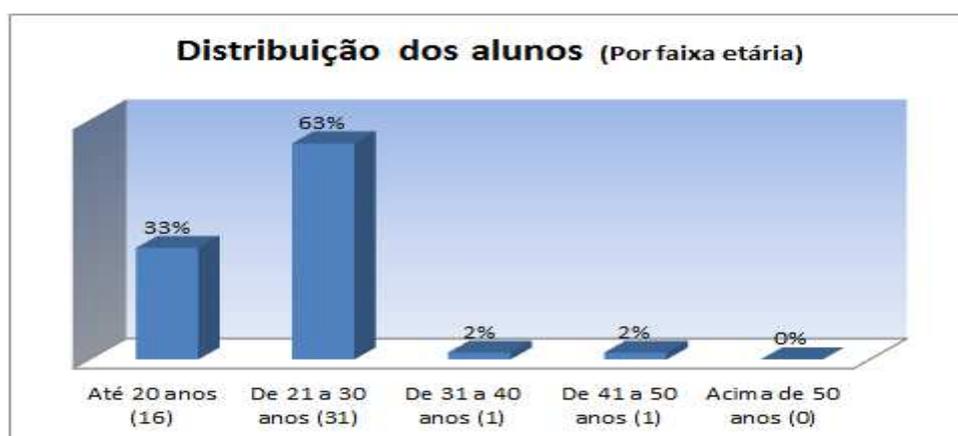


Gráfico 3 – Distribuição dos alunos por faixa etária.

Com os alunos optou-se por distribuir os participantes da pesquisa em 05 (cinco) faixas de idade distintas: até 20 anos, de 21 a 30 anos; de 31 a 40 anos; de 41 a 50 anos; e mais de 50 anos.

Na faixa etária até 20 anos tivemos o total de 16 (dezesseis) alunos, representando 33% (trinta e três por cento) da amostra, na faixa etária de 21 a 30 anos tivemos o total de 31

(trinta e um) alunos representando 63% (sessenta e três por cento), na faixa etária de 31 a 40 anos tivemos apenas 1 (um) aluno representando 2% (dois por cento) da amostra, na faixa etária de 41 a 50 anos assim como na faixa anterior tivemos apenas 1 (um) aluno representando 2% (dois por cento) da amostra.

Com relação à concepção do que é ser jovem no Brasil, uma das convenções mais correntes da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a cultura (UNESCO), que inclusive está presente em muitas ações e em estudos ligados diretamente ao segmento, ela afirma que:

[...] jovem é a pessoa entre 15e 24 anos nessa convenção, pois seria nesse período de vida que se alcança a maturação biológica, psicológica e social que permite uma completa condição de compartilhar das relações sociais do mundo adulto. (UNESCO, 2005).

Se considerarmos as 2 (duas) primeiras faixas de idade, como apenas uma, que seriam os alunos até 30 anos, temos um total de 47 (quarenta e sete) o que corresponde a um percentual de 96% (noventa e seis por cento). Isso nos mostra que de acordo com o conceito da UNESCO, a grande maioria, quase a totalidade, são considerados jovens, que nestas faixas etárias estão amadurecendo suas relações sociais, e nesse contexto suas opiniões são relevantes para que seja possível encontrar respostas para o problema de estudo dessa pesquisa.

6.2 Distribuição dos produtores por faixa etária.

A Tabela 6, permite identificar as faixas etárias nas quais se encontram os(as) agricultores(as) participantes da pesquisa.

Tabela 6 – Distribuição dos Produtores por faixa etária.

| Faixas Etárias | Nº de Produtores |
|-----------------------|-------------------------|
| Até 40 anos | 5 |
| De 41 a 50 anos | 16 |
| De 51 a 60 anos | 10 |
| De 61 a 70 anos | 10 |
| Acima de 70 anos | 8 |
| TOTAL | 49 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

O gráfico 4, apresenta a distribuição percentual dos(as) agricultores(as) participantes da pesquisa por faixas etárias.

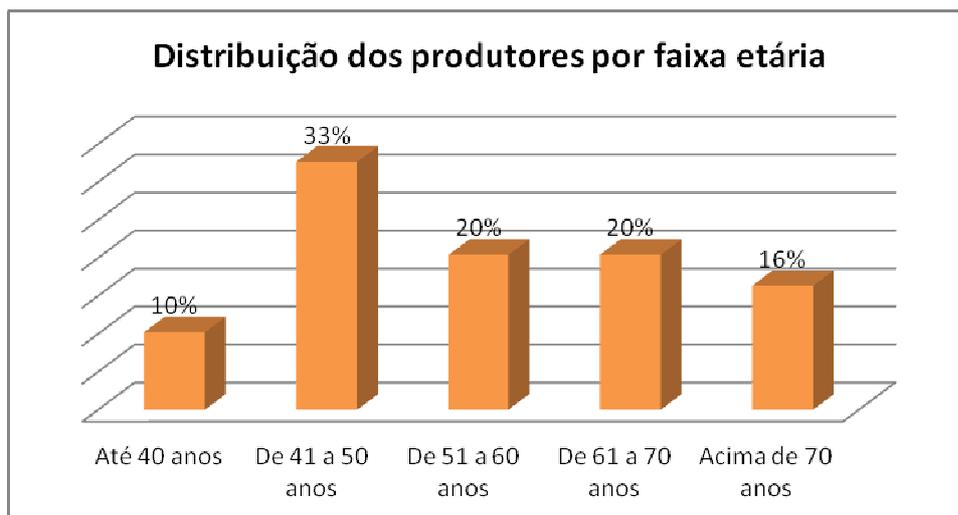


Gráfico 4 - Distribuição dos produtores por faixa etária.

Com os produtores optou-se por distribuí-los em 05 (cinco) faixas de idade distintas: até 40 anos, de 41 a 50 anos; de 51 a 60 anos; de 61 a 70 anos; e mais de 70 anos.

Na faixa etária até 40 anos tivemos o total de 5 (cinco) produtores, representando 10% (dez por cento) da amostra, na faixa etária de 41 a 50 anos tivemos o total de 16 (dezesesseis) produtores representando 33% (trinta e e três por cento), na faixa etária de 51 a 60 anos tivemos 10 (dez) produtores representando 20% (vinte por cento) da amostra, na faixa etária de 61 a 70 anos assim como na faixa anterior tivemos 10 (dez) produtores representando 20% (vinte por cento) da amostra e na faixa acima de 70 anos tivemos 8 (oito) produtores representando 16% (dezesesseis por cento) da amostra.

Para que seja feita uma análise mais aprofundada, a respeito das informações aqui apresentadas, é importante que se faça uma pequena abordagem sobre o que diz alguns autores a respeito dos movimentos dos jovens rurais.

A partir do ano de 1970 houve a incorporação de novas tecnologias no meio rural, que teve o objetivo cada vez maior de ter uma produção voltada para o mercado, e não mais somente para o suprimento da família, causando assim uma desestabilização na produção agrícola e provocando um excesso populacional, onde os filhos cresciam sem alternativas de continuidade no campo, isto afetou a reprodução das relações sociais camponesas, e alterou a divisão de trabalho na unidade familiar o que ocasionou por parte destes jovens a busca de mercado de trabalho urbano e o êxodo rural.

Neste contexto, o jovem rural não via tantas perspectivas de continuidade na agricultura e o anseio de permanência e de continuidade mobilizava todos os membros familiares, fazendo com que muitos jovens deserdados se sentissem excluídos de sua condição rural (BERTONCELLO, et. al. , 2007, p. 7).

O que se observa com as informações apresentadas na tabela 6 complementada pelas informações apresentadas no gráfico 4 é que 90% (noventa por cento) dos produtores abordados na pesquisa possuem idade superior a 40 anos, isto mostra como os jovens estão cada vez mais perdendo o interesse pelas atividades do campo, e em consequência disto estão buscando alternativas de trabalho nas cidades, abandonando quase que na sua totalidade o trabalho no campo, ratificando assim o que foi citado por alguns autores anteriormente, que o jovem está perdendo o interesse pelas atividades profissionais disponíveis nas propriedades rurais.

6.3 Distribuição dos produtores por nível de escolaridade

O gráfico 5, apresenta a distribuição percentual dos(as) agricultores(as) por nível de escolaridade.

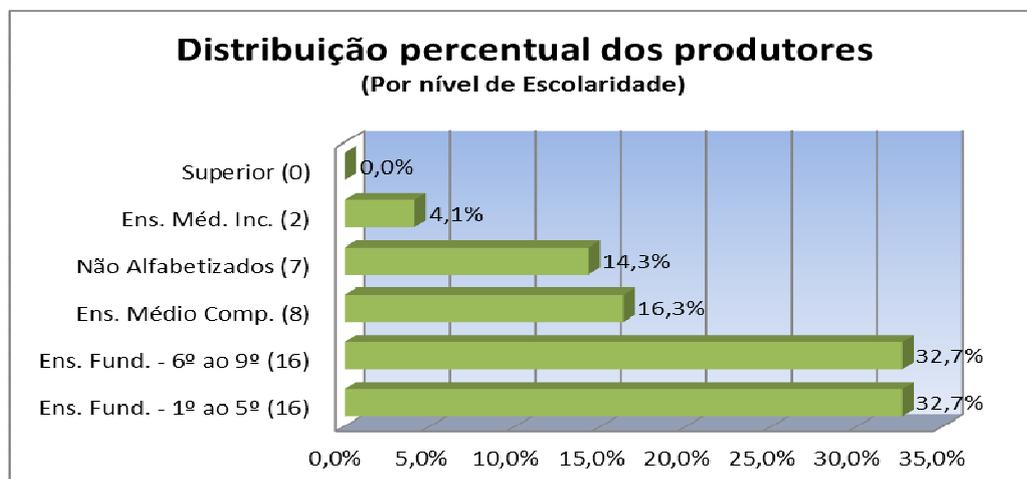


Gráfico 5 - Distribuição dos produtores por nível de escolaridade.

Para este tópico optou-se por distribuir os produtores em 06 (seis) níveis de escolaridade distintos: Nível 1 – Não Alfabetizados, Nível 2 – Fundamental (1º ao 5º Ano), Nível 3 (Fundamental (6º ao 9º Ano), Nível 4 (Ensino Médio Completo), Nível 5 (Ensino Médio Incompleto), Nível 6 (Superior).

De um total de 49 (quarenta e nove) produtores, 7 (sete) se declararam não alfabetizados, 16 (dezesseis) concluíram o ensino fundamental I (1º ao 5º ano), 16 concluíram o ensino fundamental II (6º ao 9º ano), 8 (oito) concluíram o ensino médio, 2 (dois) não concluíram o ensino médio e nenhum deles informaram ter curso superior.

Observando os resultados com um pouco mais de detalhe, pode-se perceber que um número razoável de produtores 7 (sete) neste caso, se declararam não alfabetizados, porém os demais 42 (quarenta e dois) possuem um certo grau de instrução. Se o nível de detalhamento for ampliado um pouco mais, conclui-se que apenas 8 (oito) produtores possuem a educação básica concluída, o que corresponde a 16,3% (dezesseis virgula três por cento).

Sabemos que os problemas educacionais do Brasil são muitos, e apesar dos esforços ainda não se consegue ter uma educação eficaz em muitos níveis de escolaridade, e quando a realidade do campo é colocada em foco, os problemas passam a ter uma amplitude bem mais elevada.

Sabemos que o acesso às escolas tanto da na zona urbana quanto da zona rural, mesmo com todas as suas dificuldades, está bem mais fácil se compararmos com algumas décadas atrás, quando existia um número bem mais significativo de pessoas que habitavam a zona rural, porém muitas destas escolas rurais estão sendo desativadas, dificultando ainda mais a capacitação destes moradores que ainda insistem em continuar suas vidas no campo.

A conclusão a que se chega com relação aos dados apresentados gráfico 5, é que na zona rural existem relatos dos agricultores com maior idade, que os mesmos sempre trabalharam no campo, cultivando, plantando e colhendo, para assim garantir o sustento da família, e por conta de muitas dificuldades encontradas para acesso à escola, e até mesmo por conta do trabalho duro, exercido desde criança, estes agricultores não se empenhavam muito em estudar, ou quando frequentavam a escola era em uma fração bem pequena de tempo.

6.4 Distribuição das propriedades rurais por tamanho (Em ha)

Para entendermos a classificação destas propriedades com relação ao tamanho, buscamos as informações da EMBRAPA que esclarece que o módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta alguns parâmetros como: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar".

A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade, sendo que o valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. Este dispositivo determina que uma propriedade pequena tem de 1 a 4 módulos, uma média tem de 4 a 15 módulos, e a grande propriedade tem mais de 15 módulos. (EMBRAPA, 2017), para o município de Conceição do Araguaia, um módulo fiscal corresponde a 75 hectares.

Ao verificarmos o gráfico 6 pode-se observar que 41 propriedades com menos de 1 módulo fiscal, estão enquadradas como pequenas propriedades, pois a sua área não ultrapassa os 60 hectares (1 módulo), sendo que as demais possuem mais de 80 hectares e portanto enquadram o seu tamanho como dois módulos fiscais.

A Lei 11.326/2006, que trata das diretrizes da agricultura familiar, estabelece em seu Artigo 3º, que para ser considerado agricultor familiar, o proprietário não detenha a qualquer título uma área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, conforme pode-se observar no gráfico 6 todos os agricultores aqui entrevistados, são considerados portanto agricultores familiares, pois não possuem propriedades com tamanho superior a 2 módulos fiscais. A área total das propriedades rurais pesquisadas é de 2.464,2 (dois mil quatrocentos e sessenta e quatro) hectares, dispostas conforme apresentado no gráfico 6.

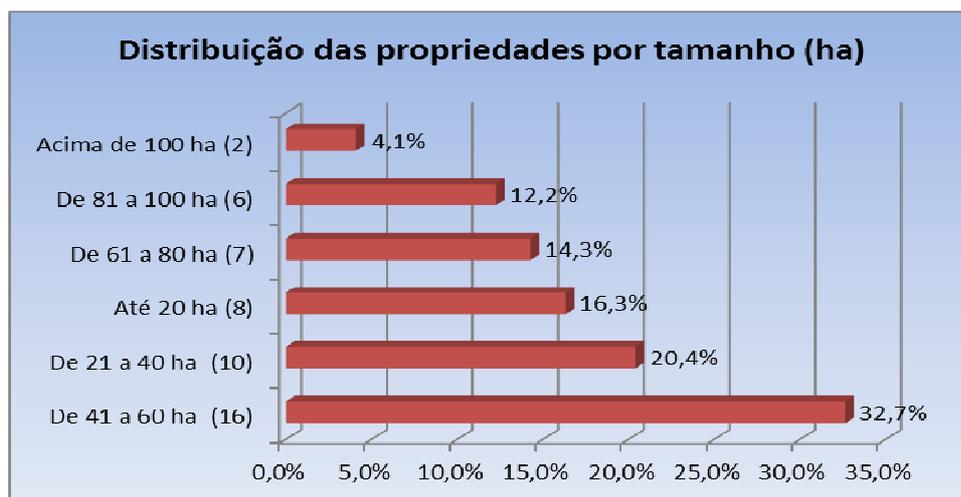


Gráfico 6 - Distribuição das propriedades rurais por tamanho.

6.5 Distribuição das propriedades rurais por assentamento

Durante a pesquisa de campo, foi realizada o levantamento de 49 propriedades rurais aleatoriamente, resultando em visitas a 14 PA's, O gráfico 7 apresenta o PA Josimo Tavares com 15 propriedades pesquisadas e o PA Joncon / 3 Irmãos com 8 propriedades pesquisadas,

o que reflete a realidade local de distribuição das propriedades, por se tratar dos dois maiores projetos de assentamento localizados no município. As propriedades visitadas nestes 2 PA's correspondem a 46,9% do total.

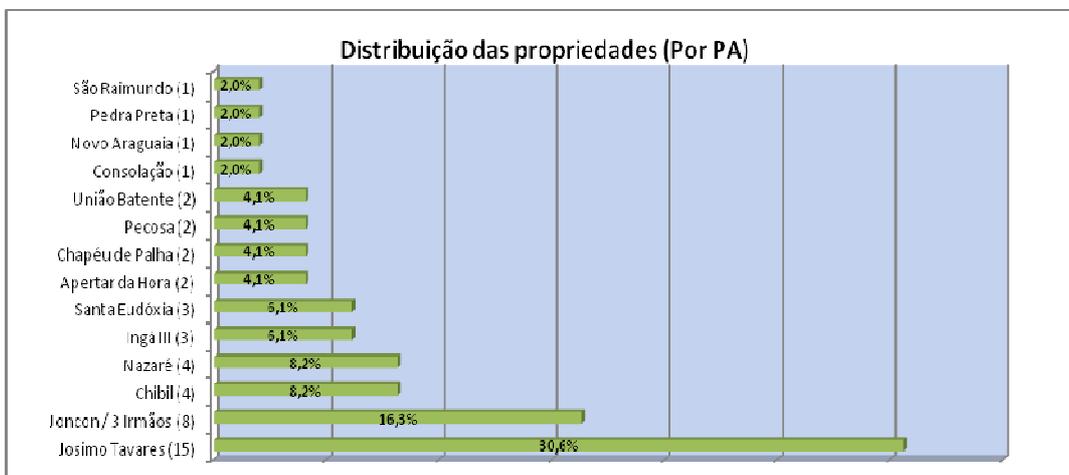


Gráfico 7 – Distribuição das propriedades rurais por PA.

6.6 Distribuição das propriedades por tipo de ocupação

O gráfico 8 mostra a distribuição das propriedades por tipo de ocupação. Das 49 propriedades 40 estão na situação de assentados, o que corresponde a 81,6% do total, o que coloca estes proprietários de certa forma, aptos a participarem de algumas políticas públicas destinadas às famílias assentadas, como o PRONAF, por exemplo.

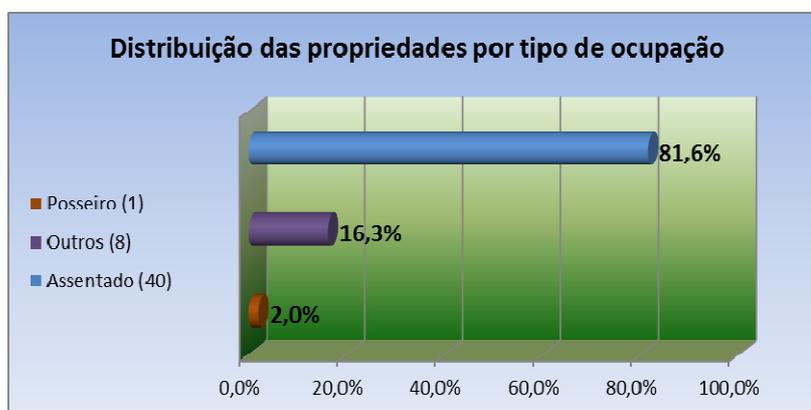


Gráfico 8 – Distribuição das propriedades por tipo de ocupação.

6.7 Existência de agrovila no PA.

As agrovilas existentes dentro dos PA's são consideradas importantes pelos agricultores assentados, pois onde elas existem, há o acesso à alguns recursos materiais que somente são encontrados na cidade, como por exemplo os insumos produtivos destinados às propriedades.

É também nestas agrovilas que se encontram alguns serviços básicos como escolas e postos de saúde, o que de uma certa forma facilita a logística na vida destas pessoas. O gráfico 9 mostra que 29 propriedades o que corresponde a 59,2% do total, estão localizadas próximas

a algumas agrovilas, o que também facilita a comercialização e até o escoamento da produção destas propriedades.

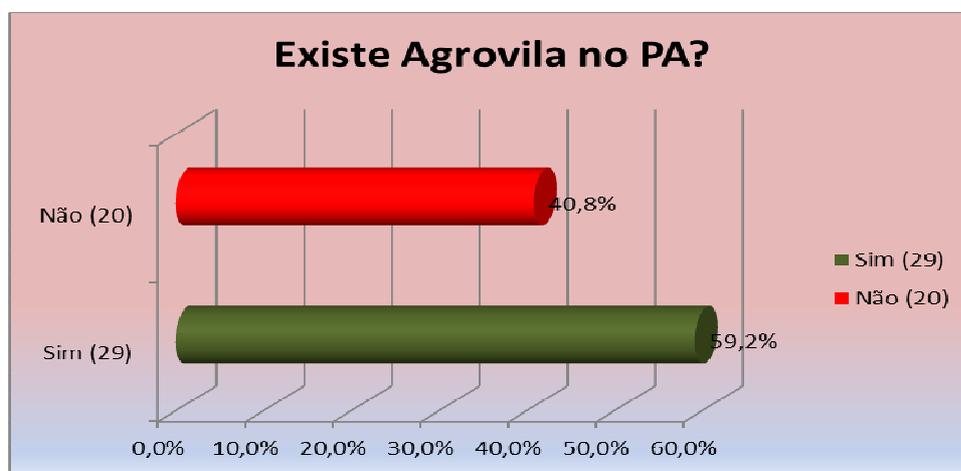


Gráfico 9 – Existência de Agrovila no PA.

6.8 Condições das estradas de acesso ao lote

As condições das estradas de acesso ao lote, são muito importantes para o escoamento da produção das propriedades rurais. O gráfico 10 apresenta estes dados e o que se pode observar é que há uma grande dificuldade pois 32,7% das propriedades estão com as estradas de acesso regular e 55,1% declararam ter estradas ruins. Muitos destes produtores declararam informalmente, que no período de chuvas, estas estradas tornam-se quase intransitáveis o que dificulta ainda mais o escoamento da produção e dificultando ainda mais a vida destas pessoas no campo.

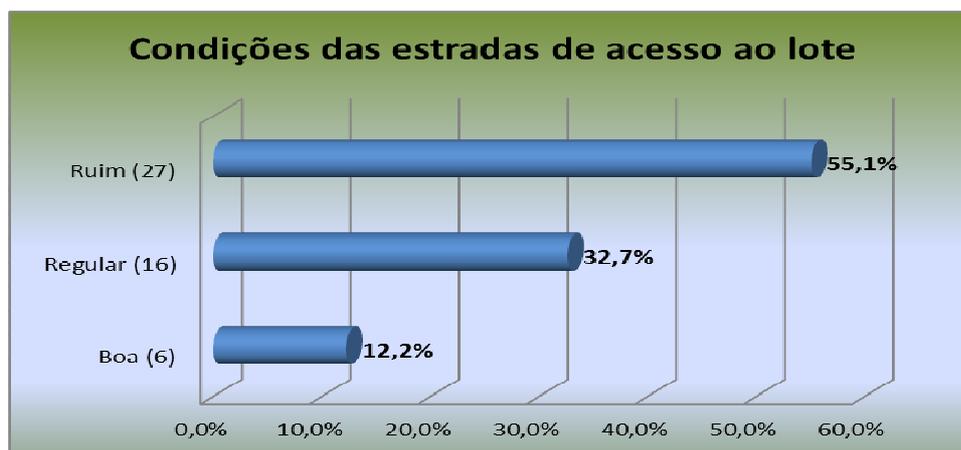


Gráfico 10 - Condições das estradas de acesso ao lote em percentual.

6.9 Principal fonte de água da propriedade

Os resultados apresentaram que todas as propriedades possuem uma fonte de água permanente, que se destina tanto para o consumo humano, para a agricultura e também para a dessedentação animal, e conforme relatos dos produtores mesmo na época da escassez de chuvas, estas fontes continuam abastecendo a propriedade. O gráfico 11 nos mostra que 51,0% o que corresponde a 25 propriedades tem à sua disposição água potável vinda de

córregos, as demais propriedades que correspondem a 49% tem sua fonte de água oriundas de poços, lagos, açudes e lagoas.

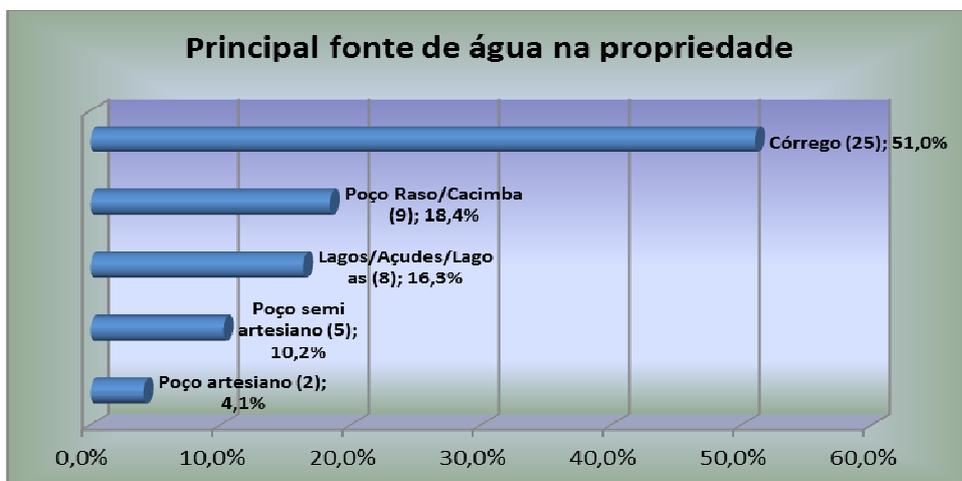


Gráfico 11 - Principal fonte de água da propriedade.

6.10 Disponibilidade de energia elétrica na propriedade

A disponibilidade de energia elétrica na propriedade é um fator de extrema necessidade, considerado até indispensável, pois além da iluminação e uso para atividades domésticas, serve também para impulsionar alguns equipamentos como refrigeradores e tanques de resfriamento, muito utilizados na atividade leiteira, além de motores, máquinas, etc.

O gráfico 12 nos mostra que do total de 49 propriedades visitadas 44 tem disponibilidade de energia elétrica, o que representa 89,8%, sendo que em todas estas propriedades a fonte principal é a rede pública. As outras 5 propriedades que não possuem energia elétrica, e correspondem a 10,2% do total, informaram na data da visita que já possuem projetos para eletrificação de suas propriedades aprovados, e que já estão aguardando a ligação da rede por parte da empresa distribuidora local.

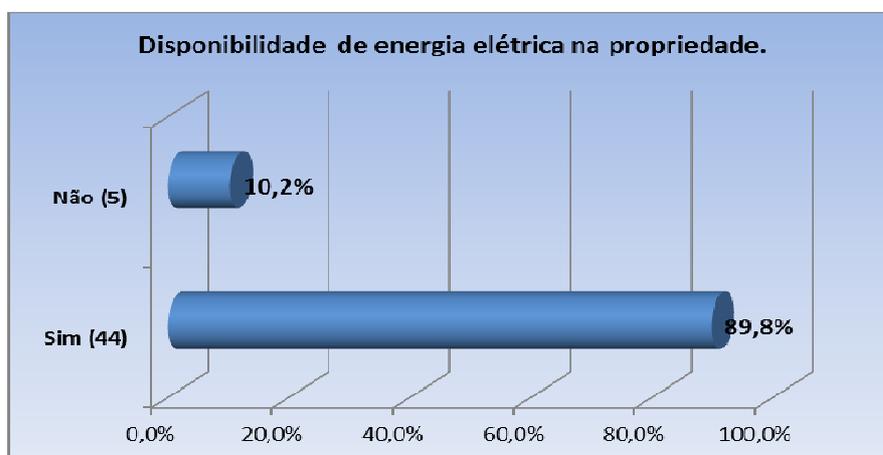


Gráfico 12 - Disponibilidade de energia elétrica na propriedade.

6.11 Atividades extrativistas realizadas na propriedade

Para que se possa apresentar e discutir os resultados deste tópico é importante entendermos o que é um Projeto de Assentamento Extrativista (PAE). Em 1987, o INCRA cria por meio da Portaria nº 627, o PAE conforme finalidade abaixo.

“Destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham a ocupar as mencionadas áreas.” (INCRA, 1987).

Estas atividades extrativistas eram consideradas pelo INCRA como uma alternativa para os PA's e as áreas destinadas à implementação dos PAE's seriam sob concessão de uso, em regime associativista, ou comunal de acordo com a decisão das comunidades concessionárias. O termo regime comunal deriva do antigo regime francês, em que a população de uma determinada localidade poderia explorar campos e florestas de determinada propriedade privada, denotando um forte caráter coletivo, por direito de usos e servidões coletivas sobre terras particulares (PECCATIELLO, 2011).

Apesar dos esforços do INCRA em criar os PAE's, só foram encontradas 5 propriedades o que corresponde a 10,2% do total, conforme nos apresenta o gráfico 13, que se dedicam a realizar alguma atividade extrativista principalmente de frutas como o murici, cajá, caju, buriti e o cupuaçu. Estes frutos são processados e suas polpas são congeladas e vendidas na feira da cidade. Existe também a exploração do pequi, fruto nativo da região, que é vendido *in natura*.

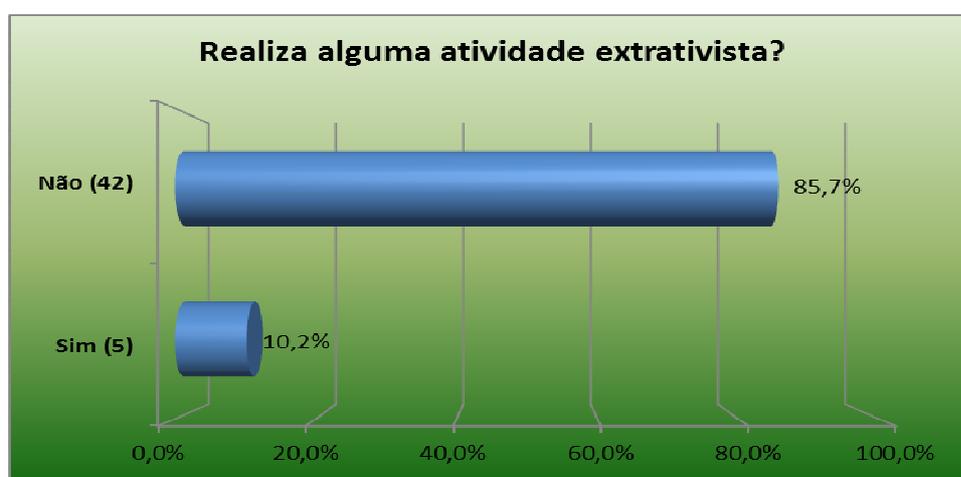


Gráfico 13 - Atividades extrativistas realizadas na propriedade.

6.12 Principais produtos das propriedades.

O gráfico 14 apresenta as informações referentes aos principais produtos produzidos pelas propriedades. A produção de gado de corte se destaca como a atividade principal de 17 propriedades, ou 34,7% do total. Este resultado confirma os dados publicados pelo IBGE que aponta o Pará como o estado que possui o maior rebanho bovino do país. Entre os 20 municípios com os maiores rebanhos, 13 estavam no Centro-Oeste, cinco, no Norte, e dois no Sul do país.

De acordo com o IBGE o número total de bovinos no País foi de 215,2 milhões de cabeças no ano de 2015, tendo um aumento de 1,3% em relação ao ano de 2014. O maior rebanho estava localizada na cidade de São Félix do Xingú com 2.222.949 cabeças.

Embora o município de São Félix do Xingú esteja a uma distância de aproximadamente 470km do município de Conceição do Araguaia, ainda existe uma tendência muito grande na produção de gado de corte nas regiões Sul e Sudeste, os dados do IBGE deixam esta evidência muito clara, e este contexto leva o pequeno agricultor a também optar pela criação do gado de corte em sua propriedade. A escolha do gado de corte pelos agricultores, se justifica pela facilidade de comercialização destes animais, uma vez que existem muitos frigoríficos na região que se destinam ao abate e exportação da carne destes animais.

Outro produto que mereceu destaque é o abacaxi, embora ele apareça em apenas 6 das 49 propriedades visitadas, como o segundo produto mais produzido, conforme nos apresenta o gráfico 14, existe uma produção muito significativa nos municípios de Floresta do Araguaia – PA e Conceição do Araguaia - PA, fazendo com que estes dois municípios se projetem no cenário nacional como os maiores produtores de abacaxi do Pará. Como o município fica próximo da rodovia BR 153, principal rota de ligação entre o a Região Norte e a Região Sul, isto facilita a comercialização e o escoamento da produção.

Segundo a EMBRAPA (2017) a produção do Pará é tão expressiva que lhe rendeu o título de maior produtor de abacaxi do país, permitindo ao município de Conceição do Araguaia sediar em 2015 o VI Simpósio Nacional da Cultura do Abacaxi.

O frango de corte representa 10,2% dos produtos produzidos enquanto o gado de leite, a mandioca e o milho estão com 8,2% cada um. Os demais produtos arroz, banana, cana de açúcar, feijão, hortaliças, melancia, peixe e porco, totalizam 18,1% da produção total nestas propriedades.

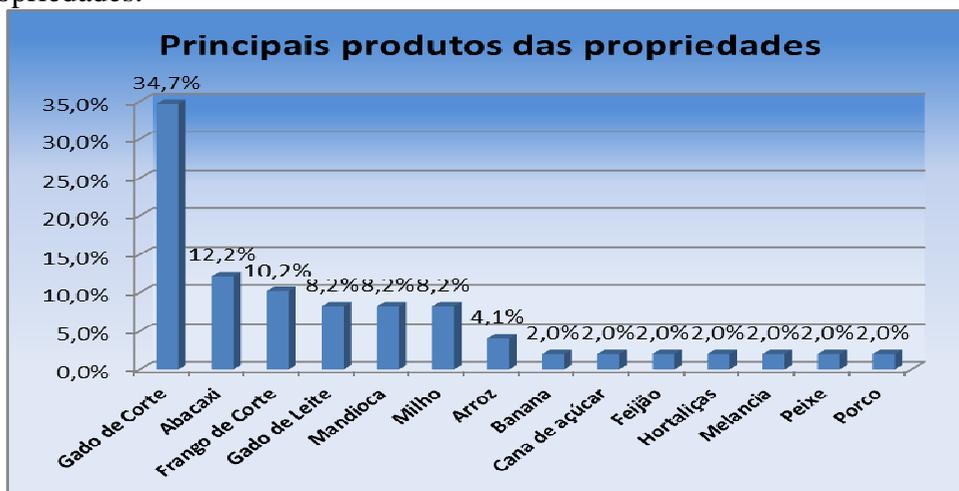


Gráfico 14 – Principais produtos das propriedades.

6.13 Créditos disponibilizados pelo INCRA para as propriedades rurais

O gráfico 15 apresenta os créditos disponibilizados pelo INCRA para as propriedades rurais. O INCRA possui uma sequência planejada para a disponibilização destes créditos, sendo que o primeiro a ser liberado é o chamado Apoio Inicial no valor de R\$ 2.400,00 por família. Segundo o INCRA este crédito concedido aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária é destinado à aquisição de ferramentas, insumos e pequenos animais para fomentar a primeira produção nos lotes. Observando o gráfico 15 temos o valor de R\$ 117.600,00 para o Apoio Inicial, o que em um cálculo simples dividindo o total pelo número de propriedades visitadas, mostra que todas as 49 famílias tiveram acesso a este crédito.



Gráfico 15 - Créditos disponibilizados pelo INCRA para custeio e investimento nas propriedades rurais.

O Apoio Mulher ou Fomento Mulher é um crédito voltado à implantação de projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote, no valor de até R\$ 3 mil, em operação única, por família assentada (INCRA, 2017). O gráfico 15 apresenta o valor de R\$ 15.000,00 disponibilizados para este fim, o que corresponde a 5 propriedades. De acordo com o INCRA o protagonismo das mulheres assentadas está ganhando contornos cada vez mais definidos com a expansão deste recurso destinado exclusivamente a elas. No ano de 2016, o Fomento Mulher, garantiu a cem mil beneficiárias R\$ 300 milhões em recursos.

O Crédito Instalação tem o objetivo de suprir as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos, auxiliar na construção de unidades habitacionais e atender necessidades hídricas das famílias dos PA's, dentre as modalidades de concessão está a Aquisição de Materiais de Construção que libera o valor de até R\$ 25.000,00 por família. O gráfico 15 apresenta o valor total de R\$ 126.200,00 concedido para as propriedades pesquisadas.

Dentro do crédito de instalação existe a modalidade Recuperação de Materiais de Construção que libera o valor de até R\$ 5.000,00 para cada família, esta modalidade recuperação/materiais de construção se destina à recuperação das unidades habitacionais que, após constatação por meio de laudo técnico, apresentem necessidade de reforma e/ou ampliação. O gráfico 15 apresenta o valor de R\$ 57.500,00 concedido para as propriedades pesquisadas.

O INCRA esclarece que a modalidade reabilitação de crédito produção é voltada à recuperação da capacidade de acesso a novos créditos, possibilitando a quitação de financiamentos contraídos no âmbito do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA). O gráfico 15 apresenta o valor de R\$ 28.160,00 concedido para as propriedades pesquisadas.

6.14 Financiamentos disponibilizados via PRONAF.

O PRONAF destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas (BANCO DO BRASIL, 2017). Estes recursos podem ser utilizados desde o custeio da safra até investimentos em máquinas, equipamentos e infraestrutura.

O gráfico 16 apresenta os valores totais dos financiamentos nas diversas modalidades, disponibilizados para os agricultores, nas propriedades pesquisadas. As linhas que mais se destacaram foram: O PRONAF A para investimentos em atividades

agropecuárias e não agropecuárias para agricultores assentados, com um total de R\$ 376.700,00 o que corresponde a 63,4% do total de financiamentos liberados, e em seguida o PRONAF A/C destinado ao custeio de atividades agropecuárias e não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção com um total de R\$ 151.100,00 que corresponde a 25,4% do total. As demais modalidades foram o PRONAF A/F com um total de R\$ 66.000,00 sendo 11,1% do total liberado.

Sabe-se que o PRONAF não se apresenta como simplesmente uma política pública ou de crédito, tem em sua essência a finalidade principal de fortalecer o desenvolvimento da agricultura familiar. Este fortalecimento deve permitir que o agricultor também possa produzir a sua dignidade e cidadania, incluindo também a sua família, para que seja possível mantê-los nas suas atividades produtivas do campo.

Porém, é importante lembrar que a verdadeira independência das unidades familiares rurais não depende apenas do PRONAF, mais de uma série de outras variáveis, que possam promover por exemplo a integração das políticas agrícolas de desenvolvimento rural como forma de alinhar os diversos níveis que estão envolvidos nesse processo.

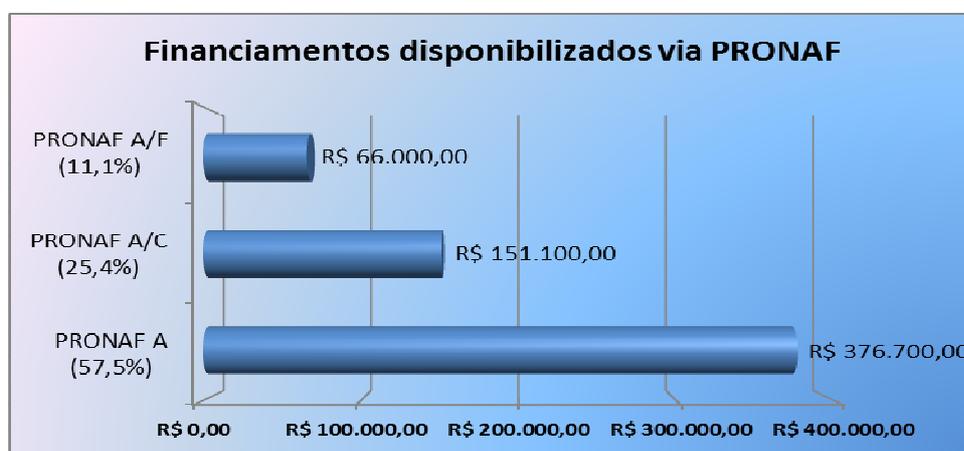


Gráfico 16 – Financiamentos disponibilizados via PRONAF.

6.15 Análise das respostas das questões gerais sobre a propriedade.

A tabela 7, mostra as questões, que tratam da percepção dos sujeitos participantes com relação a algumas questões gerais sobre a propriedade, que a seguir serão analisadas individualmente.

Na questão 1¹² é possível perceber que há uma certa preocupação dos produtores e alunos em tornar a propriedade cada vez mais eficiente, tendo em vista que a média foi 3,6.

Na questão 2¹³ fica claro que estes sujeitos tem na sua propriedade, uma forma de proporcionar e manter um bom padrão de vida para suas famílias. Ao observarmos a média das respostas que foi 4,1 em uma escala de 1 a 5, nota-se que é importante a manutenção destas propriedades como a principal fonte de renda.

Na questão 3¹⁴, pode-se deduzir que os produtores e alunos não possuem um esclarecimento mais aprofundado de como a gestão eficiente poderia contribuir com a eficiência da propriedade, tendo em vista que a média foi 3,1.

¹² **Redação da Questão 1** - “Na última década, a despesa com a manutenção da família têm sido maior do que o aumento da renda da propriedade rural.”

¹³ **Redação da Questão 2** - “Proporcionar um bom padrão de vida para a família é o principal objetivo da propriedade rural.”

¹⁴ **Redação da Questão 3** - “Os lucros ou prejuízos das atividades agropecuárias é afetado, muito mais por variações do clima e dos preços agrícolas, do que por problemas administrativos da propriedade rural”.

Na questão 4¹⁵ onde a média foi de 3,6, é possível observar que há uma pequena percepção por parte dos produtores e alunos de que quando a assistência técnica atua nas propriedades, ela visa somente a orientação com relação aos processos produtivos, trabalhando de forma dissociada da gestão das atividades da propriedade.

Tabela 7 - Média Aritmética, Desvio Padrão e Mediana das respostas das questões gerais sobre a propriedade.

| Questões | Média Aritmética | Desvio Padrão | Mediana |
|----------|------------------|---------------|---------|
| 1 | 3,6 | 1,4 | 4,0 |
| 2 | 4,1 | 1,0 | 4,0 |
| 3 | 3,2 | 1,2 | 3,0 |
| 4 | 3,6 | 1,3 | 4,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

6.16 Análise das respostas das questões sobre planejamento das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal.

A Tabela 8, mostram a média aritmética, o desvio padrão e a mediana das questões de 5 a 12 do questionário 2, que tratam da percepção dos produtores e alunos com relação a algumas questões sobre o planejamento das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal, que a seguir serão analisadas individualmente.

A questão 5¹⁶ trata de variáveis que podem interferir na diversidade da produção da propriedade. Levando em consideração a média de 4,1 ela sugere que o produtor prefere correr riscos tanto em função das incertezas sobre os preços futuros, por exemplo, como também pela necessidade de manter em funcionamento a infraestrutura existente na propriedade. Além disso a percepção dos produtores e alunos pode também indicar uma certa desconfiança destas pessoas com relação a capacidade de informações do comportamento do mercado futuro por parte de analistas financeiros especializados em produtos agropecuários.

A média das respostas para a questão 6¹⁷ foi de 2,5, o que representa exatamente a metade ou 50% dos produtores, e não mostra uma tendência com relação a realização do planejamento financeiro escrito ou mental. Levando em consideração a questão 4 que nos afirma que a empresa de ATER não inclui em suas capacitações assuntos que tratam da gestão da propriedade rural, não seria diferente a percepção do produtor, de que o planejamento escrito seria bem mais eficiente do que o planejamento mental, isso evidencia a necessidade de nossos alunos, estarem se preparando melhor para suprir esta demanda por parte dos produtores.

No entanto se observarmos a questão 7¹⁸, a média das respostas foi 2,8 mostrando que se os produtores começarem a fazer muitas contas, provavelmente eles perderão o estímulo de continuar produzindo, por isso preferem trabalhar com a incerteza dos acontecimentos do futuro, do que fazer um planejamento dentro da razoabilidade. Neste

¹⁵ **Redação da Questão 4** - “No atendimento ao produtor, a assistência técnica concentra seu trabalho na orientação da produção e atua pouco em questões administrativas das propriedades rurais.”

¹⁶ **Redação da Questão 5** - “O produtor prefere continuar produzindo mesmo com a incerteza quanto aos preços futuros que podem ser altos ou baixos, do que deixar a infraestrutura da propriedade parada.”

¹⁷ **Redação da Questão 6** - “É preferível fazer o planejamento da propriedade mentalmente e não por escrito, pois o planejamento mental é mais versátil do que o planejamento escrito.”

¹⁸ **Redação da Questão 7** - “Se o produtor rural começar a fazer muitas contas no papel e verificar os prováveis resultados, ele poderia perder o estímulo de produzir.”

contexto existe uma certeza bem definida, o que deverá exigir estudos mais detalhados sobre o assunto.

Na questão 8¹⁹, a média das respostas foi 3,6. No início da atividade, os produtores não fazem o planejamento adequado, e por isso acabam se sujeitando a lei da oferta e da procura que rege o mercado, como a maioria desses produtores seguem o mesmo ciclo produtivo, na época da colheita existe uma grande oferta de produtos, nesse caso do abacaxi, e quando esta oferta é maior que a demanda os preços caem, fazendo com que o produtor tenha que vender sua produção por um valor que não chega a cobrir os custos de sua produção.

Na questão 9²⁰ onde a média das respostas foi 3,9 já se observa que o produtor já aplica o seu lucro imediatamente, por isso falta o recurso para a compra de insumos na época que existe a demanda, o que denota mais uma vez que houve a falta de planejamento financeiro da propriedade.

Na questão 10²¹ a média das respostas foi 3,8 pode ser também um indicativo de falta de planejamento na propriedade, pois em determinadas épocas do ano o produtor fica desprovido de recursos financeiros, dependendo da atividade produtiva, dificultando assim a compra de insumos para a propriedade.

Ao analisarmos a média das notas atribuídas às questões 8, 9 e 10 apresentadas na tabela 8 dentro de um mesmo contexto, pode-se concluir a fragilidade do planejamento tanto financeiro quanto comercial da produção. Canziani (2001, p. 97) esclarece que

[...] “O inadequado planejamento financeiro talvez seja um dos problemas mais importantes nessas empresas, pois uma má administração do fluxo de caixa pode resultar, por exemplo: na impossibilidade de se realizar gastos ou investimentos em ora oportuna; na necessidade de se comercializar a produção a qualquer preço; e em muitos outros prejuízos advindos da baixa liquidez financeira da empresa agropecuária.”

Na questão 11²², a média das respostas foi 3,8. Neste caso é perfeitamente possível concluir que o produtor tem dificuldades em contratar mão de obra para a sua propriedade de forma contínua, quando existe esta demanda, pois no meio rural a jornada de trabalho é diferente se comparada à rotina urbana, algumas variáveis como o clima e a sazonalidade da produção, podem influenciar diretamente na oscilação da demanda por mão-de-obra no ao longo do tempo nestas propriedades, o que pode ser ratificado com a média de 3,4 obtida com as respostas da questão 12²³.

¹⁹ **Redação da Questão 8** - “A necessidade de caixa (dinheiro) para pagar compromissos financeiros, normalmente é o que determina o momento da venda da produção”

²⁰ **Redação da Questão 9** - “Os produtores rurais preferem trabalhar com um patrimônio maior (terras, máquinas, animais) do que com maior dinheiro em caixa, por isso, em anos de sobras de recursos, preferem investir na propriedade do que guardar dinheiro no banco.”

²¹ **Redação da Questão 10** - “A principal dificuldade para se planejar a compra de insumos é a falta de dinheiro na propriedade em determinadas épocas do ano.”

²² **Redação da Questão 11** - “As leis do trabalho são mais adaptadas ao meio urbano. Por isso, em propriedades rurais, é mais difícil de cumpri-las integralmente.”

²³ **Redação da Questão 12** - “As propriedades rurais normalmente trabalham com sobra de mão-de-obra fixa, pois na média anual, o número de empregados fixos é determinado em função dos períodos de maior necessidade de trabalho.”

Tabela 8 - Média Aritmética, Desvio Padrão e Mediana das respostas das questões sobre planejamento das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal.

| Questões | Média Aritmética | Desvio Padrão | Mediana |
|----------|------------------|---------------|---------|
| 5 | 4,1 | 1,0 | 4,0 |
| 6 | 2,5 | 1,5 | 2,0 |
| 7 | 2,8 | 1,4 | 3,0 |
| 8 | 3,6 | 1,2 | 4,0 |
| 9 | 3,9 | 1,2 | 4,0 |
| 10 | 3,8 | 1,2 | 4,0 |
| 11 | 3,8 | 1,2 | 4,0 |
| 12 | 3,4 | 1,3 | 3,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

6.17 Análise das respostas das questões sobre organização das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal.

A tabela 9, mostra a média aritmética, o desvio padrão e a mediana das questões de 13 a 20, que tratam a percepção dos produtores e alunos com relação a algumas questões relacionadas a função administrativa organização, que a seguir serão analisadas individualmente.

Na organização da propriedade rural, uma boa parte das atividades são direcionadas para a área de produção e não administrativa, conforme sinaliza a questão 13²⁴ que obteve uma média de 3,7. Batalha (2009) nos esclarece que,

[...] “Na empresa agropecuária, o estabelecimento dessa prioridade de trabalho é até recomendável, tendo em vista que uma boa organização da produção é condição necessária (porém não suficiente) para o sucesso de qualquer empreendimento agropecuário, quase sempre realizado ao ar livre e de forma dispersa na propriedade.”

A busca de uma eficiente organização da produção na propriedade rural deve ser bem coordenada, para que não haja o risco de resultados negativos, o que pode ocasionar problemas econômicos e administrativos. Observando a média da questão 14²⁵ que foi de 3,4 dá-se a entender que um bom equilíbrio entre a produção e os recursos disponíveis se tornam essenciais para que haja um bom resultado da propriedade.

A questão 15²⁶ se refere a como o produtor vê a sua produção de forma global ou avaliando por partes. A média desta assertiva foi 3,5 o que nos leva a entender que o produtor não está preocupado com o rendimento da sua produção, no caso da agricultura, de forma pontual, ele se preocupa de como será a produção como um todo, pode ser que por tratar-se de áreas destinadas a agricultura familiar estes produtores não dão importância para este detalhamento.

²⁴ **Redação da Questão 13** - “O produtor rural tem uma maior preocupação com os aspectos de produção (tecnologia) do que pelos aspectos administrativos de sua propriedade.”

²⁵ **Redação da Questão 14** - “As propriedades rurais normalmente trabalham com infraestrutura ociosa (máquinas, equipamentos, etc.), pois na média anual, o tamanho dessa infraestrutura é determinado em função da possibilidade de ocorrer períodos críticos (adversidades climáticas, etc).”

²⁶ **Redação da Questão 15** - “Na avaliação da propriedade, o mais importante é conhecer os resultados globais, e não por áreas ou produções específicas. pois as diferenças de resultados entre estes produtos geralmente se devem a questões climáticas ou a outras variáveis que não podem ser controladas pelo produtor.”

Com relação a utilização de algum tipo de “*software*” para o registro de alguma atividade realizada na propriedade, solicitada na questão 16²⁷, cuja média foi de 4,3 é perfeitamente possível deduzir que não há interesse algum por parte destes produtores, em ter este tipo de tecnologia em sua propriedade, muito provavelmente até pela falta de orientação, conforme discussão realizada com relação a questão 4.

A organização da produção da propriedade não é muito influenciada pela mídia ou outro tipo de informação que o produtor possa receber, conforme se observa na questão 17²⁸, cuja média foi 3,3 há uma certa determinação da escolha sobre o que a propriedade deve produzir.

Com relação a venda da produção, solicitada na questão 18²⁹ onde a média foi 3,3 deduz-se que não existe uma pressão por parte de empresas que poderiam comprar a produção destas propriedades, deixando que o produtor possa trabalhar com uma certa facilidade o processo de venda de seus produtos.

As questões 19³⁰ e 20³¹ que tiveram médias de 3,2 sugerem que o produtor rural em função das tarefas do seu cotidiano, que exigem atenção permanente, leva uma vida muito atribulada, o que dificulta a realização de algumas tarefas administrativas.

Tabela 9 - Média Aritmética, Desvio Padrão e Mediana das respostas das questões sobre organização das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal.

| Questões | Média Aritmética | Desvio Padrão | Mediana |
|----------|------------------|---------------|---------|
| 13 | 3,7 | 1,2 | 4,0 |
| 14 | 3,4 | 1,1 | 4,0 |
| 15 | 3,5 | 1,3 | 4,0 |
| 16 | 4,3 | 1,2 | 5,0 |
| 17 | 3,3 | 1,3 | 3,0 |
| 18 | 3,3 | 1,3 | 3,0 |
| 19 | 3,2 | 1,5 | 3,0 |
| 20 | 3,2 | 1,3 | 3,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

6.18 Análise das respostas das questões sobre direção das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal.

As questões 21 a 28 se referem a assuntos relacionados à função administrativa direção, da produção, das finanças, da comercialização e do pessoal. Em uma primeira análise da questão 21³² cuja média foi 3,9 pode-se perceber que a mesma pode ser considerada um

²⁷ **Redação da Questão 16** - “O produtor rural tem dificuldade para entender e utilizar os *softwares* (programas de computador) desenvolvidos para o meio rural”.

²⁸ **Redação da Questão 17** - “O produtor rural é influenciado diretamente por pessoas e meios de comunicação como a TV. Isso dificulta a escolha do melhor produto (insumo) comercial a ser utilizado na propriedade.”

²⁹ **Redação da Questão 18** - “Há uma grande pressão das empresas e/ou cooperativas sobre o produtor rural para que ele seja fiel na entrega de sua produção.”

³⁰ **Redação da Questão 19** - “O produtor rural não tem tempo para fazer planejamento por escrito e manter controles pormenorizados. É uma correria todo dia, para executar os serviços e tarefas operacionais que exigem atenção permanente.”

³¹ **Redação da Questão 20** - “Como o produtor tem que gastar a maior parte do seu tempo cuidando da produção, sobra a ele pouco tempo para analisar as áreas financeira e comercial da empresa rural”.

³² **Redação da Questão 21** - “Na última década, os gastos para a manutenção da família têm crescido a uma velocidade maior do que o aumento de receita líquida da propriedade rural.”

indicativo de que os produtores e alunos imaginam que para a propriedade possa ter uma vantagem competitiva, a mesma deve alcançar altos índices de produtividade.

No entanto ao fazermos a análise da questão 22³³ em conjunto com a questão 21, atingir altos índices de produtividade e em consequência obter uma alta lucratividade, é o que se pode esperar de uma organização do setor agropecuário, porém não é o bastante para a manutenção do negócio, conforme o possível apontamento nessa direção mostrado pelas médias das questões 21 e 22 apresentadas na tabela 10.

A questão 23³⁴ aponta que os produtores não separam os gastos da família e da propriedade, conforme a média da questão apresentada na tabela 22, reconhecendo que este é um problema existente, porém também reconhecem de acordo com o que aponta a questão 24³⁵ que este é um assunto que não deve ser discutido com a assistência técnica, o que reforça a questão da gestão na formação profissional agrícola, dos alunos que irão atendê-los, posteriormente. A direção da comercialização é centralizada no produtor rural, conforme aponta a média da questão 26³⁶, sendo portanto um indicativo de que pode não haver funcionário ou pessoa da família qualificado para esta atividade, a questão 25³⁷ aponta que os técnicos extensionistas não podem realizar algum tipo de relação comercial com estes produtores, provavelmente pelas relações trabalhistas existentes com suas empresas.

Os dados da Tabela 10 na questão 27³⁸, que diz respeito à direção do pessoal, aponta para a necessidade da permanência constante do produtor na propriedade, pois assim já estaria realizando os controles necessários de forma visual. A questão 28³⁹ cuja média foi de 2,9, aponta que a maioria dos produtores, repassam as ordens de serviço aos funcionários, de forma autoritária, sem que os funcionários sejam ouvidos, porém a média desta questão pode indicar controvérsia com relação a esta assertiva, e que devem ser melhor esclarecidas em outros estudos.

Tabela 10 - Média Aritmética, Desvio Padrão e Mediana das respostas das questões sobre direção das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal

| Questões | Média Aritmética | Desvio Padrão | Mediana |
|----------|------------------|---------------|---------|
| 21 | 3,9 | 1,2 | 4,0 |
| 22 | 3,2 | 1,4 | 3,0 |
| 23 | 4,0 | 1,3 | 4,0 |
| 24 | 3,1 | 1,5 | 3,0 |
| 25 | 3,0 | 1,2 | 3,0 |
| 26 | 3,4 | 1,2 | 3,0 |
| 27 | 3,2 | 1,5 | 3,0 |
| 28 | 2,9 | 1,4 | 3,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

³³ **Redação da Questão 22** – “Primeiro é preciso melhorar a tecnologia para aumentar a produtividade, depois se preocupar com planos e controles para a propriedade.”

³⁴ **Redação da Questão 23** – “A grande maioria dos produtores rurais não separa em seus registros os gastos da família e os gastos da propriedade.”

³⁵ **Redação da Questão 24** – “Alguns dados financeiros da propriedade (como o valor dos gastos familiares, o valor de dívidas, etc.) não são assunto para serem tratados com profissionais da assistência técnica.”

³⁶ **Redação da Questão 26** – “Comprar e vender é tarefa do produtor rural. Raramente (à exceção das transações de pequenos valores) ela é delegada a funcionários da fazenda.”

³⁷ **Redação da Questão 25** – “O envolvimento dos profissionais da assistência técnica com a venda de insumos inibe os produtores rurais, de receber deles, assessoria administrativa na propriedade.”

³⁸ **Redação da Questão 27** – “No meio agropecuário não adianta muito querer controlar tudo por escrito. O importante é o responsável estar presente na propriedade, pois assim já estaria efetuando os controles de forma visual, mas permanente.”

³⁹ **Redação da Questão 28** - No meio agropecuário, as ordens de serviço que os produtores repassam aos funcionários devem ser bem claras e diretas, pois não adianta muito ficar trocando ideias com os funcionários.

6.19 Análise das respostas das questões sobre controle das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal.

As questões 29 a 36 se referem a assuntos relacionados a função administrativa controle, da produção, das finanças, da comercialização e do pessoal, e seus resultados estão apresentados na tabela 11.

A principal atividade desempenhada pelos técnicos na propriedade rural, é o controle da produção, cuja prioridade poderá ser determinada pelo produtor, que busca nestes profissionais conhecimentos especializados sobre a condução de seus processos de produção, conforme nos aponta a média da questão 29⁴⁰.

Com relação ao sistema de controle dos custos da produção, a maioria das propriedades não o fazem, na sua integralidade, pela dificuldade que tem em coletar os dados necessários, e também pela falta de conhecimento de como obter estas informações, é o que nos aponta a questão 30⁴¹, por isso fazem uso de apenas alguns pequenos indicadores de eficiência que podem estar determinando se a propriedade está indo bem ou mal, conforme apontamento da questão 31⁴². Apesar do pouco uso dos indicadores de eficiência da propriedade, apresentado na questão 31, a questão 32⁴³ sugere que provavelmente a adoção de um sistema detalhado poderia aumentar a rentabilidade dos seus negócios, se fizermos esta análise em conjunto entre as questões 31 e 32.

Na agricultura familiar não há a necessidade de se manter em estoque grandes quantidades de insumos, por isso os produtores preferem manter um sistema de controle simplificado, e adquirir somente as quantidades necessárias em momentos pontuais da produção, para evitar desvios, conforme os apontamentos das questões 33⁴⁴ e 34⁴⁵.

Com relação ao controle realizado pelo responsável na propriedade, comparando as questões 35⁴⁶ e 36⁴⁷, cujas médias foram 3,9 e 3,8 respectivamente, é possível perceber que estas questões nos apontam para a falta de conhecimento e para a falta de vontade destas pessoas em fazer o registro das atividades realizadas na propriedade, este resultado pode apontar para uma possível necessidade de capacitação dos produtores rurais, para colocar em funcionamento esta função considerada importante para a propriedade que é o controle.

⁴⁰ **Redação da Questão 29** – “Se o profissional da assistência técnica prestar ao produtor uma boa orientação tecnológica, isso já é uma grande contribuição para a propriedade, pois questões administrativas são responsabilidade do produtor rural.”

⁴¹ **Redação da Questão 30** – “As propriedades rurais, geralmente não adotam sistemas detalhados de controle de custos pela grande dificuldade de se coletar dados precisos (ou exatos) em nível de campo.”

⁴² **Redação da questão 31** – “Alguns poucos indicadores de eficiência (produtividade, índices zootécnicos, etc.) e de resultado (sobra de dinheiro em caixa, etc.) são suficientes para indicar se a propriedade está indo bem ou mal.”

⁴³ **Redação da Questão 32** – “As propriedades rurais, geralmente não adotam sistemas detalhados de controle porque esse trabalho não garante um aumento na rentabilidade.”

⁴⁴ **Redação da Questão 33** - “É possível que um sistema de controle simplificado seja suficiente para garantir uma boa administração da propriedade rural, porque eles permitem, pelo menos, uma noção sobre os resultados técnicos e econômicos do empreendimento.”

⁴⁵ **Redação da Questão 34** – “Na compra dos insumos e na venda da produção, o mais importante é controlar as quantidades para evitar desvios, pois os preços são definidos pelo mercado.”

⁴⁶ **Redação da Questão 35** - Os funcionários das propriedades rurais não gostam de fazer anotações por escrito sobre as tarefas realizadas.”

⁴⁷ **Redação da Questão 36** – “Os funcionários das propriedades rurais não sabem ou têm muitas dificuldades para fazer anotações por escrito sobre as tarefas realizadas.”

Tabela 11 - Média Aritmética, Desvio Padrão e Mediana das respostas das questões sobre controle das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal.

| Questões | Média Aritmética | Desvio Padrão | Mediana |
|----------|------------------|---------------|---------|
| 29 | 3,9 | 1,2 | 4,0 |
| 30 | 3,8 | 0,9 | 4,0 |
| 31 | 3,7 | 1,2 | 4,0 |
| 32 | 3,0 | 1,3 | 3,0 |
| 33 | 3,9 | 1,0 | 4,0 |
| 34 | 3,9 | 1,1 | 4,0 |
| 35 | 3,9 | 1,2 | 4,0 |
| 36 | 3,8 | 1,2 | 4,0 |

6.20 Participação em curso de gestão da propriedade rural.

O gráfico 17 apresenta as informações dos produtores e alunos sobre a participação em algum curso de gestão da propriedade rural. Os dados apresentados mostram que 98% dos entrevistados nunca participaram de nenhum tipo de capacitação, voltada para a gestão do negócio rural.

Este resultado aponta uma deficiência existente no meio rural e mostra a necessidade de se formar profissionais que também estejam aptos a capacitar os produtores rurais, repassando aos mesmos informações sobre formas eficientes de se gerir uma empresa rural, reforçando assim a importância da gestão na formação profissional agrícola.

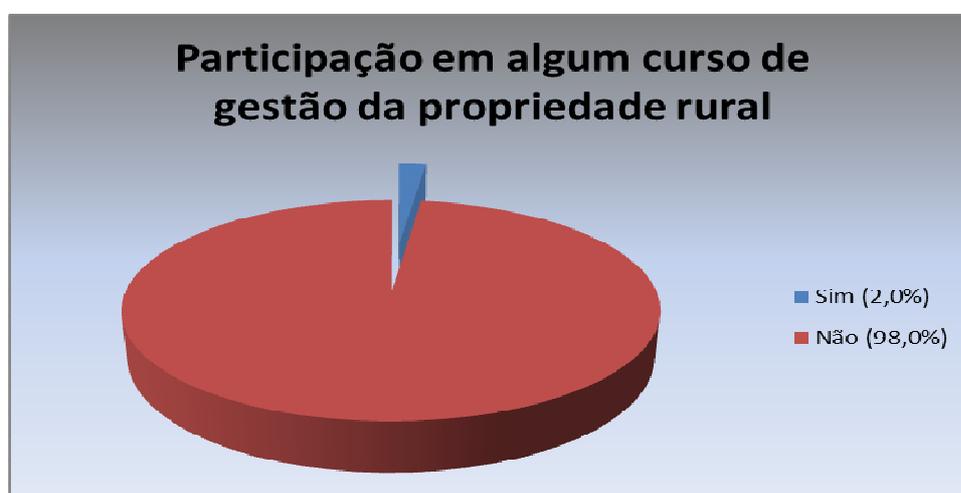


Gráfico 17 – Participação em algum curso de gestão da propriedade rural.

6.21 Análise das respostas das questões sobre a articulação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão.

A Tabela 12, mostra a média aritmética, o desvio padrão e a mediana de todas as questões do questionário 3, que trata a percepção dos alunos com relação a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, avaliando a participação dos mesmos em algumas atividades ocorridas nesta pesquisa. porém para que possamos fazer uma análise mais criteriosa, se faz

necessário a separação das mesmas, uma vez que as questões de número 1 a 5 tratam especificamente da análise da disciplina ministrada, e as questões de número 6 a 13 tratam da questão da relação ensino, pesquisa e extensão.

Com relação às questões de nº 1⁴⁸, 2⁴⁹, 3⁵⁰, 4 e 5 que tratam da avaliação do aprendizado da disciplina Gestão Agropecuária e Administração Rural, percebe-se pela média que há uma certa igualdade entre as respostas dos alunos, porém se analisarmos o desvio padrão das questões 4⁵¹ e 5⁵² percebemos que há um valor um pouco maior se compararmos o mesmo às demais questões.

Tabela 12 - Média Aritmética, Desvio Padrão e Mediana das respostas do Questionário 3 (Questões sobre a Disciplina Gestão Agropecuária/Adm. Rural)

| Questões | Média Aritmética | Desvio Padrão | Mediana |
|----------|------------------|---------------|---------|
| 1 | 4,43 | 0,61 | 4 |
| 2 | 4,59 | 0,57 | 5 |
| 3 | 4,43 | 0,65 | 5 |
| 4 | 4,10 | 1,01 | 4 |
| 5 | 4,14 | 1,24 | 5 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com base nas questões 4 e 5 apesar da média estar acima de 4, o desvio padrão destas duas questões está acima de 1, conforme apresenta a tabela 12, onde pode-se deduzir, que alguns alunos apesar da atividade de pesquisa ainda não conseguiram entender a visão sistêmica do negócio rural, que o profissional deve ter conhecimento.

Esta é uma informação que justifica a necessidade de se promover ações em busca da formação continuada destes alunos com relação a este tema, para que os mesmos possam estar realmente preparados para atender as demandas profissionais, que lhes serão apresentadas.

Tabela 13 - Média Aritmética, Desvio Padrão e Mediana das respostas do Questionário 3 (Articulação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão)

| Questões | Média Aritmética | Desvio Padrão | Mediana |
|----------|------------------|---------------|---------|
| 6 | 4,39 | 0,70 | 5 |
| 7 | 4,49 | 0,71 | 5 |
| 8 | 4,29 | 0,79 | 4 |
| 9 | 4,49 | 0,84 | 5 |
| 10 | 4,22 | 1,03 | 4 |
| 11 | 4,39 | 0,70 | 4 |
| 12 | 4,47 | 0,79 | 5 |
| 13 | 4,41 | 0,86 | 5 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

⁴⁸ **Redação da Questão 1** – “Após concluir a disciplina (Gestão Agrop./Adm. Rural), acredito que a mesma irá me proporcionar condições técnicas de orientar os produtores rurais em questões ligadas à gestão do negócio rural.”

⁴⁹ **Redação da Questão 2** – “A disciplina (Gestão Agrop./Adm. Rural) é importante para a minha formação técnica.”

⁵⁰ **Redação da Questão 3** – “A disciplina (Gestão Agrop./Adm. Rural) me permitiu obter uma visão mais abrangente do funcionamento de uma propriedade rural.”

⁵¹ **Redação da Questão 4** – “A disciplina (Gestão Agrop./Adm. Rural) me permitiu entender que as atividades de gestão do negócio rural, não pode estar dissociada das atividades relacionadas aos tratos culturais e/ou animais.”

⁵² **Redação da Questão 5** – “Pretendo aprofundar meus conhecimentos com relação ao tema “Gestão do Negócio Rural”.

As questões de nº 6⁵³, 7⁵⁴, 8⁵⁵, 9⁵⁶, 10⁵⁷, 11⁵⁸, 12⁵⁹ e 13⁶⁰ dispostas na tabela 13, tratam da percepção do aluno, no que diz respeito a relação ensino, pesquisa e extensão. Se observamos pela média que em todas as questões está acima de 4, há um certo padrão de igualdade nas respostas, e pode deduzir-se que no entendimento destes alunos a participação pesquisa foi importante para o seu crescimento profissional.

Quando comparamos o desvio padrão das questões percebe-se apenas uma questão com desvio acima de 1, que é a questão nº 10, esta questão é a seguinte: ” A minha participação nesta pesquisa foi importante, pois foi possível colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula”, embora não exista manifestação pelos alunos na questão aberta, alguns relataram informalmente que o envolvimento dos mesmos com relação às práticas de pesquisa, devem ser proporcionados durante todo o curso e não só em momentos que os mesmos colocaram como pontuais.

6.21.1.1 Análise das respostas do Questionário 3 (Articulação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão) com a utilização do aplicativo *TagCrowd*.

Neste tópico será enfatizado o resultado obtido com o aplicativo *TagCrowd*, que nos permitiu criar uma nuvem de palavras conforme apresenta a figura nº 4. As principais palavras, citadas nos relatos dos alunos na questão aberta do questionário em ordem de nº de citações foram as seguintes: (Grupo 1) - Importante, Pois, Prática, Profissional, Rural; (Grupo 2) – Disciplina, Entender, Experiência, Importância, Pesquisa, Produtores; (Grupo 3) – Extensão, Formação, Gestão, Melhor e Pessoas.

A partir da formação destes 3 (três) grupos de palavras citadas pelos alunos, já é possível obter claramente uma percepção, sobre o retorno que a experiência da vivência de um caso real, contribuiu no seu aprendizado, e em consequência disto nos permitiu avaliar que a inserção destes alunos, no papel de executores da pesquisa, foi importante, conforme as palavras formadoras do Grupo 1, ratificada no Grupo 2 que leva a entender que a pesquisa pode proporcionar experiências importantes. O Grupo 3 também foca a questão da extensão como melhoria da formação destes alunos, enfatizando que a extensão é importante no processo de ensino aprendizagem.

⁵³ **Redação da Questão 6** – “A relação entre ensino, pesquisa e extensão, deve proporcionar mudanças importantes nos processos de ensino e aprendizagem, colaborando efetivamente para a formação profissional e cidadã dos estudantes do IFPA.”

⁵⁴ **Redação da Questão 7** – “A extensão pode ser considerada como “Um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Instituição de Ensino e a Sociedade. (UNIRIO-2017).”

⁵⁵ **Redação da Questão 8** – “Os projetos de extensão devem estar associados aos conteúdos das disciplinas para que as atividades práticas de ensino tenham mais aproveitamento por parte dos estudantes.”

⁵⁶ **Redação da Questão 9** – “O envolvimento direto dos alunos nos projetos de pesquisa e extensão, proporciona o fortalecimento do processo ensino e aprendizagem motivando os mesmos a buscarem um maior aprofundamento com relação ao tema ora abordado.”!

⁵⁷ **Redação a Questão 10** – “A minha participação nesta pesquisa foi importante, pois foi possível colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula.”

⁵⁸ **Redação da Questão 11** – “O IFPA deve utilizar como estratégia de ensino o atendimento à comunidade local onde está inserido, para que haja assim o envolvimento dos alunos com os problemas sociais, econômicos e ambientais da sua região.”

⁵⁹ **Redação da Questão 12** – “O IFPA deve procurar cada vez mais ser uma organização socialmente responsável, tendo o compromisso com a melhoria de vida da população, com a participação efetiva dos seus alunos, através do ensino, pesquisa e extensão.”

⁶⁰ **Redação da Questão 13** – “A situação real encontrada durante a atividade prática realizada nas propriedades rurais, que foi o levantamento dos dados para a confecção do diagnóstico, proporcionou também um momento importante de aprendizagem.”

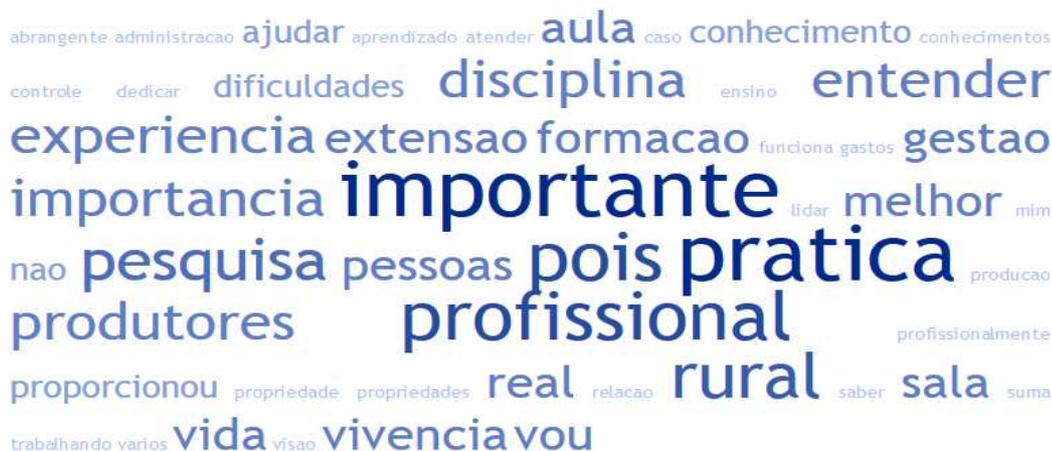


Figura 4 – Nuvem de palavras formadas com o aplicativo *TagCrowd*.

6.21.1.2 Análise das respostas do Questionário 3 (Articulação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão) com a utilização do aplicativo *Sobek*.

O aplicativo *Sobek*, permite que seja avaliado um conjunto de palavras, oriundas de um determinado texto, que neste caso foram os relatos dos alunos, porém na forma de um diagrama, conforme nos mostra a figura nº 5.

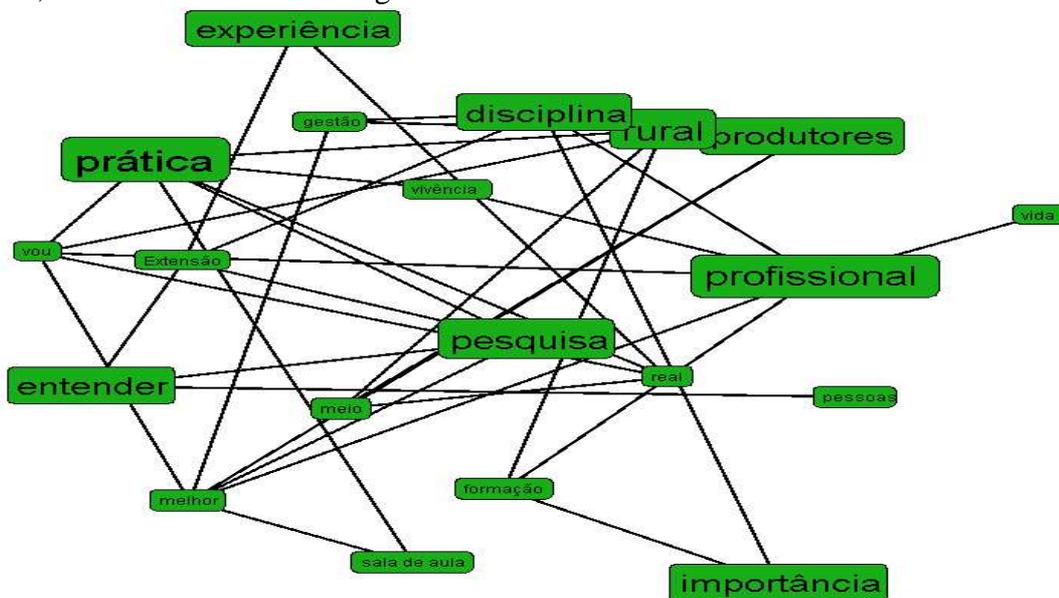


Figura 5 – Diagrama formado com o aplicativo *Sobek*.

As palavras que mais foram enfatizadas de acordo com a Figura 5, foram as seguintes: Experiência, Prática, Disciplina, Rural, Produtores, Profissional, Pesquisa, Entender e Importância. Assim como a nuvem de palavras, citada no tópico anterior este diagrama ratifica que a participação dos mesmos como parte integrante da pesquisa, tanto como sujeitos participantes, quanto como estudantes de iniciação científica, foi de grande importância, uma vez que este momento de vivência de um caso real na prática, proporcionou aos mesmos uma experiência fundamental, para a sua formação profissional.

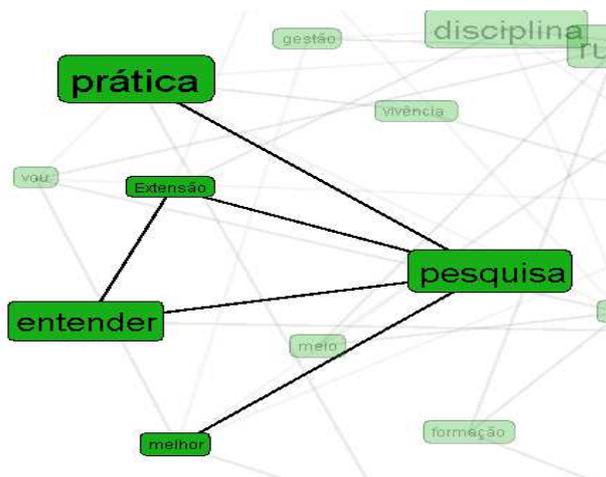


Figura 6 – Diagrama formado com o aplicativo *Sobek* a partir da palavra pesquisa.

O *Sobek*, disponibiliza ainda diagramas formados a partir de uma palavra citada no texto, nos permitindo entender as relações desta palavra em função das palavras que foram citadas próximas a ela. Na figura nº 6, foi selecionada como referência a palavra Pesquisa, e a partir dela percebeu-se que as palavras: prática, extensão, entender e melhor, foram as que mais se ligaram a palavra pesquisa.

A partir deste diagrama tendo a palavra pesquisa como referência, pode-se perceber claramente, mais uma vez que os alunos enfatizam a pesquisa e a extensão como uma ação indispensável na busca do conhecimento a partir da vivência de situações práticas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propriedades rurais caracterizadas nesta pesquisa, possuem algumas características comuns que poderiam ser melhor exploradas se os seus proprietários, bem como os integrantes de sua família, tivessem a oportunidade de receber informações técnicas e administrativas de forma mais pontual e continuada. As ações de extensão para estes agricultores, por parte do IFPA, poderiam colaborar para que estas propriedades se consolidassem cada vez mais como um negócio rural autossuficiente.

É importante ressaltar que estes produtores quando contemplados com os serviços de assistência técnica e extensão rural, realizados por algumas empresas prestadoras de serviços, contratadas pelo INCRA, recebem apenas orientações técnicas ligadas diretamente às áreas produtivas, como o manejo de animais e os tratos culturais de alguma produção vegetal da propriedade, não contemplando assim a parte da gestão da propriedade rural, nesse contexto as organizações contratadas para este fim, deveriam disponibilizar aos produtores informações que pudessem mostrar aos mesmos a melhor forma de se gerir uma propriedade rural, para que os mesmos pudessem entender que tão importante quanto produzir, é também agregar valor aos seus produtos.

Outro ponto relevante diz respeito tanto aos produtores quanto aos alunos que foram objetos de estudo desta pesquisa, que afirmaram quase na sua totalidade nunca terem participado de nenhum curso de gestão. Apesar dos resultados mostrarem esta deficiência na capacitação dos mesmos, todos os alunos e produtores tem uma percepção bem definida com relação à importância da gestão agropecuária, sendo um indicativo de que os esforços nesse sentido devem ser priorizados. A disponibilidade desta capacitação para este público, não está associada à eficiência da propriedade de forma geral, porém outros estudos mais específicos devem ser realizados para que esta perspectiva possa ser melhor esclarecida.

Com relação à inserção direta dos alunos na pesquisa, os resultados foram muito relevantes e reforçam que a articulação entre o ensino a pesquisa e a extensão devem ser sempre prioridade em nossas instituições de ensino, explicitando aqui aquelas que possuem atividades voltadas para o ensino agrícola. A satisfação dos alunos com a vivência de um caso real, através de uma situação prática, motivou-os a buscarem mais informações a respeito das atividades realizadas, despertando assim o interesse em estarem sempre empenhados na busca pela excelência em sua formação profissional. Estas experiências proporcionadas pelas atividades de pesquisa e extensão, além de possibilitar troca e a interação entre o conhecimento técnico e conhecimento cultural, colaboram eficazmente com o processo de formação destes alunos.

A pesquisa sinalizou para a necessidade de se continuar sempre estimulando os alunos a validarem os conteúdos oriundos da sala de aula, em atividades como a pesquisa e a extensão, bem como a necessidade de conhecer de perto a real necessidade dos agricultores com relação à demanda por atividades de extensão. Estes resultados poderão contribuir com a produção de alguns questionamentos e adequações, para que haja assim um alinhamento das reais necessidades dos nossos alunos e assim seja possível a construção de um perfil profissional, adequado ao ambiente em que se encontram inseridos.

A partir dos resultados deste trabalho, já é possível sinalizar com segurança algumas ações que poderiam ser implementadas para estes assentamentos como a criação e implantação de um Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos, ou sugestões de melhoria a serem inseridas dentro desta proposta caso já exista este projeto em andamento em algum PA.

Esta proposta de desenvolvimento poderia promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base em alguns princípios como a Agroecologia,

salutar à preservação do meio ambiente, através de ações de assessoria técnica e extensão rural, mediante processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores assentados.

Esta proposta teria um forte conteúdo de mobilização e organização social, privilegiando o uso de metodologias participativas, valorizando os saberes científico e populares; incorporando ainda uma visão sistêmica que permitisse a compreensão dos processos sócio econômicos e sua relação com o ambiente, além de estimular dinâmicas de participação ativa das populações, através de diagnósticos e planejamentos em conjunto.

Poderia ainda articular parcerias em todos os níveis; construindo formas associativas; respeitando as diferenças de gênero, de culturas, ideológicas, religiosas, políticas e de grupos de interesses; buscando a inclusão social. Tomando estas propriedades como uma unidade básica de análise, poderia se fazer planejamento e avaliação dos sistemas de produção agrícola; e assim apoiar o fortalecimento da Agricultura Familiar.

Tendo em mãos os dados devidamente sistematizados e organizados, e as propostas de desenvolvimento levantadas junto aos agricultores familiares seria possível apresentar neste plano diversas ações, articuladas entre si e com o máximo de coerência possível, podendo ser distribuídos da seguinte forma:

- Beneficiamento, Comercialização e Abastecimento da Produção Agropecuária;
- Educação em Cooperativismo, Cultura e Lazer;
- Capacitação e Formação dos Recursos Humanos para a Organização e Gestão;
- Investimento e Financiamento para a Recuperação e Sustentabilidade Ambiental.

Este Plano deve possuir como princípio a sustentabilidade das famílias assentadas, tanto social quanto, econômica e ambiental, buscando assim a melhoria da qualidade de vida e visando o resgate da cidadania, com o aumento de renda e, por conseguinte, contribuindo para a fixação dessas famílias no campo de maneira digna.

Um outro desdobramento deste trabalho poderia ser o fortalecimento da interação entre o ensino a pesquisa e a extensão, pois sabemos que maioria das vezes, os alunos apesar de participarem das atividades práticas das disciplinas, não conseguem organizar em suas concepções a importância de cada um das disciplinas ora cursadas, e de como elas poderão contribuir no momento de suas atividades profissionais.

É nesse sentido que se justifica a criação de um instrumento delimitador como por exemplo um Projeto Integrador, que possa proporcionar aos alunos a aplicação dos conteúdos adquiridos em sala de aula na vivência de situações práticas, conhecendo e fazendo uso da questão da interdisciplinaridade, muito discutida atualmente, espera-se que com esta proposta que os alunos possam ser capazes de atribuir um sentido próprio aos conteúdos oriundos dos diferentes saberes disciplinares, e assim saber transformar e dar sentido a estas informações.

É importante enfatizar que durante a realização deste trabalho algumas questões foram esclarecidas, ao mesmo tempo em que outras foram surgindo, como por exemplo a demanda por capacitação na gestão das propriedades agropecuárias. Dentro da trajetória deste trabalho, com os resultados obtidos até este ponto, é possível dentro das limitações das disponibilidades do IFPA, promover ações que possam atender de forma mais eficiente tanto os alunos, quanto à comunidade onde o mesmo está inserido, fortalecendo assim os arranjos produtivos locais, propiciando à comunidade melhorias na sua qualidade de vida.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, abr/jun, vol. 11, nº 2:73 - 78, 2004.

BANCO DO NORDESTE. **Grupos e Linhas de Crédito PRONAF - Quadro Resumo**. Disponível em <<https://www.bnb.gov.br/documents/165130/165145/Grupos+e+Linhas+Pronaf/4dd9526a-51af-42fb-b3a2-a07823326de2>>. Acesso em: 12 Abr. 2017.

BERTONCELLO, A.; ROSSI, A. M.; BADALOTTI, R. M. **Juventude rural, movimentos sociais e subjetividades: compreendendo estas interfaces no processo de reprodução social da agricultura familiar**. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, 2007, Florianópolis. *Anais*. Florianópolis: UFSC, 2007. Trabalho não publicado. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/andressa_bertoncello_adriana_may_rossi.pdf>. Acesso em: 08 Dez. 2016.

BITTENCOURT, Gilson. **Agricultura familiar e agronegócio: questões para pesquisa**. In: LIMA, Dalmo M. de Albuquerque; WILKINSON, John (Orgs.). *Inovações das tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq, 2002.

BRASIL. Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996. **Cria o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm> Acesso em: 12 Abr. 2017.

_____. Lei n. 2.208, de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9394/96**. Diário Oficial da União 18/04/1997, seção 1, p. 7760. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil.../decreto/D5154.HTML>> Acesso em: 11 Abr. 2017.

_____. Lei n. 2.406, de 27 de novembro de 1997. **Regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d2406.htm> Acesso em: 11 Abr. 2017.

_____. Decreto Federal, de 17 de maio de 2000. **Dá nova redação ao art. 8º do Decreto Federal nº 2.406/97 (trata da autonomia dos Centros Federais de Educação Tecnológica)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/DF3462_00.pdf> Acesso em: 11 Abr. 2017.

_____. Lei n. 5.173, de 27 de outubro de 1966. **Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências**. Disponível em <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/110838/lei-5173-66>> Acesso em: 11 Abr. 2017.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 04 Jan. 2017.

_____. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.326-2006?OpenDocument> Acesso em: 11 Abr. 2017.

_____. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008^a, Seção 1, p.1

_____. Lei n. 13.001, de 20 de junho de 2014. **Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária.** Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13001-20-junho-2014-778948-norma-atualizada-pl.html>> Acesso em: 11 Abr. 2017.

CANZIANI, J. R. F. **Assessoria Administrativa a Produtores Rurais.** 2001. 236f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos** 2.ed. Rio de Janeiro : Elsevier, 2010. 610p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações** 7.ed. Rio de Janeiro : Elsevier, 2010. 634p.

COSTA, Edgar. **Ferramentas on-line para criar nuvens de palavras.** Disponível em <<http://www.edgarcosta.net/informatica/web-informatica/ferramentas-on-line-para-criar-nuvens-de-palavras/>> Acesso em: 14 Abr. 2017.

DIONISIO, Ícaro Ramalho. **Aspectos da agricultura familiar conforme o Censo Agropecuário 1995-1996:** Análise comparativa entre Brasil, a Paraíba e o município de Pedras de Fogo-PB. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/Departamento de Economia, 2003. 40p. (Monografia)

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Projeto Balde Cheio.** Disponível em <<https://www.embrapa.br/pecuaria-sudeste/busca-de-projetos/-/projeto/38110/projeto-balde-cheio>> Acesso em: 12 Abr. 2017.

_____. **Módulos Fiscais.** Disponível em <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>> Acesso em: 15 Jun. 2017.

_____. **Pará é o maior produtor de abacaxi do Brasil e recebe simpósio nacional da cultura.** Disponível em <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/7129987/para-e-o-maior-produtor-de-abacaxi-do-brasil-e-recebe-simposio-nacional-da-cultura>> Acesso em: 29 Mar.

FILHO, Hildo Meirelles de Souza filho, BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar.** São Carlos : EdUFSCar, 2009. 359p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 5.ed. São Paulo : Atlas, 2010. 184p.

_____. Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6.ed. São Paulo : Atlas, 2008. 200p.

GOMES, Helder Joaquim Carvalheira. **Text Mining: análise de sentimentos na classificação de notícias**. Information Systems and Technologies (CISTI), 2013 8th Iberian Conference on. Lisboa, 2013.

HECHT, S. A. **Evolução do pensamento agroecológico**. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 4. ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar. O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000 (FAO/BRA 036).

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, **Assentamentos**, 2015. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>> Acesso em: 23 Abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional - Campus Conceição do Araguaia**. Disponível em: <<http://200.137.128.26/index.php/campi/cda>>. Acesso em: 22 Ago. 2016.

_____. **Planejamento Político Pedagógico - Campus Conceição do Araguaia**. Disponível em: <<http://200.137.128.26/index.php/campi/cda>>. Acesso em: 22 Ago. 2016.

LANNI, Octavio. **A Luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978. 236p.

MAROSTICA, Eduardo **Teoria Geral da Administração 1**, Taboão da Serra, 2008.

MATTEI, Lauro. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: MDA, 2006. 202p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Produto Interno Bruto da agropecuária deve ser de R\$ 1,1 trilhão, 2015**. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/12/produto-interno-bruto-da-agropecuaria-deve-ser-de-rs-1-trilhao-03/10/2015>> Acesso em: 03 Out. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Conheça as Linhas de Crédito do PRONAF**. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>> Acesso em: 13 Abr. 2017.

MICHELOTTI, Fernando. **Luta pela terra e assentamentos no Sudeste do Pará**. Disponível em <http://www.ufpa.br/campusmaraba/index/cache/publicacoes/fernando_michelotti_fcama_1.pdf> Acesso em: 17 Abr. 2017.

MORAIS, Edilson Andrade Martins, AMBRÓSIO, Ana Paula. **Mineração de Textos**. Disponível em <http://www.inf.ufg.br/sites/default/files/uploads/relatorios-tecnicos/RT-INF_005-07.pdf> Acesso em: 14 Abr. 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: Unesco, 2005.

PECCATIELLO, Ana Flávia Oliveira. **Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000)**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 24, 2011.p. 71-8. Editora UFPR

PORTAL DA CIDADANIA, **Territórios da Cidadania**. Disponível em <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosurais/one-community>>. Acesso em: 11 de Nov. 2015.

REZENDE, Solange O., MARCACINI, Ricardo M., MOURA, MARIA F.. **O uso da Mineração de Textos para Extração e Organização Não Supervisionada de Conhecimento**. Disponível em < http://www.fsma.edu.br/si/edicao7/FSMA_SI_2011_1_Principal_3.pdf > Acesso em 14 Abr. 2017.

SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos Marion; SEGATTI, Sonia. **Administração de custos na agropecuária**. 4. Ed. São Paulo : Atlas, 2009. 154p.

SILVA, RONI ANTONIO GARCIA DA **Administração Rural: teoria e prática** 3. ed. Curitiba: Juruá, 2013. 230p

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **Metodologia Balde Cheio mais que dobra a produção de leite**. Disponível em <<http://sna.agr.br/metodologia-balde-cheio-mais-que-dobra-producao-de-leite/>> Acesso em: 12 Abr. 2017.

SOBRAL, Filipe; PECCI, Alketa. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo : Pearson Prentice Hall, 2008. 397p.

SUNDERHUS; Adolfo Brás, **Separando Agricultura Familiar e Agricultura Patronal**. Disponível em <https://terraeprosa.wordpress.com/2015/04/13/separando-agricultura-familiar-e-agricultura-patronal/#_ftn1> Acesso em: 12 Abr. 2017.

SEPULCRI, Odílio. **Processo de Gestão Agropecuária**. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2004.

SEPULCRI, Odílio; SILVA, S. da. **Proposta de implantação da qualidade total na empresa agropecuária**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Sobek Mining**. Disponível em <<http://sobek.ufrgs.br/>> Acesso em: 14 Abr. 2017.

VIEIRA, Kelmara Mendes, DALMORO, Marlon. **Dilemas na Construção de Escalas Tipo Likert: O Número de Itens e a Disposição Influenciam nos Resultados?** Disponível em < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ-A1615.pdf> > Acesso em 21 Jun. 2017.

REZENDE, SOLANGE O., MARCACINI, RICARDO M., MOURA, MARIA F.. **O uso da Mineração de Textos para Extração e Organização Não Supervisionada de**

Conhecimento. Disponível em < http://www.fsma.edu.br/si/edicao7/FSMA_SI_2011_1_Principal_3.pdf > Acesso em 14 Abr. 2017.

WANDERLEY, N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: TEDESCO (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p.

9 APENDICE

Apêndice I - Termo De Anuência – IFPA

Declaro, para os devidos fins, que tenho conhecimento e autorizo a execução do projeto de pesquisa intitulado **ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIEDADES RURAIS SITUADAS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO: A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA**, proposto pelo mestrando Ranilson Alves dos Santos, sob orientação do professor Dr. Carlos Frederico de Menezes, vinculados ao Programa de Pós Graduação em Ensino Agrícola (PPGEA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), tendo como sujeitos participantes os alunos do curso de graduação em agronomia e os alunos do curso técnico em agropecuária.

Declaro ter conhecimento do objetivo geral desta pesquisa que é caracterizar as propriedades rurais existentes em Projetos de Assentamento da região Sul do Pará, descrevendo como são administradas, para compreender as razões que levam seus proprietários à utilização reduzida de técnicas de gestão, e terá como um dos grupos de sujeitos participantes os técnicos em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que são profissionais da Agropará e atualmente tem contrato com o INCRA para atender estes agricultores.

Declaro ainda que tenho conhecimento de que será assinado um termo de consentimento em duas vias pelos sujeitos participantes da pesquisa, sendo que uma via permanecerá em seu poder e a outra com o responsável pela pesquisa.

Por ser verdade, dato e assino a presente declaração.

Redenção – PA, 10 de Janeiro de 2016.

Denys Arrifano Araújo
Diretor Geral do IFPA
Campus Conceição do Araguaia

Apêndice II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

DADOS DA PESQUISA

| |
|---|
| Título do Projeto: ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES RURAIS SITUADAS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO: A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA |
| Pesquisador Responsável: Ranilson Alves dos Santos |
| Instituição a que pertence o pesquisador responsável: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) / Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional Agrícola (PPGEA) |
| Telefones para contato: (94)99168-4558 |
| Email para contato: ranilsonalves@gmail.com |

DADOS DO VOLUNTÁRIO

| | | |
|---|-------------|---------------|
| Nome: | | |
| Idade (Em anos): | RG (Número) | Órgão Emissor |
| Representante legal (Quando for o caso) | | |
| Telefone | RG (Número) | Órgão Emissor |

O (a) senhor(a) está sendo convidado a participar da pesquisa proposta pelo mestrando Ranilson Alves dos Santos, sob orientação do professor Dr. Carlos Frederico de Menezes, vinculados ao Programa de Pós Graduação em Ensino Agrícola (PPGEA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Esta pesquisa terá como objetivo geral caracterizar as propriedades rurais existentes em Projetos de Assentamento da região Sul do Pará, descrevendo como são administradas, para compreender as razões que levam seus proprietários à utilização reduzida de técnicas de gestão, e terá como sujeitos participantes os agricultores e os alunos dos cursos de Agronomia e Técnico em Agropecuária do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)

As atividades de pesquisa ocorrerão de acordo com a disponibilidade dos participantes, não sendo obrigados a participarem em horários que não sejam adequados. Sua participação não oferece risco algum aos envolvidos na pesquisa. Caso seja verificado algum constrangimento durante as entrevistas, o pesquisador irá intervir fazendo considerações e redirecionando o assunto tratado. Também lhe serão garantidos:

- Receber a resposta de qualquer pergunta, ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa.
- Poder retirar seu consentimento a qualquer momento, deixando de participar do estudo, sem que isso traga qualquer tipo de prejuízo;
- Não ser identificado quando da divulgação dos resultados e de ter certeza, que todas as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científico vinculados à pesquisa.
- Não irá contribuir financeiramente com a pesquisa, sendo que estes gastos estão detalhados e serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que fui devidamente informado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa, dos instrumentos de coletas de informação que serão utilizados, dos riscos e benefícios, conforme já citados neste termo, e concordo em participar como voluntário.

Local e Data

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Apêndice III - Questionário 1 - Caracterização Da Unidade Rural

Caro(a) participante, pedimos sua colaboração para responder esse questionário. Informamos que este documento é parte integrante de um projeto de dissertação de mestrado desenvolvido pelo pesquisador Ranilson Alves dos Santos, orientado pelo professor Dr. Carlos Frederico de Menezes vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Através deste questionário, pretende-se caracterizar algumas propriedades rurais situadas em projetos de assentamento da região sul do Pará, bem como conhecer melhor a opinião e a percepção de agricultores familiares e dos alunos do curso de graduação em agronomia e do curso técnico em agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), sobre assuntos relacionados a gestão do negócio rural. Informamos que nenhuma informação individual será divulgada.

1. DADOS DO ENTREVISTADOR

| Nome do Entrevistador: | Data da Entrevista |
|------------------------|--------------------|
| | |

2. INFORMAÇÕES GERAIS DO ASSENTAMENTO

| | | |
|---------------------------------|--|----|
| INCRA – SR27 | | PA |
| Nome do Projeto de Assentamento | | |
| | | |

3. INFORMAÇÕES DA FAMÍLIA ASSENTADA

3.1 Dados do 1º Titular da RB

| Nome completo | Naturalidade |
|---------------|--------------|
| | |

3.2 Dados do Entrevistado

| Entrevistado: | Idade | Parentesco |
|---------------|-------|------------|
| | | |

3.3 Situação de Ocupação e acesso a UPF

| | | | | |
|-------------------------------------|---|---|--|--|
| Tamanho da área da propriedade (há) | Nome da Propriedade | | | |
| | | | | |
| Situação da ocupação da Parcela | Possui Título da Parcela | | Tempo de Exploração | Tempo de Residência |
| () Assentado () Posseiro | () Sim () Não | | | |
| Cidade mais próxima do PA | Distância do lote para a cidade mais próxima | Distância do lote até a sede do município | Existe agrovila no PA | Se existe agrovila no PA, qual a sua distância da parcela? |
| | | | () Sim () Não | |
| Existe estrada vicinal no lote? | Se existe vicinal no lote, qual o nome: | | Condições das estradas de acesso ao lote | Condições das pontes de acesso ao lote |
| () Sim () Não | | | () Boa () Regular () Ruim | () Boa () Regular () Ruim |
| Coordenada Geográfica do lote (UTM) | Informações sobre o roteiro de acesso ao lote | | | |
| E: | | | | |
| N: | | | | |

3.4 Composições do Núcleo Familiar

| Nome do Membro da Família | Informações do Núcleo Familiar | | | | Acesso a Educação | | | Organização Social | | | Mão de Obra | | | |
|---------------------------|--------------------------------|--------------------------------|------|-------|-------------------|----------------|-----------------|--------------------|-----------|----------------|-------------------------|----------|--------------|----------|
| | Condição na RB | Parentesco com o Titular da RB | Sexo | Idade | Escolaridade | Tipo de Escola | Local da Escola | Tipo | Local #11 | Frequência #11 | Disp. p/ a Prod. Famil. | Qtd/Dias | Fora do Lote | Qtd/Dias |
| 1- | | | | | | | | | | | | | | |
| 2- | | | | | | | | | | | | | | |
| 3- | | | | | | | | | | | | | | |
| 4- | | | | | | | | | | | | | | |
| 5- | | | | | | | | | | | | | | |
| 6- | | | | | | | | | | | | | | |
| 7 | | | | | | | | | | | | | | |
| 8 | | | | | | | | | | | | | | |
| 9 | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | | | | | | | | | | | | | | |

Condição na RB: (1) Titular; (2) Dependente; (3) Não se aplica.

Código (Parentesco): (1) – Titular; (2) - Conjugue/Companheiro (a); (3) – Filho; 4 – Filha; (5) – Neto; (6) – Neta; (7) – Bisneto; (8) – Bisneta; (9) – Sobrinho; (10) - Sobrinha; (11) – Mãe; (12) – Pai; (13) – Irmão; (14) Irmã; (15) – Sogra; (16) – Sogro; (17) – Cunhado; (18) – Cunhada; (19) – Enteado; (20) – Enteada; (21) – Primo; (22) – Prima; (23) – Nora; (24) – Genro; (25) - Avô; (26) - Avó; (25) – Agregado.

Sexo: (1) Masculino (2) Feminino

Escolaridade: a) Não alfabetizado/Nunca estudou; b) 1ª Ano; c) 2ª Ano; d) 3ª Ano; e) 4ª Ano; f) 5ª Ano; g) 6ª Ano; h) 7ª Ano; i) 8ª Ano; j) 9ª Ano; k) Ensino fundamental incompleto; l) Ensino médio incompleto; m) Ensino médio completo; n) Ensino superior incompleto; o) Ensino superior completo; (p) Analfabeto(a) Funcional.

Tipo de Escola: 1 - Particular; 2 - Pública

Local: (1) No Assentamento; (2) Fora do Assentamento; (3) Não se aplica.

Tipo: (1) Associação; (2) Cooperativa; (3) Grupo de Mulheres; (4) Grupo de Jovens; (5) Sindicato; (6) Igreja; (7) Centro Espírita (8) Candomblé (9) Umbanda; (10) Outras; (11) Não participa.

Localização: (1) No assentamento; (2) Fora do assentamento; (3) Não se aplica

Frequência de participação: (1) Semanal; (2) Mensal; (3) Bimestral; (4) Trimestral; (5) Esporadicamente.

Disponível para a produção familiar: (1) Sim (2) Não

Fora do Lote: (1) Sim (2) Não

3.5 Disponibilidade de água para a produção rural

| Fonte de Água para consumo Pecuário | Tratamento para consumo Pecuário | Fonte de Água para consumo Agrícola | Tratamento para consumo Agrícola |
|-------------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|
| | | | |

Fonte de Água: (1)Rede pública (2)Poço Raso/Cacimba (3)Poço Artesiano (4)Poço Semiartesiano (5)Poço Amazonico (6)Rio (7)Córrego (8)Lagos/Açudes/Lagoas (9)Nascentes na propriedade (10) Água da chuva/Cisterna (11)Não tem água (12)Outros(Especificar): _____

Tratamento: (1)Filtrada (2)Fervida (3)Clorada (4)Não Trata (5)Outros⊗Especificar) _____

4. ENERGIA

Quadro resumo da disponibilidade de energia

| Energia Elétrica | Destino da Energia (Uso Atual) |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Consumo Humano <input type="checkbox"/> Irrigação <input type="checkbox"/> Consumo Animal |
| <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Agroindústria <input type="checkbox"/> Outros |
| Fonte de Energia | |
| <input type="checkbox"/> Rede pública <input type="checkbox"/> Motor diesel <input type="checkbox"/> Roda d'água <input type="checkbox"/> Placa solar <input type="checkbox"/> Não há <input type="checkbox"/> Outros: | |
| Caso não possua energia elétrica sua parcela se encontra a quantos Km da rede de energia elétrica mais próxima: | |
| Há alguma instituição discutindo o recurso para implantação de energia na sua comunidade: | |
| <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Qual(is)?: | |

5. MÃO DE OBRA DISPONÍVEL

5.1 Familiar:

| Idade | Homens(Qtd) | Mulheres(Qtd) |
|-----------------|-------------|---------------|
| Até 15 anos | | |
| De 16 a 25 anos | | |
| De 26 a 60 anos | | |
| Mais de 60 anos | | |

5.3 Mãos de obra além da familiar:

| Empregados eventuais | | Empregados Permanentes | |
|---|--------------|---|------|
| <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Qtd/Diárias: | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Qtd: |

6. ATIVIDADES EXTRATIVISTAS E COMERCIALIZAÇÃO

6.1 Realiza alguma atividade extrativista dentro da Parcela

Não Sim, se a resposta for sim, preencha o quadro abaixo:

| Produto de origem extrativista | Consumo próprio (1) Sim (2) Não | Mercado (1)PAA (2)PNAE (3)Direto ao Consumidor (4)Intermediário (5) Cooperativas (6) Leilões (7) Outros. Especificar. |
|--------------------------------|------------------------------------|---|
| | | |
| | | |
| | | |

7. PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

7.1 Distribuição da Produção do Assentado por Ano (Último 12 meses)

| Produtos | Área (m ² ,ha) | Qtd. produzida | Unidade (Ton, Kg, Sc) | Consumo Próprio (Qtd) | Excedente | Mercado |
|----------|---------------------------|----------------|-----------------------|-----------------------|-----------|---------|
| 1. | | | | | | |
| 2. | | | | | | |
| 3. | | | | | | |
| 4. | | | | | | |
| 5. | | | | | | |
| 6. | | | | | | |

Mercado (1)PAA (2)PNAE (3)Direto ao Consumidor (4)Intermediário (5) Cooperativas (6) Leilões (7) Outros. Especificar.

8. PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

8.1 Distribuição da Produção do Assentado por Ano (Último 12 meses)

| Produtos | Utiliza Ass. Técnica? | Utiliza Energia Elétrica? | Uso de Força nos trabalhos | | | Usa Adubos e Corretivos | Faz Conservação do Solo |
|----------|-----------------------|---------------------------|----------------------------|-----------------|--------|-------------------------|-------------------------|
| | | | Só Animal | Mecân. + Animal | Manual | | |
| 1. | | | | | | | |
| 2. | | | | | | | |
| 3. | | | | | | | |
| 4. | | | | | | | |
| 5. | | | | | | | |
| 6. | | | | | | | |

8. ACESSO A CRÉDITO

8.1 Créditos INCRA

| CRÉDITOS INCRA | | |
|-------------------------------------|------------------|-------------------|
| Especificação | Ano de Concessão | Valor Total (R\$) |
| Apoio Inicial | | |
| Apoio Mulher | | |
| Aquisição/Mat. De Construção | | |
| Recuperação/Mat. De Construção | | |
| Reabilitação de Crédito de Produção | | |
| Total (A) | | |

8.2 Créditos de Financiamentos

| FINANCIAMENTOS | | |
|---------------------------|------------------|-------------------|
| Especificação | Ano de Concessão | Valor Total (R\$) |
| PRONAF A (Investimento) | | |
| PRONAF A/C (Custeio) | | |
| PRONAF B | | |
| PRORURAL | | |
| PRONAF C | | |
| PRONAF D | | |
| PRONAF E | | |
| PRONAF AF – (Agric./Fam.) | | |
| PRONAF (Mais Alimentos) | | |
| Total (B) | | |

8.3 Outros Créditos

| OUTROS CRÉDITOS | | |
|------------------|------------------|-------------------|
| Especificação | Ano de Concessão | Valor Total (R\$) |
| | | |
| | | |
| | | |
| Total (C) | | |

| | | |
|----------------------------|--|--|
| TOTAL GERAL (A+B+C) | | |
|----------------------------|--|--|

Apêndice IV - Questionário 2 - Percepção dos Participantes

Caro(a) participante, pedimos sua colaboração para responder esse questionário. Informamos que este documento é parte integrante de um projeto de dissertação de mestrado desenvolvido pelo pesquisador Ranilson Alves dos Santos, orientado pelo professor Dr. Carlos Frederico de Menezes vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Através deste questionário, pretende-se caracterizar algumas propriedades rurais situadas em projetos de assentamento da região sul do Pará, bem como conhecer melhor a opinião e a percepção de agricultores familiares, técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que atendem esses agricultores, e dos alunos do curso de graduação em agronomia e do curso técnico em agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), sobre assuntos relacionados a gestão do negócio rural.

Informamos que nenhuma informação individual será divulgada.

1. DADOS DO ENTREVISTADOR

| | |
|-------------------------------|---------------------------|
| Nome do Entrevistador: | Data da Entrevista |
| | |

2. PARTICIPANTE

| Tipo de Participante | Atividade Principal da Propriedade | Participação em algum curso sobre Gestão da propriedade rural |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Agricultor(a) Familiar | | <input type="checkbox"/> Nunca participei <input type="checkbox"/> Sim () 1 () 2 () 3 () 4 ou mais |
| Tipo de Participante | Curso | |
| <input type="checkbox"/> Estudante do IFPA | | <input type="checkbox"/> Nunca participei <input type="checkbox"/> Sim () 1 () 2 () 3 () 4 ou mais |
| Idade | Grau de Escolaridade | Sexo |
| <input type="checkbox"/> Até 20 anos <input type="checkbox"/> De 21 a 30 anos <input type="checkbox"/> De 31 a 40 anos <input type="checkbox"/> De 41 a 50 anos <input type="checkbox"/> Acima de 50 anos | <input type="checkbox"/> Até o primeiro grau (completo) <input type="checkbox"/> Segundo grau (completo ou incompleto) <input type="checkbox"/> Superior (completo ou incompleto) | <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino |
| Município principal onde exerce suas atividades, sejam elas de Agricultor, Profissional de ATER ou Estudante. | | |
| | | |

3. INSTRUÇÕES PARA AS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO

| |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • O objetivo principal do questionário é entender o seu nível de percepção com relação às questões ligadas à Administração Rural. • Para isso, atribua notas de 1 a 5, de acordo com sua menor ou maior concordância com as afirmações, considerando que: <ul style="list-style-type: none"> a) Nota 1: Significa que você discorda integralmente da afirmação; b) Nota 2: Significam discordância parcial; c) Nota 3: Significa indiferença; d) Nota 4: Significa concordância parcial; e) Nota 5: Significa que você concorda integralmente com a afirmação. |
|---|

| | | | |
|----------|--------------------|--------------------|----------|
| | Maior Discordância | Maior Concordância | |
| 1 | 2 | 3 | 4 |
| | | 5 | |

GRUPO A – Questões gerais

| Nº | Afirmação | Nota |
|----|-----------|------|
|----|-----------|------|

| | | |
|---|---|--|
| 1 | Na última década, os gastos para a manutenção da família têm crescido a uma velocidade maior do que o aumento de receita líquida da propriedade rural. | |
| 2 | Promover um bom padrão de vida para a família é o principal objetivo da propriedade rural | |
| 3 | O resultado econômico/financeiro das atividades agropecuárias é afetado, muito mais por variações do clima e dos preços agrícolas, do que por problemas administrativos internos da propriedade rural | |
| 4 | No atendimento ao produtor, a assistência técnica concentra seu trabalho na orientação da produção e atua pouco em questões administrativas das propriedades rurais | |

GRUPO B – Questões relacionadas à atividades administrativas de planejamento das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal

| Nº | Afirmação | Nota |
|----|--|------|
| 5 | A necessidade de usar a infraestrutura existente na propriedade e a incerteza quanto aos preços futuros (que podem ser altos ou baixos) estimula o produtor rural a manter sua produção, de acordo com o seu planejamento de longo prazo. | |
| 6 | É preferível fazer o planejamento da propriedade mentalmente e não por escrito, pois são constantes as mudanças na política econômica, no clima e nos preços. O planejamento mental é mais versátil do que o planejamento escrito | |
| 7 | Se o produtor rural começar a fazer muitas contas no papel e verificar os prováveis resultados, ele poderia perder o estímulo de produzir | |
| 8 | A necessidade de caixa (dinheiro) para pagar compromissos financeiros, normalmente é o que determina o momento da venda da produção | |
| 9 | Os produtores rurais preferem trabalhar as suas atividades com maior estoque patrimonial (terras, máquinas, animais) do que com maior liquidez no caixa (disponibilidade financeira). Por isso, em anos de sobra de caixa, preferem investir na propriedade do que guardar o dinheiro no banco | |
| 10 | A principal dificuldade para se planejar a compra de insumos é a falta de recursos financeiros na propriedade em determinadas épocas do ano. | |
| 11 | A legislação trabalhista é mais adaptada ao meio urbano. Por isso, em propriedades rurais, é mais difícil cumpri-la integralmente | |
| 12 | As propriedades rurais normalmente trabalham com ociosidade de mão-de-obra fixa, pois na média anual, o número de empregados fixos é determinado em função dos períodos de maior necessidade de trabalho | |

GRUPO C – Questões relacionadas à organização das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal.

| Nº | Afirmação | Nota |
|----|---|------|
| 13 | O produtor rural tem uma maior preocupação com os aspectos de produção (tecnologia) do que pelos aspectos administrativos de sua propriedade | |
| 14 | As propriedades rurais normalmente trabalham com infraestrutura ociosa (máquinas, equipamentos, etc.), pois na média anual, o tamanho dessa infraestrutura é determinado em função da possibilidade de ocorrer períodos críticos (adversidades climáticas, etc) | |
| 15 | Na avaliação da propriedade, o mais importante é conhecer os resultados globais, pois as diferenças de resultados entre talhões/lotes geralmente se devem a questões climáticas ou a outras variáveis que não podem ser controladas pelo produtor | |
| 16 | O produtor rural tem dificuldade para entender e utilizar os <i>softwares</i> (programas de computador) desenvolvidos para o meio rural | |
| 17 | O produtor rural recebe constantemente informações de muitas pessoas e instituições e de várias formas (até via TV). Isso dificulta a escolha do melhor produto (insumo) comercial a ser utilizado na propriedade | |
| 18 | Há uma grande pressão das empresas e/ou cooperativas sobre o produtor rural para que ele seja fiel na entrega de sua produção. | |
| 19 | O produtor rural não tem tempo para fazer planejamento por escrito e manter controles pormenorizados. É uma correria todo dia, para executar os serviços e tarefas operacionais que exigem atenção permanente | |
| 20 | Como o produtor tem que gastar a maior parte do seu tempo cuidando da produção, sobra a ele pouco tempo para analisar as áreas financeira e comercial da empresa rural | |

GRUPO D – Questões relacionadas à direção das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal.

| Nº | Afirmação | Nota |
|----|--|------|
| 21 | Na última década, os gastos para a manutenção da família têm crescido a uma velocidade maior do que o aumento de receita líquida da propriedade rural. | |

| | | |
|----|--|--|
| 22 | Primeiro é preciso melhorar a tecnologia para aumentar a produtividade, depois se preocupar com planos e controles para a propriedade. | |
| 23 | A grande maioria dos produtores rurais não separa em seus registros os gastos da família e os gastos da propriedade | |
| 24 | Alguns dados financeiros da propriedade (como o valor dos gastos familiares, o valor de dívidas, etc.) não são assunto para serem tratados com profissionais da assistência técnica. | |
| 25 | O envolvimento dos profissionais da assistência técnica com a venda de insumos inibe os produtores rurais, de receber deles, assessoria administrativa na propriedade | |
| 26 | Comprar e vender é tarefa do produtor rural. Raramente (à exceção das transações de pequenos valores) ela é delegada a funcionários da fazenda | |
| 27 | No meio agropecuário não adianta muito querer controlar tudo por escrito. O importante é o responsável estar presente na propriedade, pois assim já estaria efetuando os controles de forma visual, mas permanente | |
| 28 | No meio agropecuário, as ordens de serviço que os produtores repassam aos funcionários devem ser bem claras e diretas, pois não adianta muito ficar trocando ideias com os funcionários | |

GRUPO E – Questões relacionadas ao controle das áreas de produção, finanças, comercialização e de pessoal.

| Nº | Afirmção | Nota |
|----|--|------|
| 29 | Se o profissional da assistência técnica prestar ao produtor uma boa orientação tecnológica, isso já é uma grande contribuição para a propriedade, pois questões administrativas são responsabilidade do produtor rural. | |
| 30 | As propriedades rurais, geralmente não adotam sistemas detalhados de controle de custos pela grande dificuldade de se coletar dados precisos (ou exatos) em nível de campo | |
| 31 | Alguns poucos indicadores de eficiência (produtividade, índices zootécnicos, etc.) e de resultado (sobra de dinheiro em caixa, etc.) são suficientes para indicar se a propriedade está indo bem ou mal | |
| 32 | As propriedades rurais, geralmente não adotam sistemas detalhados de controle porque esse trabalho não garante um aumento na rentabilidade | |
| 33 | É possível que um sistema de controle simplificado seja suficiente para garantir uma boa administração da propriedade rural, porque eles permitem, pelo menos, uma noção sobre os resultados técnicos e econômicos do empreendimento | |
| 34 | Na compra dos insumos e na venda da produção, o mais importante é controlar as quantidades para evitar desvios, pois os preços são definidos pelo mercado | |
| 35 | Os funcionários das propriedades rurais não gostam de fazer anotações por escrito sobre as tarefas realizadas | |
| 36 | Os funcionários das propriedades rurais não sabem ou têm muitas dificuldades para fazer anotações por escrito sobre as tarefas realizadas | |

| Espaço destinado à observações, críticas e sugestões sobre o Questionário | |
|---|--|
| | |

Apêndice V - Questionário 3 – Percepção dos Alunos com Relação a Participação na Pesquisa, como Prática da Articulação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão.

Caro(a) participante, pedimos sua colaboração para responder esse questionário. Informamos que este documento é parte integrante de um projeto de dissertação de mestrado desenvolvido pelo pesquisador Ranilson Alves dos Santos, orientado pelo professor Dr. Carlos Frederico de Menezes vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Através deste questionário, pretende-se obter informações sobre a percepção dos alunos no envolvimento com a pesquisa e extensão, na sua formação profissional e vivência com uma situação real de trabalho, aplicando na prática os conceitos obtidos com as disciplinas (Gestão Agropecuária e Administração) ora ministrada, tanto para os alunos do curso de graduação em agronomia quanto para os alunos do curso técnico em agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Informamos que nenhuma informação individual será divulgada

1. PARTICIPANTE

| Curso frequentado | Data |
|---|------|
| () Agronomia () Técnico em Agropecuária | |

2. INSTRUÇÕES PARA AS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO

| | | | | |
|--|---|----------------------|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • O objetivo principal do questionário é avaliar as disciplinas (Gestão Agropecuária e Administração Rural) e a sua importância na sua formação profissional. • Para isso, atribua notas de 1 a 5, de acordo com sua menor ou maior concordância com as afirmações, considerando que: <ul style="list-style-type: none"> f) Nota 1 Significa que você discorda integralmente da afirmação; g) Nota 2: Significam discordância parcial; h) Nota 3: Significa indiferença; i) Nota 4: Concordância parcial; j) Nota 5: Significa que você concorda integralmente com a afirmação. | | | | |
| ← Maior Discordância | | Maior Concordância → | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

3. QUESTÕES SOBRE AS DISCIPLINAS

| Nº | Afirmação | Nota |
|----|--|------|
| 1 | Após concluir a disciplina (Gestão Agrop./Adm. Rural), acredito que a mesma irá me proporcionar condições técnicas de orientar os produtores rurais em questões ligadas à gestão do negócio rural. | |
| 2 | A disciplina (Gestão Agrop./Adm. Rural) é importante para a minha formação técnica. | |
| 3 | A disciplina (Gestão Agrop./Adm. Rural) me permitiu obter uma visão mais abrangente do funcionamento de uma propriedade rural. | |
| 4 | A disciplina (Gestão Agrop./Adm. Rural) me permitiu entender que as atividades de gestão do negócio rural, não pode estar dissociada das atividades relacionadas aos tratamentos culturais e/ou animais. | |
| 5 | Pretendo aprofundar meus conhecimentos com relação ao tema “Gestão do Negócio Rural” | |

4. QUESTÕES SOBRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

| Nº | Afirmação | Nota |
|----|---|------|
| 6 | A relação entre ensino, pesquisa e extensão, deve proporcionar mudanças importantes nos processos de ensino e aprendizagem, colaborando efetivamente para a formação profissional e cidadã dos estudantes do IFPA. | |
| 7 | A extensão pode ser considerada como “Um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Instituição de Ensino e a Sociedade. (UNIRIO-2017)” | |
| 8 | Os projetos de extensão devem estar associados aos conteúdos das disciplinas para que as atividades práticas de ensino tenham mais aproveitamento por parte dos estudantes. | |
| 9 | O envolvimento direto dos alunos nos projetos de pesquisa e extensão, proporciona o fortalecimento do processo ensino e aprendizagem motivando os mesmos a buscarem um | |

Apendice VI - Resultados Estatísticos

Tabela 14 – Média aritmética, desvio padrão e mediana das respostas às questões formuladas no questionário 3 (três).

| Questões | Média Aritmética | Desvio Padrão | Mediana |
|----------|------------------|---------------|---------|
| 1 | 4,43 | 0,61 | 4 |
| 2 | 4,59 | 0,57 | 5 |
| 3 | 4,43 | 0,65 | 5 |
| 4 | 4,10 | 1,01 | 4 |
| 5 | 4,14 | 1,24 | 5 |
| 6 | 4,39 | 0,70 | 5 |
| 7 | 4,49 | 0,71 | 5 |
| 8 | 4,29 | 0,79 | 4 |
| 9 | 4,49 | 0,84 | 5 |
| 10 | 4,22 | 1,03 | 4 |
| 11 | 4,39 | 0,70 | 4 |
| 12 | 4,47 | 0,79 | 5 |
| 13 | 4,41 | 0,86 | 5 |

Tabela 15 – Distribuição percentual de frequência das respostas às questões formuladas no questionário 3 (Três).

| Questões | Notas | | | | |
|----------|-------|------|------|------|------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 1 | 0 | 0 | 6,1 | 44,9 | 49,0 |
| 2 | 0 | 0 | 4,1 | 32,7 | 63,3 |
| 3 | 0 | 0 | 8,2 | 40,8 | 51,0 |
| 4 | 2,0 | 6,1 | 14,3 | 34,7 | 42,9 |
| 5 | 4,1 | 12,2 | 8,2 | 16,3 | 59,2 |
| 6 | 4,1 | 12,2 | 8,2 | 16,3 | 59,2 |
| 7 | 0,0 | 0,0 | 12,2 | 36,7 | 51,0 |
| 8 | 0,0 | 0,0 | 12,2 | 36,7 | 51,0 |
| 9 | 0,0 | 0,0 | 12,2 | 26,5 | 61,2 |
| 10 | 0,0 | 2,0 | 14,3 | 36,7 | 46,9 |
| 11 | 0,0 | 6,1 | 4,1 | 24,5 | 65,3 |
| 12 | 4,1 | 4,1 | 6,1 | 36,7 | 49,0 |
| 13 | 0,0 | 2,0 | 6,1 | 42,9 | 49,0 |

Tabela 16 - Média aritmética, desvio padrão e mediana das respostas às questões formuladas no questionário 2 (dois).

| Questões | Média Aritmética | Desvio Padrão | Mediana |
|-----------------|-------------------------|----------------------|----------------|
| 1 | 3,3 | 1,6 | 3,5 |
| 2 | 3,9 | 1,1 | 4,0 |
| 3 | 2,9 | 1,3 | 2,5 |
| 4 | 3,3 | 1,4 | 3,5 |
| 5 | 3,9 | 1,1 | 4,0 |
| 6 | 2,0 | 1,8 | 2,0 |
| 7 | 2,3 | 1,6 | 2,5 |
| 8 | 3,4 | 1,3 | 3,5 |
| 9 | 3,6 | 1,3 | 4,0 |
| 10 | 3,6 | 1,3 | 4,0 |
| 11 | 3,5 | 1,4 | 4,0 |
| 12 | 3,2 | 1,4 | 3,0 |
| 13 | 3,8 | 2,9 | 3,5 |
| 14 | 3,1 | 1,2 | 3,5 |
| 15 | 3,3 | 1,4 | 3,5 |
| 16 | 4,1 | 1,4 | 4,5 |
| 17 | 3,0 | 1,5 | 3,0 |
| 18 | 3,2 | 3,2 | 3,0 |
| 19 | 2,8 | 1,7 | 3,0 |
| 20 | 2,9 | 1,5 | 3,0 |
| 21 | 3,7 | 1,3 | 4,0 |
| 22 | 2,9 | 1,6 | 3,0 |
| 23 | 3,7 | 1,4 | 4,0 |
| 24 | 2,7 | 1,7 | 2,5 |
| 25 | 3,0 | 3,0 | 2,8 |
| 26 | 3,1 | 1,4 | 3,0 |
| 27 | 2,9 | 1,7 | 3,0 |
| 28 | 2,5 | 1,6 | 2,5 |
| 29 | 3,7 | 1,4 | 4,0 |
| 30 | 3,5 | 1,0 | 3,5 |
| 31 | 3,4 | 1,3 | 3,5 |
| 32 | 2,6 | 1,5 | 2,5 |
| 33 | 3,7 | 1,1 | 4,0 |
| 34 | 3,6 | 1,3 | 4,0 |
| 35 | 3,6 | 1,4 | 4,0 |
| 36 | 3,5 | 1,4 | 4,0 |

Tabela 17 - Distribuição percentual de frequência das respostas às questões formuladas no questionário 2 (Três).

| Questões | Notas | | | | |
|----------|-------|------|------|------|------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 1 | 15,3 | 5,1 | 17,3 | 28,6 | 33,7 |
| 2 | 2,0 | 4,1 | 18,4 | 32,7 | 42,9 |
| 3 | 10,2 | 16,3 | 35,7 | 19,4 | 18,4 |
| 4 | 10,2 | 8,2 | 26,5 | 23,5 | 31,6 |
| 5 | 3,1 | 6,1 | 12,2 | 35,7 | 42,9 |
| 6 | 42,9 | 11,2 | 18,4 | 12,2 | 15,3 |
| 7 | 26,5 | 11,2 | 35,7 | 12,2 | 14,3 |
| 8 | 7,1 | 9,2 | 28,6 | 26,5 | 28,6 |
| 9 | 5,1 | 11,2 | 13,3 | 33,7 | 36,7 |
| 10 | 5,1 | 14,3 | 12,2 | 36,7 | 31,6 |
| 11 | 8,2 | 5,1 | 22,4 | 28,6 | 35,7 |
| 12 | 11,2 | 9,2 | 31,6 | 22,4 | 25,5 |
| 13 | 4,1 | 10,2 | 26,5 | 25,5 | 33,7 |
| 14 | 7,1 | 10,2 | 30,6 | 39,8 | 12,2 |
| 15 | 9,2 | 10,2 | 26,5 | 26,5 | 27,6 |
| 16 | 5,1 | 8,2 | 5,1 | 15,3 | 66,3 |
| 17 | 14,3 | 12,2 | 27,6 | 21,4 | 24,5 |
| 18 | 16,3 | 6,1 | 33,7 | 19,4 | 24,5 |
| 19 | 22,4 | 13,3 | 15,3 | 24,5 | 24,5 |
| 20 | 17,3 | 9,2 | 25,5 | 31,6 | 16,3 |
| 21 | 6,1 | 6,1 | 22,4 | 20,4 | 44,9 |
| 22 | 17,3 | 15,3 | 23,5 | 18,4 | 25,5 |
| 23 | 8,2 | 5,1 | 15,3 | 22,4 | 49,0 |
| 24 | 25,5 | 10,2 | 21,4 | 17,3 | 25,5 |
| 25 | 15,3 | 15,3 | 33,7 | 27,6 | 8,2 |
| 26 | 8,2 | 14,3 | 32,7 | 22,4 | 22,4 |
| 27 | 19,4 | 12,2 | 24,5 | 16,3 | 27,6 |
| 28 | 23,5 | 16,3 | 27,6 | 16,3 | 16,3 |
| 29 | 7,1 | 6,1 | 14,3 | 29,6 | 42,9 |
| 30 | 0,0 | 10,2 | 25,5 | 40,8 | 23,5 |
| 31 | 8,2 | 5,1 | 28,6 | 25,5 | 32,7 |
| 32 | 20,4 | 9,2 | 39,8 | 15,3 | 15,3 |
| 33 | 3,1 | 4,1 | 23,5 | 33,7 | 35,7 |
| 34 | 5,1 | 6,1 | 22,4 | 29,6 | 36,7 |
| 35 | 6,1 | 6,1 | 20,4 | 30,6 | 36,7 |
| 36 | 8,2 | 6,1 | 20,4 | 32,7 | 32,7 |

Tabela 18 - Mediana das respostas às questões formuladas, segundo o grupo de origem dos sujeitos participantes.

| Questões | Produtores Rurais | Alunos de Agronomia | Alunos de Agropecuária | Mediana Geral |
|----------|-------------------|---------------------|------------------------|---------------|
| 1 | 4,0 | 4,0 | 3,0 | 4,0 |
| 2 | 4,0 | 4,0 | 5,0 | 4,0 |
| 3 | 3,0 | 3,0 | 3,0 | 3,0 |
| 4 | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 |
| 5 | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 |
| 6 | 3,0 | 1,0 | 2,0 | 2,0 |
| 7 | 3,0 | 2,5 | 3,0 | 3,0 |
| 8 | 4,0 | 3,0 | 5,0 | 4,0 |
| 9 | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 |
| 10 | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 |
| 11 | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 |
| 12 | 3,0 | 4,0 | 5,0 | 3,0 |
| 13 | 3,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 |
| 14 | 3,0 | 3,5 | 4,0 | 4,0 |
| 15 | 4,0 | 3,0 | 4,0 | 4,0 |
| 16 | 5,0 | 5,0 | 5,0 | 5,0 |
| 17 | 3,0 | 4,0 | 3,0 | 3,0 |
| 18 | 3,0 | 4,0 | 4,0 | 3,0 |
| 19 | 4,0 | 2,0 | 4,0 | 3,0 |
| 20 | 4,0 | 3,0 | 3,0 | 3,0 |
| 21 | 5,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 |
| 22 | 4,0 | 2,5 | 4,0 | 3,0 |
| 23 | 5,0 | 4,5 | 4,0 | 4,0 |
| 24 | 3,0 | 3,0 | 4,0 | 3,0 |
| 25 | 3,0 | 3,0 | 4,0 | 3,0 |
| 26 | 3,0 | 3,5 | 3,0 | 3,0 |
| 27 | 3,0 | 2,5 | 4,0 | 3,0 |
| 28 | 3,0 | 3,0 | 3,0 | 3,0 |
| 29 | 5,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 |
| 30 | 4,0 | 3,5 | 4,0 | 4,0 |
| 31 | 4,0 | 4,0 | 3,0 | 4,0 |
| 32 | 3,0 | 3,0 | 3,0 | 3,0 |
| 33 | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 |
| 34 | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 |
| 35 | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 |
| 36 | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 |

10 ANEXOS

Anexo 1 – Quadro Resumo dos Grupos e Linhas de Crédito do PRONAF

| Grupos / Linhas | Público-Alvo | Finalidade | Limite de Crédito | Juros | Prazo, Carência, Bônus de Adimplência e Outras Condições |
|-------------------------|--|---|---|--------------|--|
| Pronaf Grupo A | Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). | Investimento de atividades agropecuárias e não-agropecuárias. | Até R\$ 25.000,00 por agricultor. Esse valor poderá ser elevado para R\$ 26.500,00 quando contemplar verba para Assistência Técnica. | 0,5% ao ano. | Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência. Bônus: 43,396% se houver assistência técnica, ou de 40% quando esse serviço não for financiado. |
| Pronaf Grupo A/C | Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). | Custeio de atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção. | Até R\$ 7.500,00 por operação, podendo cada agricultor contratar até 3 operações. | 1,5% ao ano. | Custeio agrícola: até 2 anos. |
| | | | | | Custeio pecuário e agroindustrial: até 1 ano. |
| Pronaf Grupo B | Agricultores(as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 20.000,00. Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupo A, AC e B do Pronaf. | Investimento das atividades agropecuárias e não-agropecuárias. | R\$4.000,00 por operação elaborado pelo Agroamigo (metodologia PNMPO) R\$2.500,00, quando elaborado sem a metodologia Agroamigo. | 0,5% ao ano. | Prazo: até 2 anos, incluído até 1 ano de carência. Bônus de adimplência: 25% aplicado sobre cada parcela paga em dia. 40% aplicado sobre cada parcela paga em dia, na região do semiárido, quando o financiamento for destinado a determinadas atividades. Obs.: O bônus é devido até o limite de valor contratado de R\$ 12.000,00 (Agroamigo) e R\$7.500,00 (demais casos). |
| Pronaf Mulher | Mulheres agricultoras, independente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no Grupo V (Renda Variável). Obs.: as mulheres integrantes dos demais grupos serão atendidas no Pronaf Grupo B. | Investimento de infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural, de interesse da mulher agricultora. | Individual: Até R\$ 165.000,00 Coletivo: até R\$ 800.000,00. Quando destinado às atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura, o limite será de R\$ 330.000,00. | 2,5% ao ano | Quando destinado a práticas conservacionistas de uso, manejo e proteção dos recursos naturais; formação e recuperação de pastagens, conservação de forragem, silagem e feno; implantação, ampliação e reforma de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água, inclusive infraestrutura elétrica e equipamentos para a irrigação; cultivo protegido; construção de silos, ampliação e construção de armazéns destinados à guarda de grãos, frutas, tubérculos, bulbos, hortaliças e fibras; aquisição de tanques de resfriamento de leite e ordenhadeiras. |
| | | | | 5,5% Ao ano | Para as demais finalidades e empreendimentos. |
| | | | | | Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência. |

Fonte: Banco do Nordeste(2017)

Anexo 2 - Quadro Resumo dos Grupos e Linhas de Crédito do PRONAF

| Grupos e Linhas | Público-Alvo | Finalidade | Limite de Crédito | Juros | Prazo, Carência, Bônus de Adimplência e Outras Condições |
|---|--|---|---|--------------|---|
| Pronaf Semiárido | Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável). | Investimento destinado à convivência com o semiárido, priorizando a infraestrutura hídrica. | Até R\$ 20.000,00 | 2,5% ao ano. | Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência. |
| Pronaf Agro-indústria | Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável) e suas cooperativas, associações e empreendimentos familiares rurais. | Financiamento para a implantação, ampliação, recuperação ou modernização de pequenas e médias agroindústrias. | Pessoa física: R\$ 165.000,00 Empreendimento familiar rural: R\$ 330.000,00 Coop./Assoc.: R\$ 35.000.000,00. | 5,5% ao ano | Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência. |
| Pronaf Jovem | Jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, pertencentes a famílias enquadradas nos Grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável) que atendam as condições previstas no MCR-10-10. | Financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural de interesse do jovem agricultor. | Até R\$ 16.500,00, em até 3 operações. | 2,5% ao ano. | Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência. |
| Pronaf Custeio de Agroindústria Familiar | Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável) e suas cooperativas, associações e empreendimentos familiares rurais. | Financiamento do custeio do beneficiamento e industrialização de produção própria e/ ou de terceiros. | Pessoa física: até R\$ 12.000,00. Empreendimento familiar rural: até R\$ 210.000,00. Cooperativa singular: até R\$ 10 milhões. Cooperativa central: até R\$ 30 milhões. | 5,5% ao ano. | Até 12 meses. |
| Pronaf Floresta | Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável). | Investimento em sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável; recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental; enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada. | Agricultores do Grupo V (Renda Variável): Até R\$ 35.000,00 quando se destinar a sistemas agroflorestais; Até R\$ 27.500,00 para os demais casos. Agricultores dos Grupos A, A/C e B: Até R\$15.000,00. | 2,5% ao ano. | Prazo: até 20 anos, incluída carência limitada de até 12 anos, nos financiamentos com recursos do FNE, destinados exclusivamente para projetos de sistemas agroflorestais, e ao público-alvo do Grupo V (Renda Variável). Prazo: até 12 anos, incluída a carência de até 8 anos, nos demais casos. |

Fonte: Banco do Nordeste (2017)

Anexo 3 - Quadro Resumo dos Grupos e Linhas de Crédito do PRONAF

| Grupos e Linhas | Público-Alvo | Finalidade | Limite de Crédito | Juros | Prazo, Carência, Bônus de Adimplência e Outras Condições |
|--|---|--|---|---|---|
| Pronaf Agroecologia | Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável). | Investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos. | Individual: até R\$ 165.000,00 Coletivo: até R\$ 800.000,00. | 2,5% ao ano. | Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência. |
| Pronaf ECO | Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável). | Investimento para o financiamento de pequenos aproveitamentos hidroenergéticos; tecnologias de energia renovável; tecnologias ambientais; projetos de adequação ambiental; adequação ou regularização das unidades familiares de produção à legislação ambiental; implantação de viveiros de mudas de essências florestais e frutíferas fiscalizadas ou certificadas e silvicultura. | Individual: Até R\$88.000,00 - para silvicultura. Até R\$16.500,00 por ha, para a cultura da seringueira. Até R\$ 8.800,00 por ha, para a cultura de dendê. Até R\$ 165.000,00, para as demais finalidades. Coletivo: Até R\$ 800.000,00. | 5,5% ao ano quando se tratar de silvicultura. 2,5% para as demais finalidades. | Prazo: até 20 anos, incluídos até 8 anos de carência, dependendo da finalidade do crédito. |
| Pronaf Produtivo Orientado | Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável). | Investimento em inovação tecnológica; implantação de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água e agricultura irrigada; sistemas de produção de base agroecológica ou orgânicos; recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, dentre outras finalidades. | Limites individual: Mínimo de R\$18.000,00 e máximo de R\$40.000,00 por operação, por ano agrícola. | 4,5% ao ano. | Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência. Bônus de Adimplimento: cada parcela da dívida poderá ter bônus fixo de R\$3.300,00, concedido proporcionalmente a cada parcela da dívida paga até o dia do vencimento. |
| Pronaf Microcrédito Produtivo Grupo A | Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com renda bruta anual de até R\$ 20.000,00 e que não tenha contraído financiamento do Pronaf Grupo A. | Investimento para atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural, assim como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuário. | Até R\$ 4.000,00, por ano agrícola. Cada assentado poderá fazer até 3 operações. | 0,5% ao ano. | Prazo: até 2 anos. Bônus de adimplência: 50% sobre cada prestação de dívida paga até a data do seu respectivo vencimento. O somatório dos financiamentos concedidos com direito a bônus de adimplência não excederá R\$ 12.000,00. |

Fonte: Banco do Nordeste (2017)